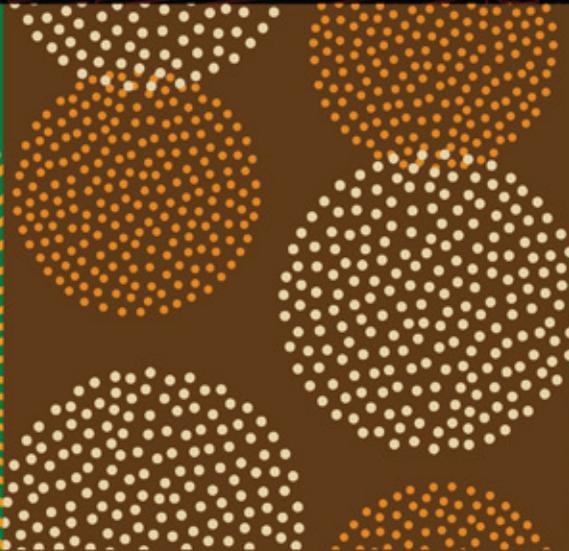
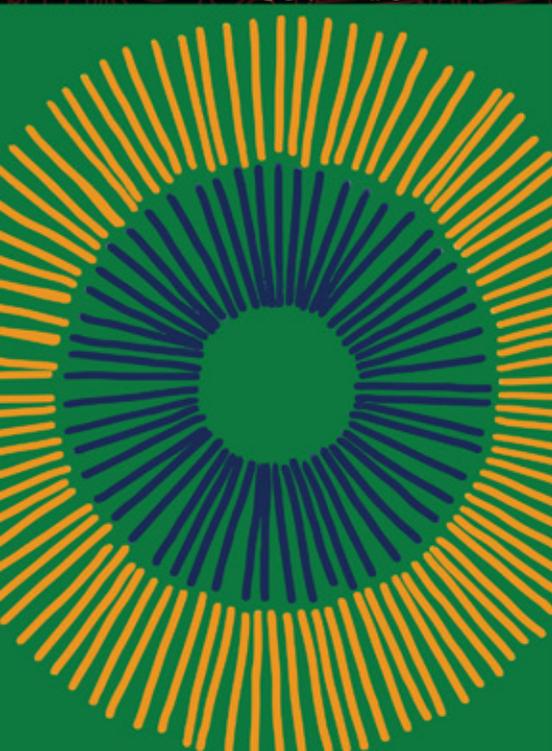


TOGOTHOGTDR
MRCJIVHSYT
YSSDW
VOVR SQR
FIKQ QTUFVQ
OTLQDIUO EYKI
LPGKOZU YWMOBC
PXJWOCJ
MNI
VLR
EHBOKVYPXFS
QFQMFSTQHFFM
NLGKJFSWCX
VQTHEJJRBZHR
RQ
COCQXYLUTTEWHTZ
URLVURNWRAMCADUNWU
LZIVLIICZPUSSWAFKEN
ZMYQPTHDMZEIEGQCJT
ALGUQCNGYRQKQMSZ
LZXSQBJWIPLOXDER
ALEZRQKNKJNWRW
GEXLEVGXNYDQV
RQNRNAZCRFHFB
PRCHDDWEQDOH
STGPPSMNMAAL
WSYSJRVRWG
MJFMQLFWZ
ZGIEWXCCH
GSSFVOWD
HTLDYTY
RKCOY
AGYDM
UIMW
EZZVY
IHCYF
QZV AD

CONEXÃO
BRASIL
ÁFRICA

DOLGJMFUBZZPNHJJAQWOTZQB LHMRYZF
NWMQQJVMOHFYESQXDVRJGFFVGYMHIW
EDKLEENA FB CFNHWRHDKJCSXOHDVRSNL
COPNNPKUNKKKCPOENVPKVYGUNPABOUJVI
QEVCP CJPMJHPUACSIASPTSKQYHITA
QZAHFAVZZRFRZZEMIZVOBXUOJORA
DLBOFB JEJAZSRULVQTAMMEMHQPYI
EUMCJDQSSZRRRUGIMNJBJALQLRCE
JXR XWKDUOOERCTEEQDQVDRWAMN
MQHIBNGJTBOR KPIERAYXDXZNPQK
CPMFDCCDCMDDLQJQGWJOFNUQN
WCUJ WHEPDBSGTFFFKBYKEU
CGGGOEVRXBXWYSZ
ASNQEOYJBBXKIGM
GTUESHXMGGZYS
WEMOCIMLMSL
SJHQQKMVWZED
JWSDGGCOFGLC QG
KLG BXGOGNWY UNR
EBGELZBGIQDSCTLI
TYJSL LQKEH TLI
JMRFBYQMHDAB
SPJ DGV LZ MJB
PUSWIBU
IXZH XWH
JFQVSE
SWMW



Parceria e Novos
Investimentos
em Internet nos
Países Africanos de
Língua Portuguesa

tele.síntese

VEM CONQUISTAR MAIS COM A

APEXBRASIL.

Somos a ApexBrasil, a Agência Brasileira de Promoção e Investimentos que leva o Brasil para o mundo. Conectamos exportadores com o mercado internacional e promovemos oportunidades de investimentos na economia brasileira.



Ajudamos a construir uma história de sucesso em 2023:

US\$ 339 bilhões em recordes de exportações.

+ de 17 mil empresas apoiadas pela ApexBrasil.

93 novos mercados abertos.

2º com o apoio da ApexBrasil, o Brasil se tornou o segundo maior destino mundial de investimentos [até setembro].

Conquiste mais com a **ApexBrasil**.

apexbrasil.com.br/br/pt/solucoes

apexBrasil

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





Editorial

MIRIAM AQUINO
Diretora-Executiva

É com muita satisfação que entregamos para você esta edição especial ***Conexão Brasil-África, Parceria e Novos Investimentos em Internet nos Países Africanos de Língua Portuguesa***.

Produzimos este material com tanto carinho, que nos custou mais de seis meses, centenas de horas de entrevistas, outras tantas horas de checagem de informações. Envolvemos jornalistas de Portugal, do Rio, São Paulo e Brasília para apurar e depurar todas as informações. A nossa designer gráfica chegou ao detalhe de, nas fotos, destacar as cores das bandeiras de cada um dos países aqui reportados. A edição contou também com a diligência cuidadosa de nossa editora, que releu todos os textos inúmeras vezes.

Pois todo esse envolvimento, acredito que não tenha sido em vão. Você terá a oportunidade de viajar, conhecer e se identificar com cada um dos sete países africanos aqui retratados e que integram a Arctel (Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP).

Vai desvendar um pouco da história, da economia e da cultura de cada um desses países, e conhecer mais a fundo o atual estágio do mercado de telecomunicações. Vai “ouvir” as vozes de cada um dos reguladores do setor, seus desafios e projetos. A exceção foi Guiné Equatorial, que não nos retornou até o fechamento desta publicação.

Você poderá ainda trilhar pelas principais medidas adotadas pelos agentes de governo brasileiro e da Anatel, desde quando foi tomada a decisão de am-

pliar a competição no mercado de banda larga fixa brasileira e como esse processo se desenvolveu.

Encontrará ainda as estratégias de cada um dos pequenos-grandes empreendedores que transformaram suas vontades em operadoras presentes em pequenas cidades, em vilarejos, em áreas desatendidas, levando o acesso à internet para os mais diferentes rincões do Brasil.

Vai ler nas páginas desta edição as lembranças, avaliações e propostas dos reguladores da Anatel, dos formuladores de políticas públicas do Ministério das Comunicações e de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre o mercado brasileiro de conexão à internet, sobre a indústria de tecnologia digital e os planos para o futuro.

A revista será distribuída em primeira mão aos participantes da Conferência Conexão Brasil-África, realizada em Brasília e que contará com a presença de reguladores dos países africanos irmãos e de autoridades brasileiras e do mercado de telecomunicações.

Essas duas iniciativas são a contribuição de toda a equipe do Tele.Síntese e de seus colaboradores para o fortalecimento dos laços entre o Brasil e Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, países da África de língua portuguesa, rumo à ampliação da sociedade do conhecimento.

Espero que aprecie!



Integração entre Brasil e países africanos de língua portuguesa: uma realidade vivenciada

A Associação dos Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCTEL) foi criada em 2008 pelas entidades reguladoras setoriais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com ingresso de Guiné Equatorial em 2017. O objetivo era o de reforçar laços históricos de amizade e cooperação, trocar informações e partilhar experiências, visando a criação de estímulos ao investimento, à inovação e ao desenvolvimento das comunicações no mercado lusófono.

Quando assumi a Presidência da ARCTEL, para o período 2022-2023, percebemos que ampliar a integração entre os países fomentaria profícua cooperação Sul-Sul, em que todos os lados ganham. Identificamos três frentes de trabalho: aumentar a troca de experiências, por meio de iniciativas de capacitação e de visitas técnicas, estabelecer alinhamento e movimentação conjunta em fóruns internacionais, bem como criar ambientes regulatórios que permitissem o investimento empresarial recíproco entre os países lusófonos.

Os países africanos buscam troca de experiências e capacitação no idioma português. Retomaram-se, portanto, as atividades relacionadas ao Centro de Formação da ARCTEL. O ponto alto desse movimento foi a realização do curso “Desafios Contemporâneos do Ecosistema Digital”, em fevereiro de 2024, com participação de representantes de todos os países à ARCTEL. O curso foi possível em função de uma parceria com a Universidade de Brasília e com o Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas da Anatel.

O Brasil também ganha com a troca de experiências e ao beneficiar-se de um ambiente de diálogo

sobre temas internacionais de interesse comum, especialmente no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT), fomentado pela assinatura de Memorandos de Entendimento. Há desafios semelhantes enfrentados pelos países lusófonos. Delegações africanas têm sido recebidas na Anatel para tratar de utilização dos fundos relativos ao serviço universal, de cibersegurança, de procedimentos de fiscalização e arrecadação de receitas, de expansão da conectividade em países de grande território, entre outros.

Todo esse cenário traz um ambiente favorável à presença e à expansão de investimentos. Há espaço para desenvolvimento do setor em todos os países. Descortina-se um farto campo para a implementação da banda larga fixa e das modernas tecnologias móveis.

Dados divulgados pela UIT em dezembro de 2023 apontaram que, em toda África, apesar de 63% da população possuírem um telefone celular, apenas 37% usam a Internet. Entre boa parte dos países lusófonos, o índice de conectividade encontra-se abaixo da média mundial: 49,9% em São Tomé e Príncipe, 31,85% em Angola e 28,4% em Guiné-Bissau, por exemplo.

Portanto, a integração é uma realidade vivenciada. Aos reguladores cabe o papel de sinalizar as rotas de investimento mútuo entre os países; ao mercado cabe o papel de navegar nas águas dessa palpitante diplomacia regulatória.

Artur Coimbra, presidente da Associação dos Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCTEL-CPLP) e Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Y H C W W I A R U H I I B U J O P G R Q N P
E L P D J M M B P D U P Z V T V J X
D O L G J M F U B Z Z P N H J A Q W O T Z Q B L
N W M Q Q J V M O H F Y E S Q X D V R J G F V G
E D K L Q E N A F B C F N H W R H D K J C S X O H
C O P N N P K U N K K C P O E N V P K V Y G U N P A
Q E V C P C J P M J H P U A C S I A S P T S K Q Y H
Q Z A H F A V Z Z R F R Z Z E M I Y Z V O B X U O J
D L B O F B J E J A Z S R U L V Q T A M M E M H Q P
E U M C J D Q S Z R R R U G I M N J B J A L Q L R C
J X R X W K D U O O E R C T E E Q D V D L R W A M N
M Q H I B N G J T G R K P F E R A Y X D Z N P G K
C P M F D C D C C M O D L Q J Q G W J O F N U Q N
W C U J W H E P D B S G T F F K B Y K E U
C G G O E W V R X B W Y S Z
A S N Q E O Y J B X K I Q M
G T U E S H X M G Z V S
W E M O C I M L M S L
S J H Q K M V W Z E D
J W S D G C O F G L C Q G
K L G B X G O G N W Y U N R
E B G E L Z B G I Q D S C W T
T Y J S L L Q K E H T L I
J M R F B Y Q M H D A B
S P J D G V L Z M J B
P U S W I B U
I X Z H X W H
J F Q V B E
S W M W

PARTE 1

■■■■■■■■

ÁFRICA

de Língua Portuguesa

7
Martinho da Vila

11
As identidades africanas
unidas na CPLP

14
Angola

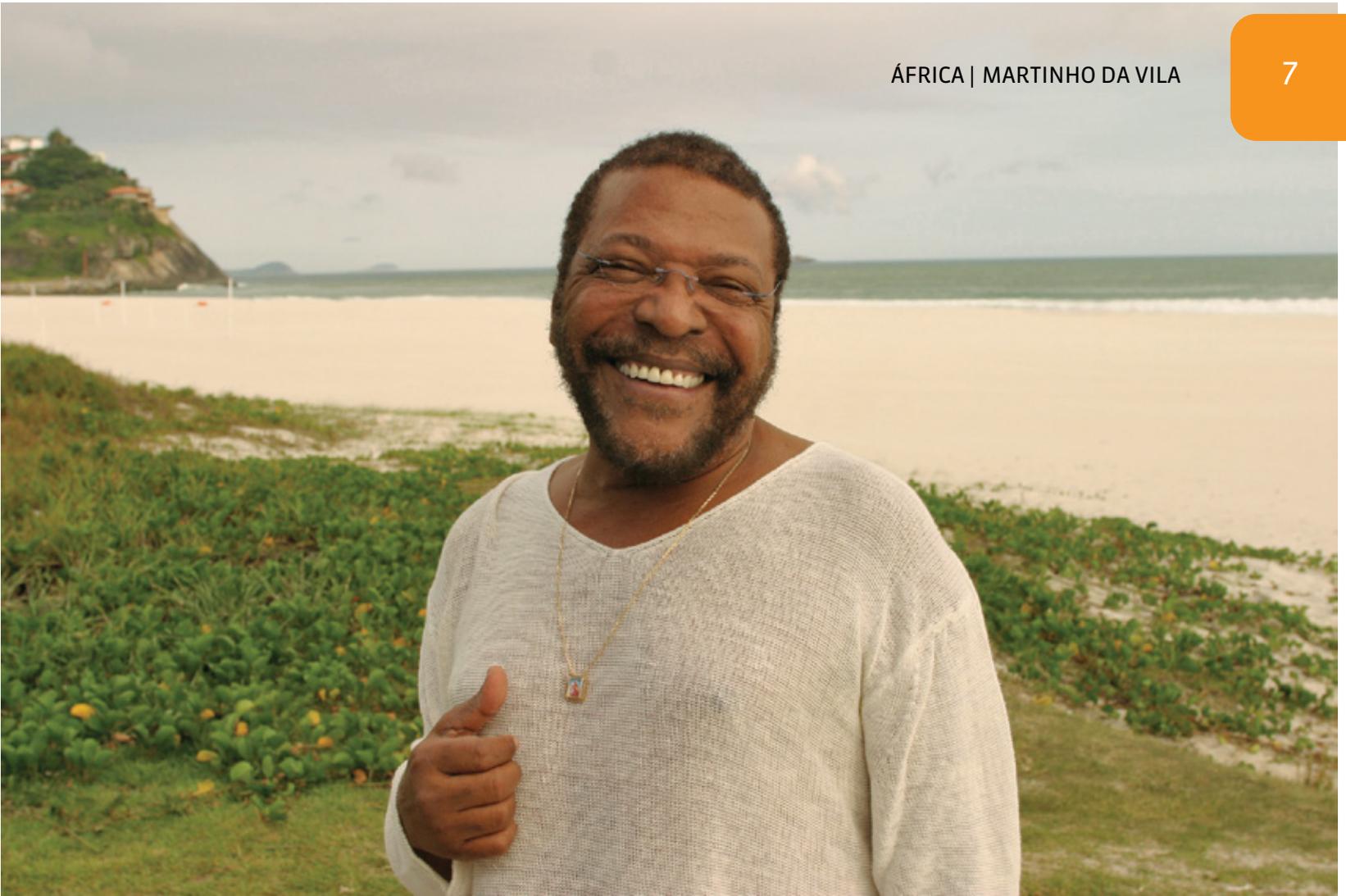
24
Cabo Verde

35
Guiné-Bissau

43
Guiné Equatorial

48
Moçambique

57
São Tomé e Príncipe



Memórias do embaixador da música na África

Escritor, cantor, compositor e presidente de honra da escola de samba Unidos de Vila Isabel, Martinho da Vila foi agraciado, em 2019, com o Prêmio Lusofonia, na categoria música, em Portugal, pelo trabalho constante e de qualidade de sua composição, música e performance de palco

O artista é reconhecido como um dos mais notáveis embaixadores da música brasileira e de toda a lusofonia – Comunidade formada pelos povos e nações que compartilham a língua e a cultura portuguesas – como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Em meados da década de 1970, não havia uma embaixada brasileira em Angola, mas Martinho da Vila era chamado de “embaixador do Brasil” no país africano. O compositor de Vila Isabel – intrinsecamente

ligado à causa negra – começou a fazer excursões para o país africano antes mesmo da sua independência de Portugal e acumula histórias saborosas, como o dia em que inflamou a cautelosa plateia num 7 de setembro, desejando ao país, sob intensa repressão, que conquistasse logo sua independência como o Brasil já havia feito.

Ou quando saiu andando pelas ruas para achar um bar que vendesse cerveja e descobrir que a bebida era servida quente. São memórias que Martinho guarda com carinho aos 86 anos.



A relação de Martinho da Vila com os países africanos rendeu-lhe a nomeação como “Embaixador de Boa-Vontade” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Isso o motivou, inclusive, a ingressar, em 2015, no curso de graduação em Relações Internacionais, após constatar que a maioria dos seus colegas na CPLP eram da área diplomática. Martinho passou no vestibular da Universidade Estácio de Sá, mas não era um aluno regular: escreveu à direção da faculdade, pedindo para ser aluno especial, aquele que faz o curso para adquirir conhecimento, não para formação profissional.

Ele estudava as matérias que mais lhe interessavam. cursou três dos quatro anos do curso e, mesmo sem uma formatura oficial nessa graduação, Martinho tem o título Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pela Universidade Zumbi dos Palmares, além de ser membro da Academia Carioca de Letras.

Embaixador Cultural de Angola e Embaixador de Boa-Vontade da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Martinho acumula mais de 50 anos de relacionamento de incentivo ao intercâmbio cultural entre os países de língua portuguesa. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, após conquistar independência, Timor Leste foi acolhido como país integrante. E, em 2014, Guiné Equatorial tornou-se o nono membro da organização. Entre as atividades do embaixador, está a de fazer palestras ou representar a CPLP pela fama que possui.

A cada vez que visitava Angola, o compositor voltava mais encantado com a riqueza e a diversidade cultural que via. Em 1980, enfim, idealizou um grande projeto de intercâmbio cultural entre os dois países: o Projeto Kalunga. A organização ficou a cargo de Martinho e do produtor Fernando Faro. Durante todo o começo da década, artistas brasileiros consagrados foram mostrar o samba à terra do semba: Chico Buarque, Dorival Caymmi, Clara Nunes, Miúcha, Djavan, Dona Ivone Lara, João Nogueira, entre outros.

Três anos mais tarde, Martinho inverteu a direção. Elaborou o Canto Livre de Angola, que trouxe para o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador a então desconhecida música angolana, com a participação de Elias Dia Kimuezo, um dos mais importantes nomes da música do país. O projeto rendeu o LP “Canto Livre de Angola”. De ambos os projetos, surgiram novas canções, como “Morena de Angola”, de Chico Buarque.

Do primeiro álbum, em 1969, “Martinho da Vila” (RCA-Victor) ao último, em 2023, “Negra Ópera” (Sony Music), são 52 discos lançados em quase 60 anos de carreira. Martinho tem outra habilidade menos conhecida, a de escritor. É autor de mais de 20 livros, sendo o último a biografia “Martinho da Vida” ainda a ser lançado pela Editora Planeta.

Em fevereiro de 24, quando se preparava para mais um desfile no Carnaval – a escola de samba levou para a Marquês de Sapucaí o enredo reeditado “Gbala – Viagem ao Templo da Criação”, com samba de autoria de Martinho – ele concedeu esta entrevista para falar de sua experiência como Embaixador Cultural de Angola e Embaixador de Boa-Vontade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de seu relacionamento com os países africanos.

Você é conhecido como Embaixador Cultural de Angola. Como começou essa aproximação com os países africanos?

Martinho: Começou na primeira vez em que fui a Angola, no período ainda colonial. Depois voltei no período pós-Independência. Mais tarde tive vontade de conhecer outros países, visitei alguns. No Brasil, na época, não tínhamos notícia nenhuma do que acontecia nos países africanos. A maior parte estava em luta pela independência. Eu comecei a falar sobre isso aqui no Brasil e eles gostaram porque a batalha deles precisava de visibilidade e transparência internacional. Eu dei essa colaboração e me deram esse título de embaixador cultural.

A sua primeira apresentação em Angola foi antes da independência, que ocorreu em 1975. Como eram as suas apresentações nesse período pré-independência?

Martinho: Uma das apresentações foi num 7 de setembro, data da Independência do Brasil. Eu falei: espero que, quando voltar aqui, Angola tenha conquistado a Independência, no Brasil estamos comemorando muito mais que um século de Independência. Isso causou uma paralisia na plateia, eu pensei 'não gostaram disso'. Mas depois começaram os aplausos e a plateia ficou inflamada. Quando acabou o show, muitos dos que aplaudiram mais freneticamente foram presos pela polícia colonial repressiva de Angola.

Houve problemas para você, após esse discurso?

Martinho: Não tive problema nenhum. E foi até interessante, na época, ninguém me conhecia visualmente, só pela foto do meu primeiro disco, com um chapuzinho, coisa que nunca usei. Eu podia andar pelas ruas que ninguém me conhecia.

Você caminhava como um anônimo pelas ruas de Angola?

Martinho: Sim, numa dessas caminhadas, vi um lugar onde as pessoas estavam comprando cerveja. Consegui romper a barreira, comprei a cerveja que todo mundo bebia com um prazer danado e reclamei que a cerveja estava quente. O português

respondeu: 'olha só, o gajo quer cerveja gelada; não sabe que não temos geleiras?'

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a Independência de Angola contribuiu para aproximar os dois países?

Martinho: Ah sim, eles ficaram muito sensibilizados com isso e gostam muito do Brasil.

Como evoluiu sua relação com Angola e outros países?

Martinho: Eu tinha ido na primeira vez com um grupo de artistas brasileiros no Projeto Kalunga, dirigido pelo Fernando Faro. No grupo eu era o único que era conhecido por lá. Aqui no Brasil, numa festa de comemoração da Independência, o embaixador me deu o título de embaixador cultural de Angola, eu fiquei muito feliz. Depois ganhei o título de embaixador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No Projeto Kalunga, quais foram os artistas participantes?

Martinho: Chico Buarque, Dorival Caymmi, Clara Nunes, Miúcha, Djavan, Dona Ivone Lara, João Nogueira e outros. Muita gente, foi bonito.

Como é o intercâmbio cultural?

Os artistas brasileiros iam para Angola e traziam influências de lá?

Martinho: Eu voltei a Angola para passear a convite do ministro da cultura na época, Boaventura Cardoso, que hoje é embaixador, e ele me perguntou como era a repercussão da música angolana no Brasil. Eu falei para ele que no Brasil, de música internacional, só se ouvia música americana, o resto só música brasileira.

Ele perguntou como poderia fazer para levar uma delegação de Angola para o Brasil. Ele enviaria os artistas gratuitamente, arcaria com o transporte internacional, o Brasil ficaria responsável pelo transporte local e as acomodações. Trouxe o grupo "O Canto Livre de Angola", que se apresentou na Sala Cecília Meireles, no Rio, que nunca tinha tocado um tambor.

Foi nessa época em que o Chico Buarque criou a música Morena de Angola?

Martinho: Sim, ele havia participado da delegação e, quando voltou, estava sensibilizado. Djavan também gravou músicas falando da África. Foi bacana.

Depois do projeto Kalunga vocês desenvolveram outros projetos como o Kizomba. Fale dessa outra experiência.

Martinho: Depois do projeto Brasil-Angola, eu quis fazer uma coisa maior, uma confraternização negra no Brasil. Criamos o Projeto Kizomba, que significa encontro de confraternização, intercâmbio cultural. Fizemos três encontros no Brasil nos anos 1980.

Como é seu trabalho na CPLP?

Martinho: Não tenho uma função específica. A minha obrigação é divulgar países africanos e a entidade. Sou um embaixador da boa vontade. Hoje a minha relação com os países africanos ainda é intensa. Faz tempo que não vou por lá, mas estou sempre ligado no que acontece. Antes era muito difícil a comunicação, não havia internet nem celular, agora é mais fácil se manter informado.

Qual foi a viagem mais recente?

Martinho: Eu estive recentemente em Angola e foi muito interessante. Fiz alguns shows e, com o desenrolar, eles falaram que não dava para levar equipe e fui sozinho e toquei com músicos locais. Fiz boas apresentações e andei bastante, de norte a sul.

A sua relação com Angola vai além da música. Você também é escritor e tem livros como “Kizomba, Andanças e Festanças”, de 1998. Fale de sua experiência com a literatura.

Martinho: Eu fiz “Kizomba, Andanças e Festanças” porque queria escrever só sobre o desfile de 1988, aniversário da abolição da escravatura, um pouco dos países africanos. Mas acabou saindo um livro em que narrei tudo o que aconteceu desde o início em que fui para a África. Só que quando você escreve um livro, fica logo com vontade de escrever outro. Fui mordido pela letra azul da literatura e hoje são quase 20 livros. O último que será lançado em breve pela Editora Planeta, “Martinho da Vida”, é uma autobiografia, mas mais como ficção.

Que autores africanos você conhece?

Martinho: Conheço alguns interessantes como Pepetela (Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, escritor angolano, que fez parte do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) durante os anos de 1969 a 1974, quando participou da luta armada em prol da Independência de seu país, ocorrida em 1975), Manoel Rui Monteiro (jurista, professor universitário, político, dramaturgo e escritor angolano), que já esteve no Brasil.

Nesses quase 50 anos de relacionamento com os países africanos, como você avalia a evolução do continente africano de língua portuguesa? O que mudou?

Martinho: Muita coisa evoluiu bastante. Além de Angola, estive em Moçambique, Quênia e Benin. Mas a África é um continente muito prejudicado pelas altas temperaturas e muito pobre. Gostei muito de Benin. Fui à Nigéria, encontrei uma pessoa que me reconheceu, me convidou para conhecer a embaixada e me indicaram conhecer Benin, que é um oásis na África. Fui a Benin, de colonização francesa, mais desenvolvido.

Como você acha que o Brasil pode melhorar ainda mais suas relações com a África, agora que temos um presidente mais sensível às questões do terceiro mundo?

Martinho: O presidente Lula foi à África e está avançando essa relação. Esses países têm muita identidade com o Brasil. Há umas regiões faveladas brasileiras que parece a África. O Brasil é o país com mais negros depois da Nigéria.

De que forma essa experiência que você teve esses anos todos de relacionamento com a África influenciou seu trabalho?

Martinho: Influenciou porque além de eu falar sobre esses países, gravei músicas africanas. E isso influenciou bastante a minha criação. O que eu digo para os brasileiros de uma maneira geral, que pensam em conhecer os EUA e alguns países da Europa, que não deixem de conhecer os países africanos, pois vão se enriquecer muito culturalmente.

Carmen Nery



As identidades africanas unidas na CPLP

Os seis países africanos que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) estão voltados para a diversificação da economia e buscam melhorar a governança dos setores públicos para atrair investidores

Dos nove países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), seis estão no continente africano, designadamente Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau,

São Tomé e Príncipe e Moçambique. Em comum, juntamente com Portugal, na Europa, Brasil, na América do Sul, e Timor Leste, na Ásia, têm uma língua oficial e veicular, o português, propagado ao longo de cerca de cinco séculos de colonização portuguesa – à exceção da Guiné Equatorial, antigo domínio de Espanha –, e múltiplas manifestações identitárias resultantes do processo colonizador começado no século XV.

Na sequência da descolonização, a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, que redemocratizou Portugal, cada novo país, independente e soberano, iniciou uma nova etapa histórica.

Duas décadas depois, os dirigentes políticos dos países lusófonos iniciaram uma aproximação, visando a criação de uma comunidade de interesses e objetivos, com base na língua comum. O projeto, lançado e dinamizado pelo político e ex-ministro brasileiro José Aparecido de Oliveira, contou com o apoio e incentivo do antigo presidente de Portugal, Mário Soares, e do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

Foi assim criada, oficialmente, em 17 de julho de 1996, em Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – um foro multilateral “privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”. Uma entidade com personalidade jurídica e dotada de autonomia financeira. Entre os seus objetivos principais estão a orquestração político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os de educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

O Brasil tem dado cada vez mais atenção à CPLP e tem buscado estreitar as relações com os seis países africanos lusófonos, quer no plano bilateral, quer no âmbito multilateral.

Diversificação da economia, aprimoramento da governança dos setores públicos, apoio de instituições internacionais, melhoria das infraestruturas e das condições de vida das populações e aumento da capacidade para atrair investimento privado. Estes são os principais desafios dos seis países africanos que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Se Angola, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Moçambique têm na energia – sobretudo petróleo e gás natural – uma relevante fonte de riqueza, Cabo Verde conta com a sua posição única em termos de localização para servir de centro de negócios do Atlântico. Já Guiné-Bissau tem potencialidades agrícolas e turísticas.

Investimento em infraestrutura, turismo, privatizações permeiam as agendas de desenvolvimento dos países africanos

São seis países cujas “radiografias” econômicas e sociais são feitas nas páginas seguintes.

Angola quase dispensa apresentações. É hoje uma das grandes potências da África e uma das mais bem-sucedidas histórias de pacificação nacional após duas longas guerras, a anticolonial e a civil, que dilaceraram o país e sua gente e adiaram o desenvolvimento. Em julho de 2023, o governo angolano apresentou as linhas gerais da estratégia de desenvolvimento a longo prazo “Angola 2050”. Uma sociedade que valoriza e potencializa o seu capital humano, uma infraestrutura moderna e competitiva, uma economia diversificada e próspera, um ecossistema resiliente e sustentável e uma nação justa e com igualdade de oportunidades são os cinco eixos em que se assenta esta estratégia.

Segundo o documento, a estratégia de longo prazo “Angola 2050” pressupõe a quase quadruplicação da economia não petrolífera, prevendo-se que o setor de Petróleo e Gás, principal motor da economia, valerá apenas um terço do seu valor atual. Estima-se que a economia não petrolífera venha a ser cerca de quatro vezes superior em 2050, face a 2022, e que o setor da Indústria cresça mais de sete vezes entre 2022-50.

Em Cabo Verde, uma das prioridades é a dinamização do setor público empresarial. O governo tem na agenda um programa de privatizações, alienação parcial, concessão e parcerias público-privadas. Com esta agenda pretende-se também dinamizar o mercado de capitais, tendo a Bolsa de Valores de Cabo Verde um papel central no seu desenvolvimento.

As ambições de Cabo Verde estão definidas na segunda “edição” do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II 2022-2026), que

sucedem o PEDS 2017-2021 e que operacionaliza o programa de governo da X Legislatura e o primeiro ciclo da Ambição 2030. Dividido em quatro pilares – Economia, Social, Ambiente e Soberania – foi apresentado na Conferência Internacional de Parceiros, realizada em abril de 2023, em Cabo Verde.

Na Guiné-Bissau, meio século de independência poderia ter produzido maior crescimento econômico e social, mas a herança colonial e a instabilidade política marcaram parte do período, impactando o desenvolvimento do país.

Apesar da turbulência política, Guiné-Bissau aposta num ambicioso programa de investimentos em infraestrutura, desde o setor energético até a malha rodoviária. A energia, se por um lado continua a ser um dos maiores entraves ao desenvolvimento do país, por outro, é uma oportunidade para atrair novos investimentos.

Na Guiné Equatorial, país de colonização espanhola, mas que aderiu à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os principais objetivos são erradicação da pobreza, inclusão social, produtividade e industrialização, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial.

Estes são os grandes eixos estratégicos definidos na “Agenda Guiné Equatorial 2035”, um plano lançado em 2021 e cujo principal objetivo é promover a diversificação econômica, reduzindo a dependência em relação aos hidrocarbonetos, que representam mais de 60% do PIB e 96% das exportações.

O petróleo, porém, não é a única riqueza. Madeiras, ouro, bauxita, diamantes e minerais raros podem também ser encontrados na Guiné Equatorial. Embora seja um dos países menores da África, dispõe de uma das maiores zonas econômicas marítimas exclusivas. Com pouco mais de 1,7 milhão de habitantes, maioritariamente jovens – em 2022, cerca de 60% da população tinha menos de 25 anos –, está se recuperando de um período de recessão.

Quase meio século depois da independência, Moçambique debate-se com a herança de uma estrutura econômica colonial que se manifesta

em assimetrias de desenvolvimento entre o Norte e o Sul do país, e entre o campo e a cidade. Nas últimas décadas, o governo moçambicano tem apostado em políticas sustentadas em programas apoiados por instituições financeiras internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o que, aliás, é comum a grande parte dos países africanos.

Moçambique teve avanços no setor de serviços e na indústria, em particular com o início da produção de Gás Natural Liquefeito (GNL), no Norte do país. Também obteve êxito na redução da dívida pública, embora ainda enfrente dificuldades para uma melhor distribuição de renda. Sobretudo nas zonas urbanas, houve um aumento da pobreza no pós-pandemia de Covid-19.

Em São Tomé e Príncipe, depois da descoberta do turismo, ainda em fase embrionária, a esperança está nas receitas do petróleo. A descoberta de jazidas de petróleo na zona marítima territorial abriu novas perspectivas de desenvolvimento, mas, até hoje, as pesquisas quanto à possibilidade de exploração comercial, apesar dos acordos feitos com grandes companhias internacionais, parecem não ser conclusivas. Por enquanto, o petróleo segue sendo um sonho.

País de rendimento médio-baixo, com cerca de 960 km quadrados e população inferior a 230 mil habitantes, as duas ilhas têm grande riqueza natural quase inexplorada, clima equatorial, com florestas tropicais virgens e grande biodiversidade, possibilitando o desenvolvimento do turismo baseado na natureza. Além disso, o país tem uma população jovem e cada vez mais instruída. Cerca de metade da população tem menos de 18 anos, com uma taxa de matrícula no ensino secundário de 89%.

Em 2023, o FMI e as autoridades de São Tomé e Príncipe chegaram a um acordo para a concessão de crédito ampliado, numa conjuntura de “condições econômicas desafiantes”, como foi caracterizado pelos técnicos do fundo.

Alfredo Prado e José Ferreira



Angola quer ganhar o futuro com a “Visão 2050”

Uma das grandes potências da África, Angola vira a página, diversifica sua economia e define as linhas gerais da estratégia de desenvolvimento a longo prazo

A 30 de novembro de 2023, fez-se história: o presidente angolano João Lourenço foi recebido pelo seu homólogo dos Estados Unidos, Joe Biden. Um acontecimento histórico não tanto pela visita – foi a segunda vez que um presidente de Angola esteve oficialmente na Casa Branca – mas pelo significado geopolítico e geoestratégico. A data marcou uma virada na diplomacia do país, que há anos vinha se posicionando como parceiro estratégico dos EUA, afastando-se, assim, da influência da Rússia e da China.

Trata-se de uma “nova página”, que diversos analistas consideram uma importante transformação na política externa angolana. O país é atualmente o terceiro maior parceiro comercial dos EUA na África Subsaariana e os investimentos norte-americanos não param de crescer. Dois exemplos relevantes: a destinação de 1 bilhão de dólares ao Corredor do Lobito, ferrovia que liga Angola, República Democrática do Congo e Zâmbia aos mercados internacionais; e de 3,5 bilhões de dólares para a construção e gestão da refinaria do Soyo, no litoral norte.

Se, por um lado, Angola vira a página na diplomacia, por outro, não esquece os “velhos” aliados, como o Brasil, o primeiro país a reconhecer sua independência, em novembro de 1975. Em agosto de 2023, durante a visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola, os dois governos assinaram sete acordos de cooperação em áreas como turismo, saúde, educação, agricultura, apoio a pequenas e médias empresas, recursos humanos e exportações.

Uma das grandes potências da África, Angola tem uma longa linha costeira e um planalto central que atravessa o interior da África Austral, faz fronteira com a Namíbia, Botswana, Zâmbia, República do Congo e a República Democrática do Congo. Tem uma economia ainda dependente do petróleo, mas cada vez mais diversificada, e encara variados desafios sociais e de desenvolvimento.

A sua evolução econômica tem estado ligada à procura mundial de petróleo, o que provocou um

crescimento volátil desse segmento. De acordo com o Banco Mundial, nos últimos cinco anos algumas reformas melhoraram a gestão macroeconômica e a governança do setor público: “A estabilidade macroeconômica foi reforçada através de um regime de taxas de câmbio mais flexível, da autonomia do banco central, de uma política monetária sólida e da consolidação orçamentária”. A instituição aponta que as novas leis permitem maior participação do setor privado na economia, trazendo mais estabilidade do setor financeiro.

Analistas do banco entendem que transformar o modelo econômico liderado pelo Estado e financiado pelo petróleo em um modelo de crescimento sustentável, inclusivo e liderado pelo setor privado, exige um compromisso político de alto nível, uma forte coordenação e instituições sólidas. O Banco Mundial assinala ainda que, “tendo em conta o desafio do emprego, a elevada pobreza e o rápido crescimento da população, o investimento no capital humano e na redução da pobreza é prioridade máxima”.

Previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) de setembro de 2023 davam conta de que o crescimento da economia angolana diminuiria para 0,9% nesse ano, devido a uma produção petrolífera estimada fraca – isso “antes de estabilizar em cerca de 3,4%, a médio prazo, ajudado pela agenda de reformas estruturais e de diversificação”. O FMI apontava também para um aumento temporário da inflação em 2023/24, devido à subida dos preços da energia relacionada com a reforma dos subsídios aos combustíveis”.

Apresentação de música em Angola | Siemprevverde22, iStock





Mapa de Angola



1.246.700 km²	35.588.987	US\$ 106,78 bilhões	US\$ 3.000,4
Área	População (2022)	PIB (2022)	PIB per capita (2022)
3,0 %	25,8%	31,1%	33%
Aumento do PIB (% anual) (2022)	Taxa de inflação ao consumidor anual (2021)	Pobreza (2018)	Indivíduos que utilizam a Internet (2021)

Fonte: Banco Mundial



Duros tempos de recessão, entre 2016 e 2020, levaram o PIB a encolher ano após ano. O país caiu de terceira para oitava economia da África Subsaariana. Em 2020, por exemplo, no auge da pandemia de Covid-19, o PIB reduziu cerca de 60%.

Embora o petróleo continue a ser um dos principais motores da economia, o país tem apostado na diversificação, com a agropecuária e a indústria registrando, entre 2020 e 2022, um crescimento médio anual do PIB de cerca de 5% e 2%, respectivamente. Um dos instrumentos mais relevantes dessa diversificação foi o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), que se materializou num acréscimo em mais de dois bilhões de kwanzas (moeda nacional) do PIB não petrolífero, entre 2019 e 2022.

PIB recupera crescimento

O ano de 2024 promete, segundo a versão preliminar do Relatório de Fundamentação do Orçamento de Estado para 2024, disponível no site do Ministério das Finanças de Angola. O documento diz que a economia deverá “recuperar o seu crescimento”, apesar do contexto internacional ainda difícil. Isto é, apesar das elevadas incertezas geopolíticas e geoeconômicas, de uma política monetária dos principais bancos centrais do mundo ainda restritiva, embora mais branda, com o propósito de combater a inflação e colocá-la em linha com as suas respectivas metas, com riscos de novas subidas de taxa de juro.

Angola em números

Angola fica na parte ocidental da África Austral, a sul do Equador. Tem uma superfície de 1.246.700 km², com uma costa marítima de 1.650 km. A fronteira terrestre estende-se por 4.837 km, tendo ao Norte, o Congo e a República Democrática do Congo; a Leste, a República da Zâmbia; ao Sul, a República da Namíbia; e a Oeste, o Oceano Atlântico.

Angola está organizada administrativamente em 18 províncias, 164 municípios, 518 comunas e 44 distritos urbanos. Entre os cerca de 33 milhões de habitantes, os principais grupos étnicos são os ovimbundu (37%), os kimbundu (25%) e os bakongo (13%).

Na capital, Luanda, vivem cerca de 9 milhões de pessoas. Huambo e Benguela-Lobito, com cerca de 2,6 e 2,7 milhões de habitantes, respectivamente, são outras regiões com grande relevância econômica, política e social.

O relatório prevê, para 2024, que o PIB cresça 2,8% em termos reais – uma aceleração em relação ao crescimento de 0,4% estimado para 2023. Esse crescimento se baseará única e exclusivamente no setor não petrolífero, o qual se espera que cresça 4,6%, enquanto a produção petrolífera deverá registrar uma queda na ordem de 2,6%.

As projeções econômicas para 2024 têm como base um preço médio do barril do petróleo de US\$



Da esquerda para à direita:

1. Vista de Luanda ao entardecer, Angola | EyeEm, Freepik.com
2. Serra da Lemba | EyeEm, Freepik.com
3. Lubango, Huila Province, Angola | Tubarones Photography, Pexels
4. Kalandula, Angola | EyeEm, Freepik.com



65,00 e uma produção petrolífera média diária de 1,060 milhão de bbls (barris de petróleo), sendo que a inflação projetada é de 16,6%.

Outra das metas do orçamento é continuar a reduzir o peso do Estado na economia, por exemplo, por meio das privatizações. Em 2019, o governo aprovou o Programa de Privatizações (PROPRIV), voltado a reestruturar o setor empresarial público e assegurar a sustentabilidade das finanças públicas. Foram selecionadas 195 empresas para serem privatizadas, em quatro categorias: referência nacional (32); subsidiárias e ativos da estatal de petróleo Sonangol (50); outras empresas e ativos (62); unidades industriais da Zona Econômica Exclusiva (51).

Entre 2019 e 30 de setembro de 2023, foram privatizados 98 ativos e empresas, que totalizaram cerca de Kz 1,02 bilhão. Das adjudicações efetuadas nesse período, foram recebidos cerca de Kz 598,7 milhões, correspondentes a 58,1% do valor contratado – desse montante, Kz 58,5 milhões foram direcionados para a Conta Única do Tesouro. A duração do PROPRIV, previsto inicialmente para terminar em 2022, vai agora vigorar até 2026.

Tendo em conta esse cenário e segundo o Relatório de Fundamentação, as perspectivas são de manter redução da presença do Estado na economia e, conseqüentemente, promover a iniciativa privada, diminuindo a exposição das contas públicas ao risco associado ao setor empresarial público, no médio prazo. Assim, para 2024, estão na mira da privatização aproximadamente 18 ativos.

Em termos de estratégia macroeconômica, as prioridades do orçamento do Estado são fortalecer o rendimento das famílias e dos trabalhadores e dinamizar o seu acesso pelas pessoas, investir mais na economia e nas empresas e tornar o Orçamento Geral do Estado mais sustentável.

Cinco eixos de desenvolvimento

Em julho de 2023, o governo angolano apresentou a estratégia de desenvolvimento a longo prazo “Angola 2050”. Uma sociedade que valoriza o seu capital humano, uma infraestrutura moderna e competitiva, uma economia diversificada e próspera, um

ecossistema resiliente e sustentável e uma nação justa e com igualdade de oportunidades são os cinco eixos em que se assenta essa iniciativa.

Segundo o documento apresentado à época, o plano “Angola 2050” pressupõe a quase quadruplicação da economia não petrolífera, estimando-se que o setor do petróleo e gás, principal motor da economia, terá apenas um terço do seu valor atual. A economia não petrolífera poderá ser cerca de quatro vezes superior em 2050, face a 2022, resultando em um crescimento médio anual de aproximadamente 4,5%. Conforme o documento, terá lugar “uma grande transformação econômica no país e a diversificação vai também garantir mais equidade na distribuição de renda.

O setor da indústria, de acordo com as previsões, deve se ampliar mais de sete vezes entre 2022-50, representando 20% do PIB em 2050, acima da média da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e próximo de países campeões de crescimento, como a Malásia. Os setores de agropecuária, silvicultura e pescas deverão representar cerca de 22% do PIB.

O governo compreende que a estratégia para 2050 implica uma mudança de paradigma no país, tanto em termos sociais, quanto econômicos. A população deverá crescer dos atuais 33 milhões para 68 milhões. Porém, espera-se uma significativa retração na taxa de pobreza e um forte envolvimento do setor privado e do capital estrangeiro – em torno de 560 bilhões dólares, que deverão financiar cerca de 60% de todas as necessidades.

O novo cenário vai trazer benefícios diretos à saúde da população, aumentando a esperança média de vida para 68 anos, em função da duplicação do peso dos gastos com saúde corrente e do aumento em cerca de cinco vezes do número de médicos de família por 1000 habitantes. Promete-se ainda que todos os angolanos terão acesso a ensino de qualidade e que serão criados mais de 13 milhões de empregos. A taxa de eletrificação do país subirá para os 72% e o acesso a água potável estará disponível a cerca de 90% dos cidadãos.

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 é um dos instrumentos que “executa” a estra-

tégia “Angola 2050”. O plano é voltado a fortalecer dois pilares prioritários: desenvolver o capital humano e elevar os níveis de segurança alimentar.

O PDN também aborda a consolidação da paz, da democracia, da justiça. Contém programas para promover o desenvolvimento “equilibrado e harmonioso do território” e ampliar o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento, promover a cultura, entre outros objetivos

Consolidação do crescimento

O PDN assinala que, entre 2018 e 2022, manteve-se a trajetória de crescimento demográfico, com a estimativa da população aumentando de 29 milhões para 33 milhões, o que representa um crescimento anual de 3,1%. Esse crescimento, combinado com a recessão da economia petrolífera verificada naquele período, refletiu-se numa ligeira queda de 4% (a preços de 2022) do PIB per capita entre 2018 e 2022.

Para o período 2023-2027 a perspectiva é de “consolidação do crescimento econômico positivo verificado. Até 2027, prevê-se um crescimento eco-

nômico real anual médio de cerca de 3%, com o PIB não petrolífero crescendo cerca de 4,6% por ano, em média, compensando a contração do setor petrolífero em cerca de 2%. Este crescimento permitirá atingir em 2027 um PIB global de Kz (Kwanzas, moeda angolana) 61.538 bilhões, a preços de 2022”.

O governo angolano tem como perspectiva, também para os próximos cinco anos, manter uma trajetória de consolidação e investimento dentro dos parâmetros da sustentabilidade fiscal. Nos últimos anos, houve uma redução da dívida pública, de 90%, no final de 2018, para 65%, no final de 2022. A proposta é garantir níveis sustentáveis de endividamento. Do ponto de vista macroeconômico, estabilizaram-se as principais variáveis.

“Embora a inflação tenha subido no segundo trimestre de 2023, nos últimos anos observou-se uma redução significativa da mesma, passando de 42% em 2016, para 14% em 2022. Este quinquênio, mantemos o compromisso de assegurar o poder de compra dos cidadãos e aprimorar as políticas que visam a criação de capital junto das famílias produtoras”, expressa o PDN.

Kizomba, dança e música, surgiu nos anos 80. Hoje, nas ruas de Luanda | Divulgação



Do ativismo à kizomba

Intelectuais que lutaram pela independência, escritores que se distinguiram na comunidade lusófona e até mesmo em outras geografias, ritmos musicais únicos e bandas como os N’Gola Rhythms – a banda de Liceu Vieira Dias (Carlos Aniceto Vieira Dias) e Nino N’dongo, criada em 1947 –, ou a kizomba, ritmo musical que surgiu na década de 80 do século passado, são parte da riquíssima e multifacetada cultura de Angola.

O Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA) é um bom exemplo do ativismo cultural e político do país.

A organização cultural, formada em 1948, abrigou nomes como Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António e Agostinho Neto. A revista “Mensagem” foi o principal meio de intervenção de intelectuais angolanos e outros, de origem colonial, que contestavam as imposições do colonialismo português.

Com origens em meados do século XIX, a literatura angolana sempre foi um caso singular entre os países africanos colonizados por Portugal. Intervencionista, panfletária e com um profundo sentimento nacionalista, assumiu um papel de resistência em relação ao colonialismo português, projetando também uma forma de escrita própria e original.

Óscar Ribas, Arnaldo Santos, Luandino Vieira, Mário António, Ruy Duarte de Carvalho, Henrique Abranches, Manuel Rui Monteiro e Pepetela, prêmio Camões de Literatura, são alguns dos nomes mais relevantes. Outros destacaram-se após a independência, entre eles, Ondjaki, José Eduardo Agualusa e Uanhenga Xitu.

A kizomba, que significa “festa”, é hoje uma expressão musical identificada como uma “invenção” angolana. Mas a música angolana não começou com esse ritmo já conhecido mundialmente. Em 1947, Liceu Vieira Dias – preso e condenado juntamente com mais 50 ativistas pela independência de Angola, no que viria a ser conhecido como “processo dos cinquenta” –, e o artista Nino

Uma história que começa na...pré-história

Os bantu, o povo kongo, os nganguela, ovambo e xindonga, os jagas, os hereros, os portugueses, os cuangares... esses são alguns dos povos que escreveram a história de Angola, que começa no Paleolítico, passa pelas Terras de N’Gola e acaba no país que o mundo conhece hoje – um dos mais relevantes de África e um dos raros exemplos de uma bem-sucedida reconciliação nacional, iniciada em 2002, depois do fim da guerra civil que dilacerou o país desde a independência, em 1975.

O nome Angola foi dado pelos portugueses. Deriva do termo “ngola”, originário do quimbundo e que era o título dado ao governante do reino de Ndongo, situado na região norte. O território é habitado desde a pré-história, como provam vestígios encontrados nas regiões das Lundas, Congo e deserto do Namibe. No início do século VI d.C. chegam os bantu, originários do território onde se situa hoje a República dos Camarões.

Nos séculos seguintes, continuaram a chegar outros povos, sobretudo da zona dos Grandes Lagos

Africanos, que combateram entre si pela conquista de terras. Essas rivalidades viriam a ser aproveitadas pelos portugueses que chegaram ao Zaire, noroeste do país, em 1482, no reinado de D. João II, comandados por Diogo Cão. No início do processo de colonização, firmaram uma aliança com o rei do Congo, que dominava a região.

Em 1575, Paulo Dias de Novais tornou-se o primeiro governador português de Angola. Com 100 famílias e 400 soldados, fundou, um ano mais tarde, a cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, hoje Luanda. Começou nessa altura a exploração dos recursos naturais do vasto território e o tráfico de escravos, cujo principal destino era o Brasil.

Os portugueses estiveram no país até 1975. Durante mais de 400 anos estabeleceram as fronteiras da Angola que existem até hoje, criaram uma economia assentada na exportação de produtos como café, sisal, cana-de-açúcar, milho e minérios, e que teria um impulso significativo com o início da exploração petrolífera, em 1972. Entre 1960 e 1973, a taxa de crescimento PIB de Angola foi de 7% ao ano.

A contestação aos portugueses surgiu de forma organizada nos anos 1950, com campanhas pela

N'dongo formaram o Ngola Ritmos, com o objetivo de preservar a cultura angolana e afirmar uma identidade nacional como oposição à que era imposta pelo colonialismo.

Apesar das restrições que existiam naquela época à divulgação de grupos locais, os Ngola Ritmos ganharam popularidade com os concertos festas ou espetáculos no bairro Operário, onde se apelava à luta nacionalista.

A kizomba, dança e música que começou a dar os seus “primeiros passos” nos anos 1980, em Luanda, reflete a influência musical dos zouks e a nova liberdade conquistada com a independência. E tudo indica que continuará a ser uma

aposta nacional. Até no PDN se fala dessa dança popular. Um dos objetivos da área da cultura é a organização de quatro festivais internacionais de kizomba, como forma de desenvolver a cultura popular urbana e rural.

O planejamento governamental prevê, por exemplo, produção, promoção e “acolhimento de festivais, feiras e atividades culturais de elevada magnitude” e entre os quais se contam, além de quatro festivais de kizomba, dois festivais internacionais de cinema, duas feiras internacionais do livro, ambas em Luanda, cinco feiras nacionais do artesanato, duas feiras nacionais de gastronomia e feiras nacionais do livro (uma por ano em cada capital de província).

independência. Propostas para abertura de negociações foram recusadas pelo ditador português António de Oliveira Salazar.

No início da década de 1960, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), que nasceu em 1966, iniciaram a luta armada.

Depois da revolução do 25 de abril em Portugal, iniciou-se o processo de descolonização das antigas colônias portuguesas, tendo Angola alcançado a independência a 11 de novembro de 1975. Seguiram-se 27 anos de guerra civil entre as tropas governamentais, do MPLA, a forças irregulares da Unita. O conflito só terminou em 2002, com os acordos de Luena, no Moxico, leste do país, após a morte do líder Jonas Savimbi. Durante alguns períodos, Savimbi contou com o apoio do antigo regime de apartheid da África do Sul, que terminou oficialmente em 17 de março de 1991.

Alfredo Prado e José Ferreira

Fontes Consultadas: Governo de Angola, Embaixada de Angola em Lisboa, Banco Mundial, Jornal de Angola, FMI, Governo do Brasil, INE Angola, Wikipedia

Abaixo:

1. Vista de Luanda | Rubelluspetrinus, Wikimedia Commons
2. Guerrilheiros populares da UNITA em parada | Divulgação



AGÊNCIA REGULADORA

O dinâmico mercado de telecom de Angola

O país tem uma das mais completas e sofisticadas infraestruturas de telecomunicações do continente africano

Com *backbones* nacionais, cabos submarinos de dois consórcios globais, satélite próprio e um dinâmico mercado de telefonia móvel, fixa, de banda larga, TV por assinatura e comunicações via satélite, Angola se destaca no continente. Os avanços resultaram da liberalização do mercado, iniciada em 1999, com a criação da agência reguladora e da instituição da Lei de Base das Telecomunicações, posteriormente, atualizada.

“Tínhamos uma única operadora estatal que concentrava todos os serviços de comunicações eletrônicas, a Angola Telecom. Com a liberalização do mercado, esta operadora foi dividida em serviços de telefonia fixa e móvel, e outros operadores e prestadores de serviços agregados entraram”, conta Joaquim Domingos Muhongo, presidente do Conselho de Administração (CDA) do Instituto Angolano das Comunicações (Inacom).

Com a separação dos serviços da Angola Telecom, a Movicel começou a operar a telefonia móvel e entrou no mercado a Unitel. Além da liberali-

zação, uma reforma regulatória, em 2014, alterou o modelo de licenciamento dos operadores para um convergente, atraindo novos players. São duas licenças: a de multisserviços (prestação de serviços eletrônicos – telefonia fixa, internet, VoIP) e a licença global unificada, que tem quatro operadores: Unitel, Movicel, Africell e Angola Telecom.

A Unitel detém uma participação de 71,8%, seguida pela Africell, com 24,1% e pela Movicel, com 4,1%. Na telefonia fixa, são quatro operadoras: TV Cabo com 43,5%, MS Telecom (39%), Angola Telecom (15%) e Startel (2,5%). Há ainda 12 provedores de internet, com destaque para Netangola, Ebonet, SNET e MULTITEL; e três operadoras de TV por assinatura: TV Cabo Angola, DSTV e ZAP. A taxa de penetração na telefonia móvel é de 78%, na banda larga móvel, 33%, e 23% no serviço de TV paga.

Sem Leilão de 5G, em novembro de 2021, o governo de Angola aprovou a atribuição da faixa de 3.3 – 3.7 GHz para o 5G, às operadoras Africell, Unitel e Movicel, inicialmente para testes e, posteriormente, de forma onerosa. Hoje, apenas a Africell e a Unitel prestam o serviço, que está disponível nas Províncias de Benguela e de Luanda, com 12% de cobertura.

Angola já tinha uma das redes de comunicações mais modernas da região, por volta de sua independência. Até então, a definição das regras e exploração dos serviços eram assegurados pelo CTTU (Correios, Telégrafos e Telefones do Ultramar). Ainda na década de 1970, a exploração dos serviços de Correios foi separada dos serviços de Telecomunicações. A definição de políticas e o estabelecimento de normas e regulamentos passou a ser de competência do então Ministério dos Transportes e Comunicações.



Joaquim Domingos
Muhongo, presidente
do Conselho de
Administração Inacom

Na ocasião, foram criadas a ENCTA (Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola), a Enatel (Empresa Nacional de Telecomunicações, responsável pelas telecomunicações domésticas) e a EPTTEL (Empresa Pública de Telecomunicações), encarregada das telecomunicações internacionais. Em 1992, com a fusão da EPTTEL e da Enatel, surgiu a operadora pública Angola Telecom. Em 1999, com o início da liberalização do mercado, foi criado o Inacom, hoje subordinado ao Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

Muhongo ressalta que o Inacom goza de autonomia administrativa, orçamentária e patrimonial, consagradas no âmbito do Decreto 243/2014. A governança inclui o Conselho de Administração, com cinco membros; Conselho Fiscal e Conselho Técnico. Para o operacional, são oito departamentos.

“Angola tem backbone nacional e, em sua estratégia de digitalização, há necessidade de mais investimentos, tanto na recuperação da infraestrutura danificada, quanto na construção de novas infraestruturas para potencializar esse backbone. Para uma satisfatória cobertura das zonas rurais está prevista a construção de mais sites”, informa Muhongo.

Angola conta com os cabos submarinos WACS, SACs e Monet, geridos pelo consórcio Angola Cables; o SAT3, pela Angola Telecom; e o cabo submarino do Facebook (1África), pela Unitel.

“Ao se associar a este consórcio responsável pelo Projeto África, a Unitel está criando uma rede de fibra que permitirá o acesso aos operadores nacionais e de países vizinhos como Zâmbia, República Democrática do Congo e Namíbia. O cabo foi concebido para fornecer conectividade internacional contínua, beneficiando 3 bilhões de pessoas dos continentes africano, asiático e europeu, o equivalente a 36% da população mundial”, ressalta o presidente do CDA do Inacom.

Outro grande projeto é o Programa Espacial. Angola lançou o satélite geoestacionário próprio AngoSat-2, que entrou em operação em outubro de 2023 e é gerido pelo Gabinete de Gestão Espacial. O Programa Espacial conta ainda com serviços fornecidos pela Infrasset, por meio de satélites da Intelsat.

“O Programa Espacial é referência na África e, além dos satélites, envolve a criação de infraestrutura de operação de satélites geoestacionários. Temos um centro de monitoramento e controle e especialistas angolanos formados em várias universidades do mundo”, destaca Muhongo.

Ele diz que entre os desafios futuros estão os planos para expansão da banda larga e para segurança cibernética, além da modernização de serviços de educação e saúde por meio das telecomunicações eletrônicas e tecnologias da informação.

“Tendo em vista a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Angola se esforça em desenvolver uma infraestrutura de telecomunicações robusta, com o objetivo de servir todo o território nacional e garantir uma contínua transformação digital. Destaco em especial a Rede Nacional de Banda Larga, de fibra óptica, o projeto de um data center nacional, uma academia de cyber segurança, e o Programa Espacial, no qual pretendemos desenvolver ainda um satélite de observação”, elenca Muhongo.

Quanto às oportunidades oferecidas pelo país a quem quiser prestar serviços, ele destaca a simplificação das licenças e a oferta de infraestrutura para que pequenos provedores tenham acesso ao mercado de forma menos burocrática.

Operadoras: Unitel, Movitel, Africell, Angola Telecom, TV Cabo, MS Telecom, Startel, Netangola, Ebonet, SNET e MULTITEL, TV Cabo Angola, DSTV e ZAP

ACESSOS PELA REDE MÓVEL

- ASSINANTES VOZ – 25,9 milhões
- BANDA LARGA – 11,1 milhões

ACESSOS PELA REDE FIXA

- SERVIÇOS DE VOZ – 88,9 mil assinantes
- BANDA LARGA – 137,7 mil usuários

TV POR ASSINATURA

- 1,9 milhão de usuários

Fonte: Inacom (2023)

Carmen Nery



Cabo Verde constrói a economia azul e digital

*Com estabilidade política, social e econômica,
Cabo Verde investe na transição energética e digital
e aposta no turismo sustentável*

São dez ilhas, com quase 600 mil habitantes, que formam um país com o PIB per capita mais elevado da África Ocidental, uma posição geoestratégica única e estabilidade política, social e econômica. O arquipélago de Cabo Verde tem na geografia o seu mais importante trunfo para se destacar no sistema econômico mundial. A ambição, já assumida publicamente pelas autoridades, é transformar Cabo Verde num país plataforma, uma nação inclusiva, com uma democracia avançada, uma economia dinâmica, digital e diversificada.

Conforme divulgado em novembro de 2023 no *Jornal de Negócios*, de Portugal, para não depender somente do turismo, o governo pretende desenvolver o setor empresarial, promovendo oportunidades de investimento em áreas estratégicas relevantes, como a financeira, a portuária, a aeroportuária, a farmacêutica, a das telecomunicações e a da energia e água.

Para isso, conta com o setor privado, considerado fundamental para impulsionar o crescimento econômico, a aceleração da transição energética e digital, o turismo sustentável, a economia azul, a indústria e a transformação da agricultura. O setor privado já é hoje o maior investidor e empregador, uma liderança que deverá ser consolidada com uma forte expansão do empresariado – em especial das médias empresas, que deverão, até 2026, constituir cerca de 30% desse universo, com o setor empresarial privado assegurando pelo menos 51% do emprego.

No mesmo texto daquele jornal é também destacado que o governo de Cabo Verde “mobilizou parcerias importantes – Banco Europeu de Investimento, Banco Africano de Investimentos, Banco Mundial e FMI – para investimentos em projetos prioritários e impactantes nos domínios da transição energética, ação climática, economia circular, conectividades, transformação digital e economia azul, criando assim condições para reforçar a credibilidade do país, aceder a novos fundos climáticos ambientais à escala global e contribuir para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”.



Boa Vista, Cabo Verde | Belinda Fewings, Unsplash

De acordo com as estimativas do governo, o crescimento econômico deveria situar-se, em 2023, em 5,7%, dinamizado pela evolução do turismo e do consumo privado. Apesar de este valor representar uma queda em relação à projeção inicial de 6,8%, significa, contudo, que a economia ainda está funcionando acima do seu potencial de crescimento, reflexo da retomada da atividade econômica pós-pandemia.

Esse desempenho é reconhecido pelo Grupo de Apoio Orçamental (GAO), estrutura de apoio financeiro e assistência técnica ao orçamento de Estado, através de subvenções e empréstimos em apoio às prioridades nacionais de desenvolvimento. O grupo é constituído por Espanha, Luxemburgo, Portugal, União Europeia, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e Grupo do Banco Mundial. Na última missão do GAO, entre 20 e 27 de novembro de 2023, foram abordados, entre outros, assuntos relacionados a estabilidade macroeconômica, gestão das finanças públicas, redução da pobreza e proteção social.

Num dos pontos do comunicado divulgado após a missão, o GAO congratula-se com a atualização da agenda de reforma do Setor Empresarial do Estado (SEE), incluindo os avanços nos processos de reestruturação das principais empresas do setor, reiterando “a importância de acelerar os esforços para melhorar o desempenho das empresas do SEE, o que poderá contribuir para fortalecer o ambiente de negócios no país e impulsionar o desenvolvimento do sector privado”.

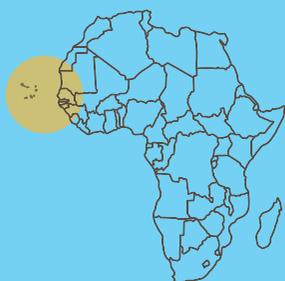
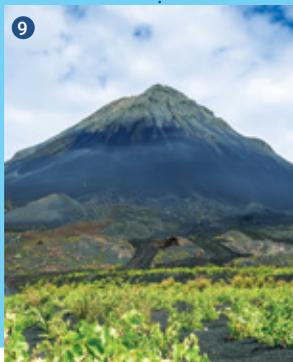
A dinamização do setor público empresarial é uma das prioridades das autoridades de Cabo Ver-



Mapa de Cabo Verde



1. Vale Xoxo, em Santo Antão | EyeEm, Freepik.com
2. Pôr do sol em Mindelo | EyeEm, Freepik.com
3. Preservação ambiental, Santa Luzia | Kalarzyna Uroanek, Unsplash
4. Vista panorâmica de Tarrafal, São Nicolau | Guido Amrein, iStock
5. Cais da cidade de Santa Maria, Sal | Sopotnicki, Freepik.com
6. Boa Vista | Martin Widenkas, Unsplash
7. Água límpida da Ilha do Maio | Victor Svistunov, Unsplash
8. Forte de São Felipe, ilha de Santiago | Elena Skalovskala, iStock
9. Pico do Fogo, Ilha do Fogo | Daboost, Freepik.com
10. Baía de Faja d'água, Ilha Brava | TxetxeCv, Wikimedia Commons



4.000 km²	593.149	US\$ 2,23 bilhões	US\$ 3,754
Área	População (2022)	PIB (2022)	PIB per capita (2022)
17,1%	7,9%	4,6%	70%
Aumento do PIB (% anual) (2022)	Taxa de inflação ao consumidor anual (2022)	Pobreza (2015)	Indivíduos que utilizam a Internet (2021)

Cabo Verde em números

A República de Cabo Verde tem superfície de cerca de 4000 km² e é formada por 10 ilhas, uma delas desabitada, e cinco ilhotas. O grupo de ilhas do Norte, denominado Barlavento, é constituído por Santa Antão, São Vicente, Santa Luzia (a que está desabitada), São Nicolau, Sal e Boavista. No Sul, o Sotavento compreende as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. A ilha com maior superfície e mais populosa é a de Santiago, onde está situada a capital, Cidade da Praia. Ali vivem 142 mil do total de cerca de 600 mil pessoas que habitam o país.

Cabo Verde é o arquipélago mais meridional do espaço conhecido como Macaronésia, um grupo de ilhas atlânticas de origem vulcânica e que incluem ainda a Madeira, os Açores e as Canárias. Está dividido em 22 conselhos, dos quais nove se situam na ilha de Santiago, e localiza-se a 460 km a oeste da costa do Senegal.

A página oficial do governo de Cabo Verde informa que, com exceção das ilhas da Boavista, do Sal e do Maio, o relevo do arquipélago é acidentado, com altitudes que ultrapassam os mil metros em algumas ilhas, atingindo os 2.882 metros na ilha do Fogo, o ponto mais alto de todo o país.

Nas ilhas com relevo mais acidentado, o clima é variado e com alguma pluviosidade. É temperado graças à ação moderadora que o oceano e os ventos alísios exercem sobre a temperatura, sendo que as médias anuais raramente se elevam acima dos 25°C, nunca descendo abaixo dos 20°C. A estabilidade climática de Cabo Verde permite a possibilidade de se fazer turismo o ano inteiro.

de. A agenda do governo inclui privatizações, alienação parcial, concessão e parcerias público-privadas, cujos procedimentos serão publicados no portal do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial. Com essa agenda pretende-se também dinamizar o mercado de capitais, com a Bolsa de Valores de Cabo Verde ocupando uma posição central.

O governo confia que a agenda promoverá a transformação digital e a modernização dos processos de gestão das empresas, reforçando a notorieda-

de do setor público empresarial, nomeadamente Caixa Económica de Cabo Verde, a EMPROFAC, a ENAPOR e CV Handling. A reforma do setor público empresarial poderá criar oportunidades para investimentos privados, nacionais e estrangeiros, acelerando o desenvolvimento econômico e social.

As ambições de Cabo Verde estão definidas na segunda “edição” do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II 2022-2026), que sucede ao PEDS 2017-2021 e que operacionaliza o programa de governo da X Legislatura e o primeiro ciclo da Ambição 2030. Dividido em quatro pilares – Economia, Social, Ambiente e Soberania – foi apresentado na Conferência Internacional de Parceiros realizada em abril de 2023, em Cabo Verde.

Plataforma de circulação do Atlântico Médio

É no “Pilar Economia” que está definida a ambição de tornar Cabo Verde um país plataforma de circulação no Atlântico Médio. Isso quer dizer que a diplomacia cabo-verdiana deve “enfrentar e vencer os desafios da consolidação da posição de Cabo Verde como parceiro útil e relevante no Atlântico Médio, aumentar o seu prestígio internacional, fazer da diáspora uma centralidade, promover novas modalidades de gestão da dívida externa e a mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento sustentável, consolidar a integração regional e promover a inserção dinâmica do país no Sistema Económico Mundial”.

A diplomacia deverá ainda reforçar a integração regional, com a reinstalação da Missão Permanente de Cabo Verde junto da União Africana, promovendo o reconhecimento das especificidades de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enquanto pequeno Estado Insular, promover a renovação do regime preferencial com a União Europeia e a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos com Brasil.

O PEDS II reforça a aposta na transformação de Cabo Verde em um país plataforma em vários níveis: desenvolvendo o turismo sustentável com cerca 1,2 milhão de turistas e a diversificação pe-

las ilhas, bem como dos produtos, dos operadores e dos países emissores; desenvolvendo a indústria e o comércio para aumentar as exportações, aproveitando as vantagens e potencialidades por explorar, nomeadamente por ser beneficiário de um leque de acordos internacionais relevantes para as exportações; desenvolvendo a plataforma do desporto designadamente com a formalização, a qualificação e especialização dos recursos humanos, o investimento em infraestruturas certificadas, mas também, e sobretudo, incentivando grandes eventos desportivos internacionais.

O país tem favorecido a diversificação por meio da economia azul – Cabo Verde é 99% mar – e no setor digital. Aposta fortemente na transição energética, com o objetivo de atingir, em 2026, 35% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, ultrapassar os 50% em 2030, e alcançar os 100% em 2040. “Ambicionamos, assim, com investimentos nas energias renováveis que poderão atingir cerca de 480 milhões de euros até 2030, construir um setor energético seguro, eficiente e sustentável, de modo a fazer avançar o país em direção a uma economia de baixo carbono, reforçando ao mesmo tempo a competitividade econômica do país”, refere o PEDS II.

Transformar Cabo Verde em um Centro Internacional de Negócios é outra aspiração. A importância e a urgência em transformar Cabo Verde numa plataforma financeira “decorre de uma oportunidade acrescida para os bancos internacionais e

fundos realizarem as suas operações financeiras internacionais a partir de Cabo Verde, no pressuposto da competitividade do país, e, também, da necessidade de dar suporte às empresas que se localizarem em Cabo Verde e promover a exportação de serviços digitais, bem como conferir suporte ao relançamento da indústria, visando sobretudo o aumento das exportações de bens”.

Coesão territorial

No pilar “Social”, o documento defende prioridade e aumento de políticas no âmbito da economia e de emprego, para promover a economia de mercado e a poupança das famílias, a diversificação e investimentos nas infraestruturas. Pretende-se ainda gerar empregos mais produtivos, nos setores com forte potencial de valor adicionado, e impulsionar o desenvolvimento de empreendedores locais.

O PEDS II estabeleceu ainda metas do Plano Estratégico da Educação 2022-2026, que darão respostas aos desafios identificados na gestão educacional. Além disso, define medidas nas áreas de formação profissional, saúde, emprego, proteção social, habitação, redução das desigualdades e da pobreza absoluta, erradicação da pobreza extrema e igualdade de gênero.

Apesar da dispersão geográfica, Cabo Verde tem conseguido, nos últimos anos, desenvolver uma rede relevante de infraestruturas rodoviárias. Quase todas as ilhas têm instalações portuárias e ae-

Da esquerda para à direita:

1. Antigo Campo de Concentração no Tarrafal, ilha de Santiago | Gagum, Wikimedia Commons
2. Mural Cesária Évora em uma loja em Sal | Gavin Campbell, Wikimedia Commons
3. Mural em Mindelo | Joehawkins, Wikimedia Commons



roportuárias. Pelo menos 70% da população tem a rede pública como principal fonte de abastecimento de água e cerca de 92% têm energia elétrica. O país tem acesso a cabos submarinos e está relativamente bem colocado segundo os indicadores de cobertura de Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs).

Apesar da evolução dos últimos anos, o PEDS II reconhece que persistem grandes desafios e merecem realce a melhoria da eficácia dos investimentos em infraestruturas e a eficiência dos serviços, procurando novas abordagens para o financiamento.

Diz o documento: “Investir em infraestruturas tem um efeito multiplicador no crescimento econômico, porquanto não só leva a uma geração de emprego, como também gera oportunidades econômicas por via da conectividade e do acesso aos serviços, permitindo diferenciação intrasetorial da economia e em especial do turismo”.

Um Plano Nacional de Infraestruturas vai viabilizar a expansão do investimento público em infraestruturas, priorizando a construção de uma via rápida Praia-Tarrafal e a conclusão do anel rodoviário do Fogo. O Plano procura promover “a

Cultura vibrante e universal

Um testemunho do cruzamento entre Europa e África. Assim é a cultura de Cabo Verde, onde a música ganha destaque, tendo em Cesária Évora um dos seus expoentes mais relevantes. “Depois da língua crioula, a música é a maior e mais rica expressão da cultura cabo-verdiana”, destaca o site oficial do Turismo de Cabo Verde.

Símbolo de união entre os cabo-verdianos que se mantêm no arquipélago e a diáspora, a música “é expressão artística, é resistência, é liberdade e é um profundo orgulho cabo-verdiano, um sentido de comunidade que junta numa roda de dança. Foi este espírito comum que forjou um povo generoso e hospitaleiro”.

A morna, o funaná, o batuque e a coladeira são alguns dos gêneros musicais de Cabo Verde e refletem a ascendência mista do seu povo, onde se cruzam africanos com europeus de Portugal, mas também de Itália, França e Espanha. Hoje, a música cabo-verdiana é amplamente conhecida em todo o mundo e continua a ser uma referência no variado universo de música com origem em África. Na literatura, os poetas Baltasar Lopes da Silva e Eugénio Tavares são figuras relevantes, mas há uma mão-cheia de escritores que têm se destacado no país, como Germano Almeida,

Manuel Lopes, Corsino António Fortes e Dulce Almada Duarte.

Tendo em conta que o setor da Cultura e das Indústrias Criativas foi um dos mais atingidos pela pandemia de Covid-19, o governo manifestou a intenção de apresentar um programa específico de relançamento e de aumento de resiliência e sustentabilidade dos operadores do setor, incluindo instrumentos de financiamento que atendam as especificidades das indústrias criativas.

Por outro lado, continuará a investir na restauração e reabilitação do patrimônio cultural, histórico e religioso e na infraestrutura cultural em todas as ilhas do país através da articulação das políticas nacionais, regionais e locais.

No seu programa para 2021-2026, o governo afirma que vai potencializar “com impacto na notoriedade internacional do país e no turismo, os seus patrimônios imateriais da humanidade – Cidade Velha e a Morna – e apresentará a candidatura do ex-Campo de Concentração do Tarrafal [para onde eram enviados durante a ditadura em Portugal os opositores ao regime os independentistas das colônias] a patrimônio mundial da humanidade”



*Para 2024 e 2025,
perspectiva de
crescimento do PIB*

descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência com coesão territorial, qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade”.

Os investimentos serão concretizados com financiamento interno e apoio dos parceiros multilaterais, mas também através de novos mecanismos de financiamento, como “conversão da dívida externa em investimento, emissão de obrigações sustentáveis (sustainable bonds), Parcerias Público-Privadas (PPP) geradoras de cash flow, permitindo recorrer ao project finance, além da operacionalização do Fundo de Infraestruturas, que permitirá alavancar mais recursos financeiros necessários para o crescimento da economia cabo-verdiana, no médio e longo prazos”.

Estabilidade e reformas

No Relatório de Política Monetária divulgado em outubro de 2023, o Banco de Cabo Verde atualizava as suas perspectivas sobre a economia do país, afirmando que apontavam para “a manutenção da tendência de abrandamento da atividade económica nacional até ao final de 2023”. Explicam a queda fatores como: conjuntura externa menos favorável, com o menor dinamismo dos principais

parceiros económicos, implicações ao nível da procura turística, que deverá ser mais moderada, os efeitos cumulativos da inflação (apesar de estar reduzindo, continua ainda em níveis elevados) e alguma incerteza sobre a oferta e os preços da energia e sobre a confiança dos agentes económicos, entre outras razões.

Apesar disso, para 2024 e 2025, o crescimento do PIB em volume “deverá se recuperar gradualmente, com a melhoria dos rendimentos reais das famílias sustentada pela descida da inflação e com o aumento da procura externa turística em linha com a melhoria das perspectivas económicas dos principais parceiros”. No entanto, a instituição alerta que o crescimento continuará a ser condicionado pelas repercussões na economia real de uma maior restritividade das condições de oferta de crédito, com implicações na redução da procura de crédito, bem como pela retirada gradual das medidas de apoio orçamental de compensação pela alta dos preços da energia (face à queda prevista nos preços futuros dos produtos energéticos no mercado internacional).

Globalmente, o Banco de Cabo Verde aponta, no documento, para que o crescimento anual do PIB real desacelere para 4,5% em 2023, antes de se recuperar gradualmente para 4,7% e 5,4% em 2024 e 2025, respectivamente. A taxa de inflação deverá recuar gradualmente e atingir os níveis consistentes com o objetivo de estabilidade dos preços em 2025, favorecida pela expectativa de queda dos preços das matérias-primas energéti-



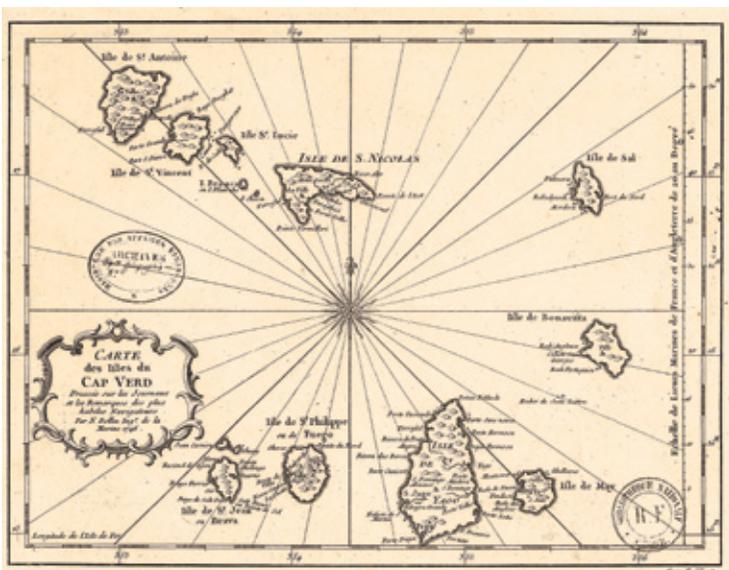
cas e não energéticas no mercado internacional, e pela normalização das cadeias de abastecimento globais e redução das pressões sobre os custos de produção. Assim, a previsão era de que a taxa de inflação média anual reduzisse para 4% em finais de 2023 (8 % em 2022) e 2,2 % em 2024, para finalmente situar-se em torno de 1% em 2025.

Estabilidade ao nível dos rendimentos, da moeda e da macroeconomia, reformas, investimentos em empregos e proteção dos mais vulneráveis são os principais objetivos do Orçamento de Estado para 2024. As prioridades passam por reforçar a conectividade interna e internacional, o desenvolvimento do capital humano e instituições, o reforço da transparência e da confiabilidade orçamentária e, também, acelerar a transição energética, climática e digital.

Em 2024, a economia deverá crescer 4,7%, menos do que os 5,7% registados em 2023. A taxa de desemprego estabilizará nos 8,2% da população ativa, mantendo-se, de acordo com o governo, em níveis historicamente baixos. A inflação esperada é de 2,8%, um valor inferior aos 5,4% registados no ano anterior. O déficit público orçamentário baixará para 2,5% do PIB em 2024, estimando-se que em 2023 tenha ficado em 3,5%. Quanto à dívida pública, baixará para 110,5% do PIB, depois de ter reduzido, em 2023, para 114,7%.

Da direita para à esquerda:

1. Edifício colonial com portas azuis e parede antiga da casa de Sal Rei na ilha de Boa Vista | Achim Schneider, iStock
2. Casas coloridas em Mindelo | Salvador Aznar, iStock
3. Mapa das Ilhas de Cabo Verde, 1746 | Jacques Nicolás Bellin (1703-1772), Wikimedia Commons



Povoamento começou no século XV

A história de Cabo Verde começa na segunda metade do século XV, tem um capítulo decisivo em 1956 e um novo impulso a partir de 1975. O povoamento do arquipélago iniciou-se em 1462, dois anos depois de portugueses e italianos terem chegado à ilha de Santiago, considerada a mais favorável para a instalação dos primeiros povoadores.

De acordo com as informações disponíveis na página do governo de Cabo Verde, dada a sua posição estratégica nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento, com particular destaque ao tráfico de escravos.

O fim do comércio de escravos e as difíceis condições climáticas contribuíram para a decadência de Cabo Verde, que viveu tempos de pobreza, com uma economia de subsistência. Mas estavam lançadas as bases de um país criado por “europeus livres e escravos da costa africana” que se “fundiram num só povo, o cabo-verdiano, com uma forma de estar e viver muito própria”, tendo o crioulo emergido como idioma da comunidade maioritariamente mestiça.

No século XX, as datas de 1956 e 1975 são determinantes para o país que conhecemos hoje. Em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se opunha ao colonialismo português e a 19 de dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde e que preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que, em 5 de julho de 1975, proclamou a independência.

Em 1991, na sequência das primeiras eleições multipartidárias realizadas no país, foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna.

Alfredo Prado e José Ferreira

Fontes consultadas: Governo de Cabo Verde, CPLP, Banco Mundial, BAD, FMI, agências de notícias

AGÊNCIA REGULADORA

Cabo Verde, mercado regulado e boa cobertura

Com as ilhas interligadas por cabos submarinos, Cabo Verde tem uma taxa de penetração de 98,4% na tecnologia móvel. A banda larga fixa teve crescimento de 16% no último ano

Cabo Verde é um país insular composto por um arquipélago de dez ilhas formando uma área de terra combinada de cerca de 4.033 km². Para a integração do país, as ilhas são interligadas por cabos submarinos de fibra óptica. Apesar de suas pequenas dimensões, Cabo Verde tem um complexo e bem regulado mercado de telecomunicações.

O país conta com duas operadoras fornecendo os serviços de telefonia fixa e móvel: Alou e Unitel T+. A Alou é resultado da incorporação da CV Multimídia e CV Móvel pela CV Telecom, que optou pela fusão para comercializar de forma integrada os serviços de voz, dados e TV.

Em junho de 2023, Cabo Verde registrava 57.244 assinantes de telefonia fixa, com uma taxa de penetração de 10%, uma redução de 1% em relação a 2022. O serviço de acesso à banda larga fixa (por meio das tecnologias ADSL, FTTH e Rádio) tinha 36.272 assinantes em junho de 2023, alta de 16% em relação a igual período do ano anterior. A taxa de penetração é de 6%.

O serviço de telefonia móvel registrava 566.766 assinantes em junho de 2023, queda de 2,6% em relação a igual período do ano anterior. São 535.612 linhas de planos pré-pagos e 31.254 linhas de planos pós-pagos. A taxa de penetração é de 98,4%. A 2G cobre 89,2% do território, o 3G, 43,9% e o 4G já está presente em 35% das localidades do país.

Os acessos habilitados exclusivamente para banda larga móvel somavam 27.130, em junho de 2023, o equivalente a 5% do total de acessos móveis. A CV Móvel (atual Alou) detinha 68% dos acessos e a Unitel T+ os demais 32%.

“Para o 5G, estamos preparando o lançamento de uma concorrência para seleção de uma consultoria para nos apoiar numa estratégia para implementação da nova geração”, informa Leonilde dos Santos, presidente do Conselho de Administração da Agência Reguladora Multissetorial da Economia de Cabo Verde (ARME).

Criada em 2018, por meio do Decreto-Lei n.º 50/2018, a Agência Reguladora Multissetorial da Economia de Cabo Verde (ARME) resulta da fusão de duas entidades reguladoras independentes, a Agência Nacional das Comunicações (ANAC) e a Agência de Regulação Econômica. Além de comunicações eletrônicas, a Agência responde pela regulação dos setores de energia (eletricidade e combustíveis), transportes, água e saneamento.

Leonilde dos Santos, presidente do Conselho de Administração da ARME



A Agência reguladora tem autonomia de gestão, patrimonial e financeira

“A ARME surge no âmbito de um conjunto de reformas, cujo objetivo foi a racionalização de estruturas e diminuição dos custos. Em setembro de 2023, a ARME completou cinco anos e, apesar do pouco tempo, ela é hoje uma entidade consolidada no que diz respeito às decisões regulatórias, que se destaca pelo nível de capacitação dos seus quadros técnicos. Mas ainda assim, temos muitos desafios pela frente, quer a nível interno, quer no contexto externo”, diz Leonilde dos Santos.

Atualmente o Conselho de Administração é constituído por três membros (um presidente e administradores executivos), podendo ter até cinco, de acordo com os seus estatutos. Fazem parte, também, da composição da ARME um Conselho Fiscal Único e o Conselho Consultivo.

No setor de telecomunicações, a principal regulação é o Decreto Legislativo 7/2005, o Regime Jurídico das Comunicações Eletrônicas que traz a base de regulação do setor.

Governo Digital

A partir de 2021, a ARME também passou a trabalhar no projeto Definição para uma Estratégia de Governo Digital para o período 2021/2024. O objetivo é potencializar a reforma administrativa e institucional do Estado, enriquecer e aprofundar a relação com a economia e a sociedade, suportar objetivos concretos de políticas públicas e aumentar a eficiência da administração por meio de melhores serviços públicos.

O papel chave da ARME na estratégia para a governança digital se deve ao fato de ser responsável pela Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde e pela Entidade Certificadora Raiz, bem como pela legislação associada à emissão de certificados digitais e certificação digital.

Leonilde dos Santos explica que, em 2021, houve alteração profunda do quadro legal, que ocorreu antes do processo de imposição de obrigações no

mercado de circuitos alugados, de banda larga fixa e do mercado das infraestruturas físicas.

Em face dessas alterações, foram adotadas uma série de medidas. A começar pela contratação de uma consultoria internacional para revisão, análise e definição dos mercados de comunicações eletrônicas; identificação dos operadores com Poder de Mercado Significativo e a imposição de obrigações.

“Foram identificados quatro operadores com Poder de Mercado Significativo (PMS), sendo três desses operadores verticalmente integrados e um operador alternativo, com dominância apenas no mercado de terminação na sua rede. Isso exigiu um novo estudo de mercado, que será realizado em 2024. Queremos criar condições para o compartilhamento de infraestrutura, para fomentar a competição e reduzir os preços”, informa a presidente do CDA da ARME.

Modelo de custeio

Está em curso o desenvolvimento de três modelos de custeio pelo regulador, a fim de determinar os custos de terminação fixa, móvel e compressão de margem financeira, com a assistência técnica do Banco Mundial para o reforço dos instrumentos de regulação ex-ante (“antes do fato”) nos mercados de atacado e de varejo das comunicações eletrônicas.

A ARME também assinou com o Banco de Investimento Europeu (BIE) um contrato para a implementação de um modelo de custeio, com base no modelo de um operador eficiente para os circuitos alugados, tendo em vista a última análise de mercado realizada.

“Entretanto, devido à demanda do mercado e os constrangimentos verificados na alteração das ofertas de referência dos circuitos alugados, foi necessário o regulador determinar através de medidas provisórias e urgentes a redução dos preços de circuitos interilhas e intra-ilhas e aumentar as capacidades de 155MB para 10 Giga nas referidas ofertas”, explica Leonilde dos Santos.

Além disso, foi feita a avaliação e aferição de qualidade de serviço móvel terrestre, na ótica do usuá-

rio, nas ilhas de Boa Vista, Sal e no Norte da ilha de Santiago. Há planos de continuar essa avaliação no sentido de abarcar todas as ilhas de Cabo Verde. No ano anterior foi feito nas ilhas de Santiago, Fogo e Maio. Para 2024, prevê-se abarcar mais três novas ilhas.

“A regulamentação de compartilhamento das infraestruturas e de integridade de redes são outros projetos que estão em curso e que pretendemos concluir em 2024. Estão sendo implementadas ainda regras para infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrônicas em edifícios, loteamento, urbanizações e conjunto de edifícios, no sentido garantir o acesso não discriminatório às infraestruturas e expansão do serviço de banda larga”, informa Leonilde Santos.

Há planos também de se avançar com a contratação de uma consultoria para o desenvolvimento de um Sistema de Informação Centralizado, que permita as entidades terem acesso a informações sobre as infraestruturas aptas ao armazenamento e possam fazer uma gestão integrada e organizada das intervenções no domínio público.

A ARME faz a gestão e o controle do espectro radioelétrico e, no âmbito do setor das comunicações eletrônicas, tem o poder de regular o acesso a atividade, através de atribuições de Autorização Geral (licença única), para prestação dos serviços.

“Não obstante a autorização geral para a prestação de serviços, em que é necessário números e frequências, a ARME tem a competência para atribuir um título específico de direitos individuais de utilização desses recursos (espectro e número). E embora não tenhamos atualmente ainda operadores prestando o serviço de satélite no país, temos um quadro legal favorável e todas as condições para isso”, destaca a presidente do CDA da ARME.

A Agência tem autonomia de gestão, patrimonial e financeira. No que tange à elaboração e execução do orçamento anual, tem relativa autonomia para escolher os instrumentos. Em 2023, o orçamento da ARME somou 470.040.977 ECV (Escudo cabo-verdiano), o equivalente a US\$ 4.670.518, e deve chegar a 478.570.608 ECV (US\$ 4.755.272) em 2024.

Parceria com RNP

Cabo Verde também tem obtido financiamento e apoio a projetos para melhoria de sua infraestrutura. O Projeto de Melhoria da Conectividade e Infraestruturas Urbanas em Cabo Verde tem o apoio da brasileira Rede Nacional de Pesquisas (RNP). O objetivo do projeto é aprimorar o acesso a infraestruturas urbanas e transporte resilientes às mudanças climáticas em áreas específicas. Por meio de suas cinco componentes, o projeto visa melhorar a resiliência das infraestruturas urbanas e comunitárias, a conectividade e a resiliência dos serviços de transporte, além de fornecer assistência técnica para o fortalecimento da capacidade de gestão de transporte.

O projeto também conta com apoio do Banco Mundial, que aprovou um financiamento de 40 milhões de dólares. Este projeto, liderado pelo governo, visa incentivar o desenvolvimento de localidades com potencial agrícola e turístico, melhorando as condições para atividades econômicas e impactando positivamente a economia local, a produção, o emprego e o rendimento das famílias cabo-verdianas.

Operadoras: Alou e Unitel T+

ACESSOS PELA REDE MÓVEL

→ ASSINANTES DE VOZ – 566.766

→ BANDA LARGA – 27.130

TAXA DE PENETRAÇÃO (por 100 hab.)

→ 98,4% na telefonia móvel

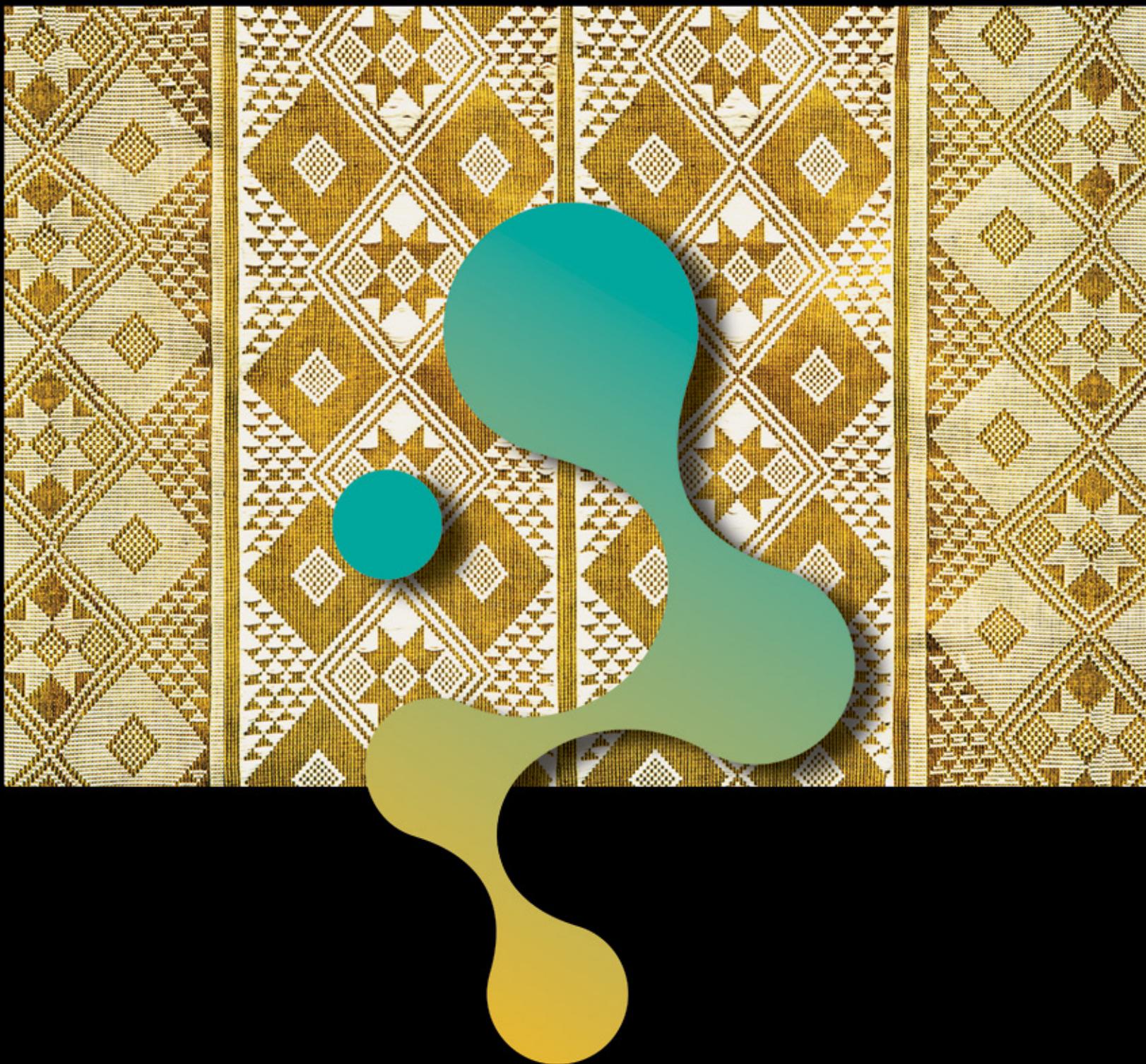
ACESSOS PELA REDE FIXA

→ SERVIÇOS DE VOZ – 57.244

→ INTERNET FIXA – 36.272
(ADSL, FTTH e Rádio)

Fonte: ARME (Junho de 2023)

Carmen Nery



Guiné-Bissau traça programa para ampliar infraestrutura

Com suas dezenas de ilhas e uma parte continental, Guiné-Bissau busca enfrentar o problema da pouca oferta de energia elétrica, mas a internet já alcança 35% da população

Depois de quase quatro séculos de colonização portuguesa e 50 anos de independência, a Guiné-Bissau tem se esforçado para construir um Estado com fundamentos estáveis. Nesse intuito, precisa enfrentar desafios institucionais constantes, que impactam e às vezes criam barreiras para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Um robusto programa de investimentos em infraestruturas está em curso, para trazer avanços nos setores de energia e transporte rodoviário. Propostas como essa podem representar uma esperança para melhoria de vida da população, que, em grande parte, está abaixo do limiar de pobreza – 60% vivem com menos de 2 dólares por dia no país considerado pelo Banco Mundial “o mais pobre do mundo”.

Com uma atrativa costa marítima e reservas florestais cobiçadas por extrativistas de madeira, o país tem sua economia calcada em seus recursos naturais. O caju é o principal produto de exportação nacional. Outras fontes de rendimento são as concessões de pesca em águas territoriais; a exploração de fosfatos, em Farim, no Norte, da bauxita, em Boé, no Leste, e das areias pesadas, em Varela.

A energia elétrica continua a ser um dos maiores entraves ao desenvolvimento. Em finais de 2023, o país ainda dependia de um único fornecedor: um navio-usina da empresa turca Karpowership. Em outubro de 2023, a Guiné-Bissau ficou durante

dois dias desabastecida, devido a uma alegada dívida de 15 milhões de dólares por parte do Estado à companhia. O fornecimento foi restabelecido, mas o problema estrutural persiste.

A solução para garantir as necessidades em energia elétrica no curto prazo poderá estar na ação da Organização para o Aproveitamento do Rio Gâmbia (OMVG, na sigla em inglês), que já atende a capital Bissau. A OMVG engloba Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Gâmbia e Senegal.

A dívida é um dos maiores obstáculos para o crescimento saudável. Em uma tentativa de enfrentar esse impasse, no segundo semestre de 2023, a Guiné-Bissau entrou com um novo pedido de financiamento no Banco da África Ocidental (BAO), fundamentalmente para quitar os débitos.

Nos últimos anos, a média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5%. Índice considerado pequeno pelas autoridades, face ao tamanho das necessidades locais. Há relatos de que o sistema tributário enfrenta graves problemas na alocação dos recursos e de transparência de seus gastos.

O conjunto de fatores que emperram o desenvolvimento tem outra consequência: dificulta o combate à pobreza. Nesse contexto, a educação tem papel fundamental para permitir aos jovens oportunidades de ascensão social. Porém, o país amarga um importante atraso no sistema educacional. À semelhança do que acontece em geral, no mundo, também na Guiné-Bissau as telecomu-





Mapa de Guiné-Bissau

OCEANO ATLÂNTICO



36.125 km²

Área

3,5 %

Aumento do PIB (% anual) (2022)

2.105.566

População (2022)

9,4%

Taxa de inflação ao consumidor anual (2022)

US\$ 1,63 bilhão

PIB (2022)

21,7%

Pobreza (2018)

US\$ 775,8

PIB per capita (2022)

35%

Indivíduos que utilizam a Internet (2021)

Fonte: Banco Mundial



Da esquerda para à direita:
 1. Barcos atracados na praia | EyeEm, Freepik.com
 2. Vista aérea do arquipélago de Bijagós | Siemprevverde22, iStock
 3. Saltinho, piscinas naturais no Rio Corubal, Bafatá | Divulgação
 4. Grupo de crianças coletando berbigão na praia, na ilha de Orango | Tiago_Fernandez, iStock

Guiné-Bissau em números

A Guiné-Bissau fica na costa ocidental de África, estendendo-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até a ponta Cagete. Faz fronteira, a norte, com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné Conakry e a sul e oeste com o Oceano Atlântico. A área nacional de 36.125 km² inclui o arquipélago dos Bijagós.

A Guiné-Bissau destaca-se dos países limítrofes por apresentar uma superfície costeira profundamente entrançada por rios, ilhas e ilhéus.

O país é constituído por uma parte continental e uma insular, formada por 80 ilhas e ilhéus do arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais do rio Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

A parte continental consiste em uma planície costeira e uma zona interior de planalto. A planície costeira é semi pantanosa, mesclando planícies baixas com largos estuários, onde desaguam os principais rios que atravessam a Guiné.

A zona interior é formada por planaltos pouco elevados, podendo distinguir-se duas zonas de transição que conduzem a dois pequenos planaltos – de Bafatá e Gabú – e a zona de colinas com as maiores altitudes do país, cerca de 300m, na região de Boé, onde foi proclamada unilateralmente a independência do país em 24 de setembro de 1973.

nações e designadamente a telefonia móvel têm registrado crescimento exponencial, embora o país continue atrasado na expansão das conexões de Internet de banda larga. Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), cerca de 35% da população tem acesso à Internet. O custo médio mensal de uso de um telefone celular era, em 2022, de US\$ 5,10, o que é considerado relativamente alto. Se esse custo for convertido em produção econômica por habitante, um usuário na Guiné-Bissau gasta 8,0% de sua renda em telefonia móvel, enquanto, globalmente, essa taxa é de 4,6%.

Ajuste financeiro

Durante missão de avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao programa financeiro Facilidade de Crédito Alargado, realizada em setembro e outubro de 2023, foi anunciado o pagamento, em novembro, de uma nova parcela de US\$ 8,1 milhões, relativa ao programa de ajuste financeiro acordado em janeiro de 2023. O programa do FMI visa, entre outros objetivos, baixar a dívida pública da Guiné-Bissau e a melhorar a gestão da tesouraria.

Na ocasião, o chefe da missão disse que a previsão é de que o déficit continue a aumentar, com crescimento de 4,2% para 2023, e inflação de 8%. Embora tenha constatado “derrapagem orçamental” em alguns setores e designadamente nos salários, avaliou “avanços significativos nas reformas estruturais, cumpridos dois dos três objetivos” definidos e “duas metas estruturais antes do prazo”.



Terra firme, dezenas de ilhas e riqueza cultural

Com uma área de 36 mil km², que tem extensão máxima de 300 km e largura de cerca de 250 km, a Guiné-Bissau é constituída por uma parte continental e uma insular, formada por 80 ilhas.

País membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, também, da Organização Internacional da Francofonia (OIF), à semelhança dos vizinhos, a Guiné-Bissau tem o português como língua oficial, que é ensinada às crianças em todos os níveis de ensino, do primário ao universitário.

A cultura nacional é uma simbiose das culturas, tradições, artes e religiões das várias etnias do país e da ligação do povo português, colonizador, com os povos da região do Golfo da Guiné.

As diversas religiões, com os seus ritos próprios, têm convivido harmoniosamente. Segundo levantamento institucional, a maioria da população do país é muçulmana (45,1%), seguindo-se as denominações cristãs (22,1%) e animistas (14,9%).

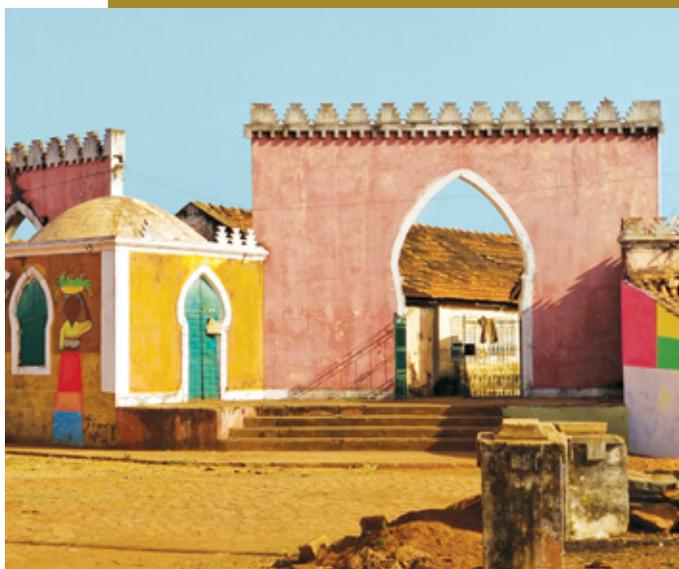
Os dialetos regionais, a dança, o artesanato, as tradições orais e as coreografias compõem um tecido cultural de grande riqueza, que se expressa, frequentemente, por ocasião de grandes eventos, como casamentos, funerais, festas de colhei-

tas ou cerimônias de iniciação na adolescência.

Nas áreas urbanas e em Bissau, a capital, o ritmo musical mais ouvido é o gumbé guineense, que anima as noites. A paixão pela dança, comum aos guineenses, adquire particular densidade no período do Carnaval, festejado nas ruas e quintais dos bairros.

A gastronomia apresenta um cardápio de sabores africanos intensos, onde a malagueta e o limão têm presença constante, em harmonia com ingredientes europeus. O alimento comum a todos é o arroz, tradicionalmente cultivado em água salgada. Prato do dia a dia, o “bianda”, assim designado o arroz cozido, é acompanhado pelo “mafé”, molhos ou caldos feitos à base de peixe ou frutos do mar, carne caprina ou galinha.

Da refeição tradicional fazem também parte frutos e vegetais, como a batata doce, a mandioca, o milho e o quiabo, além de djagato e baguitchê, vegetais muito apreciados. Tudo isso é regado a óleo de palma (chabéu) e amendoim (mancarra). E, para beber, além da cerveja e do vinho importado da antiga “metrópole”, as bebidas da terra: fermentados de caju, de palma, refrescos à base de frutas e chá verde.



Da esquerda para à direita:

1. Mulheres reunidas | gaborbasch, iStock
2. Praça dos Heróis Nacionais em Bissau | Tiago_Fernandez, iStock
3. Mercado de Bafatá, também conhecido como Mercado Árabe | Jcornélio, Wikimedia Commons
4. Comida de rua | 6m, Freepik.com



Hastear da bandeira da Guiné Bissau, 1974 |
João Carvalho, Wikimedia Commons

De Nuno Tristão à Independência

Ano de 1446. O português Nuno Tristão é o primeiro navegador europeu a desembarcar no litoral da região da África Ocidental que viria a ser denominada Guiné Portuguesa e, mais tarde, já independente, Guiné-Bissau. Nesse mesmo ano, na sua terceira viagem exploratória da costa ocidental da África, em busca do caminho marítimo para a Índia, passou Cabo Verde e chegou à foz do Rio Gâmbia, onde foi morto em confronto com tropas locais.

Após a descoberta, Portugal instala na região, então pertencente ao reino de Gabu, subsidiário do Império do Mali, postos de comércio e feitorias. Vinho, cereais, azeite e sal levados de Portugal são trocados por ouro, malagueta e marfim com as populações das etnias balanta, fula e malinqués.

O processo de colonização só começa, efetivamente, em 1558, quando foi fundada a vila de Cacheu, hoje um dos principais aglomerados urbanos da Guiné-Bissau. A expansão para o interior do território se deu a partir do século XIX. E foi no século XX, quando em Portugal vigorava um regime colonialista, governado por António de Oliveira Salazar, que a colônia passou a ter o estatuto de província ultramarina, com a designação de Guiné Portuguesa.

Na década de 1960, a África viveu uma onda de rebeliões anticoloniais, de norte a sul do continente. As colônias portuguesas não ficaram alheias aos movimentos de libertação nacional. Guineenses e cabo-verdianos, liderados pelo engenheiro agrônomo Amílcar Cabral, antigo estudante universitário em Portugal, após anos de preparação e organização, desencadearam, a 23 de janeiro de 1963, a luta de libertação nacional.

Durante 11 anos, os destacamentos de guerrilheiros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) combateram os portugueses. Em 1973, infligiram pesadas derrotas ao exército colonial e, no dia 24 de setembro desse mesmo ano, em Madina do Boé, no Leste, anunciaram a proclamação unilateral da independência.

Seis meses após a cerimônia em Madina, afundado numa prolongada crise política e militar, agravada pelas lutas de libertação nas restantes colônias e pela luta interna, o Movimento das Forças Armadas (MFA) põe termo, no 25 de abril de 1974, ao regime português, naquela que ficaria conhecida como Revolução dos Cravos.

Ao longo dos seus primeiros cinquenta anos de Independência, a Guiné-Bissau vive, inicialmente, sob regime unipartidário liderado pelo PAIGC, passando depois ao multipartidarismo, instaurado em 1991, durante a presidência do general João Bernardo Vieira, que viria a ser assassinado em um golpe palaciano. Três anos depois, em 1994, foram realizadas as primeiras eleições livres.

Em novembro de 2023, ano do quinquagésimo aniversário da Proclamação da Independência, o presidente da República, Umaro Sissoco Embaló, enfatizou: "(...) Na África e no mundo, a Guiné-Bissau ganhou visibilidade positiva, alargou o âmbito das suas opções diplomáticas, foi capaz de mostrar utilidade nesse exercício de 'dar e receber' que, como é sabido, é próprio de uma diplomacia lúcida e atenta aos interesses nacionais que representa. Nos 50 anos da nossa independência, é difícil encontrar um paralelo comparável, um período que tivesse sido diplomaticamente mais fecundo do que este que estamos a considerar, compreendido entre 2020 e 2023".

Poucos dias depois, o país é palco de uma nova tentativa de golpe, alegadamente liderada pelo comandante da Guarda Nacional e por políticos adversários do presidente da República. A tentativa foi sufocada por forças do Exército e o parlamento foi dissolvido.

Alfredo Prado e José Ferreira

Fontes Consultadas: Governo da Guiné-Bissau, Presidência da República, Banco Mundial, BAD, FMI, agências de notícias

AGÊNCIA REGULADORA

Guiné-Bissau investe em backbone

Com apenas duas operadoras, Guiné-Bissau depende das redes móveis. O governo tem projetos para construir um backbone nacional de fibra óptica

Como em boa parte dos países africanos, na Guiné-Bissau a universalização de serviços de conectividade é por meio das redes móveis, atualmente dominante no país. No final do terceiro trimestre de 2023, Guiné Bissau contava com 2.043.494 acessos móveis, nas tecnologias 2G, 3G e 4G.

O país tem apenas duas operadoras: a Orange e a MTN, grupo sul-africano que opera em 19 mercados. Guiné-Bissau já teve as estatais Guiné Telecom, que operava telefonia fixa, e a Guinete, telefonia móvel, mas ambas deixaram de prestar os serviços. Com o encerramento das atividades da Guiné Telecom o serviço de telefonia fixa foi extinto, assim como a banda larga por ADSL. Atualmente, a banda larga fixa é por meio da fibra óptica e atende 6.525 usuários.

Idrissa Adão Só, técnico da diretoria de Mercado e Acompanhamento de Operadores da Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação da Guiné-Bissau (ARN-TIC), diz que as duas operadoras móveis atuam em plena concorrência no mercado, com backbones de fibra óptica próprios e 80% de cobertura nacional.

“Considera-se uma operação positiva na nossa avaliação. O serviço 3G tem uma taxa de penetração de 38,6% em nível nacional; enquanto na rede 4G a taxa é de 25%. Quanto ao 5G, consideramos que ainda não é o momento de licitar frequências e implementar o serviço. Já no segmento de rede fixa, tínhamos uma operadora (Guiné Telecom), mas, com a liberalização do mercado, em 1999, ela foi reduzindo sua operação e já não funciona mais. Também não temos nenhuma empresa operando no setor de satélites, mas está previsto, para 2024, uma negociação com a Starlink para exploração de rede satélite”, informa Adão Só.

Reestruturação

A Lei n.º 5/2010 – Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de 27 de maio de 2010, extinguiu o Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau (ICGB), criado em 1999, e estabeleceu a Autoridade Reguladora Nacional das TIC (ARN). A ARN sucedeu ao ICGB na sua personalidade jurídica, mantendo todos os direitos e obrigações legais ou contratuais, que integram a respetiva esfera jurídica.

A composição da agência inclui o Conselho de Administração, que é o órgão colegiado responsável pela definição e implementação da atividade reguladora da ARN, bem como pela direção dos respectivos serviços. Além do conselho, há um Revisor de Conta, um Conselho Técnico e um Conselho Consultivo.

O Revisor de Conta é o órgão responsável pelo controle da legalidade da gestão financeira e patrimonial da ARN e de consulta do Conselho de Administração neste tema. O Conselho Técnico é composto pelos diretores operacionais dos diferentes setores de atividade abrangidos pela regulação e incorporados na ARN. Ao Conselho Técnico compete, nomeadamente, emitir pareceres e realizar estudos que lhe forem solicitados nos termos dos presentes estatutos e do Regulamento Interno da ARN. E, por fim, o Conselho Consultivo é composto por representantes das entidades reguladas e de associações representativas dos consumidores e das câmaras de comércio para um mandato de três anos, renovável. Sua função é de apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação da ARN.

A Agência conta com nove diretorias: Financeira, Recursos Humanos, Mercado e Acompanhamen-

to dos Operadores, Relações Exteriores e Cooperação, Radiocomunicação e Engenharia, Controle de Tráfego e Qualidade de Serviços, Comunicação e Sistemas de Informação, Núcleo de Informação e Comunicação, Regulamentação, Assuntos Jurídicos e Defesa do Consumidor.

A ARN está dotada de personalidade jurídica, com autonomias administrativa financeira e patrimonial, exercendo a sua ação sob tutela do Ministério dos Transportes, Telecomunicação e Economia Digital, responsável pelo setor de tecnologia da informação e comunicação.

Adão Só ressalta que o papel da ARN é de o apoiar o governo na coordenação, tutela e planejamento do setor das TICs, bem como na regulação, supervisão, fiscalização e representação técnica do setor. O orçamento anual da ARN é de cerca de 4 bilhões de francos CFS (US\$ 6.634.000).

Também compete à ARN definir e analisar os mercados relevantes e declarar as empresas com posição significativa no mercado, de acordo com os procedimentos no regulamento relativo à interligação. A análise de mercado é necessária de modo a determinar o caráter concorrencial ou não dos mesmos e determinar quais as obrigações regulamentares que devem ou não ser introduzidas e associadas às ofertas de operadores com posição significativa num mercado particular.

Em 2023, a agência trabalhou nos regulamentos para definição da obrigação assimétrica de limites das tarifas de interligação; implementação do sistema de contabilidade analítica; para prática de tarifas não excessivas, não abusivas e nem discriminatórias; além de publicar anualmente uma oferta de referência de interligação previamente aprovado pela ARN. A Orange foi identificada como a operadora PMS. “Com a regulação assimétrica, introduzida em outubro de 2023, buscamos uma normali-

dade do mercado. Já existe também regulamento para compartilhamento de redes”, diz Adão Só.

Para 2024, está programada a implementação de um modelo de custeio de serviço de telecomunicações para atacado e varejo; o estabelecimento de regras para implementação de contabilidade analítica dos operadores de telecomunicações; elaboração das diretrizes específicas relativamente a roaming nacional e para a liberalização e acesso ao código USSD – modalidade de serviço de envio de mensagens curtas em dispositivos de telefonia.

Desafios

São vários os desafios para os próximos anos, aponta o técnico da ARN. A começar pelos desafios regulatórios de adequação da Lei nº 05/2010 para Lei de Comunicações Eletrônicas e pela elaboração da Política e Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Acesso/ Serviço Universal da Estratégia Nacional de Promoção de Banda Larga e da Estratégia Nacional de Economia Digital.

A ARN também deve coordenar a implementação da infraestrutura de backbone nacional de fibra óptica e a construção e instalação do segundo cabo submarino Amílcar Cabral. O backbone nacional é uma rede do governo e está relacionado com o projeto do cabo submarino instalado em 2023.

O cabo submarino do consórcio ACE (Africa Coast to Europe) parte da França, atravessa todo o continente africano e foi o primeiro a chegar a países como Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, entre outros países do continente. O segundo cabo, em estudo, vai ligar Guiné-Bissau a outros países da Europa.

“Existem oportunidades de investimento em tecnologias móveis e redes sociais que são casos de sucesso nas pequenas e médias empresas em muitos países, mas isto não se verifica na Guiné-Bissau devido à falta de vontade dos investidores, o custo da internet, à falta de know-how, falta de alinhamento dos objetivos da empresa com as soluções de tecnologias existentes”, analisa Idrissa Adão Só.

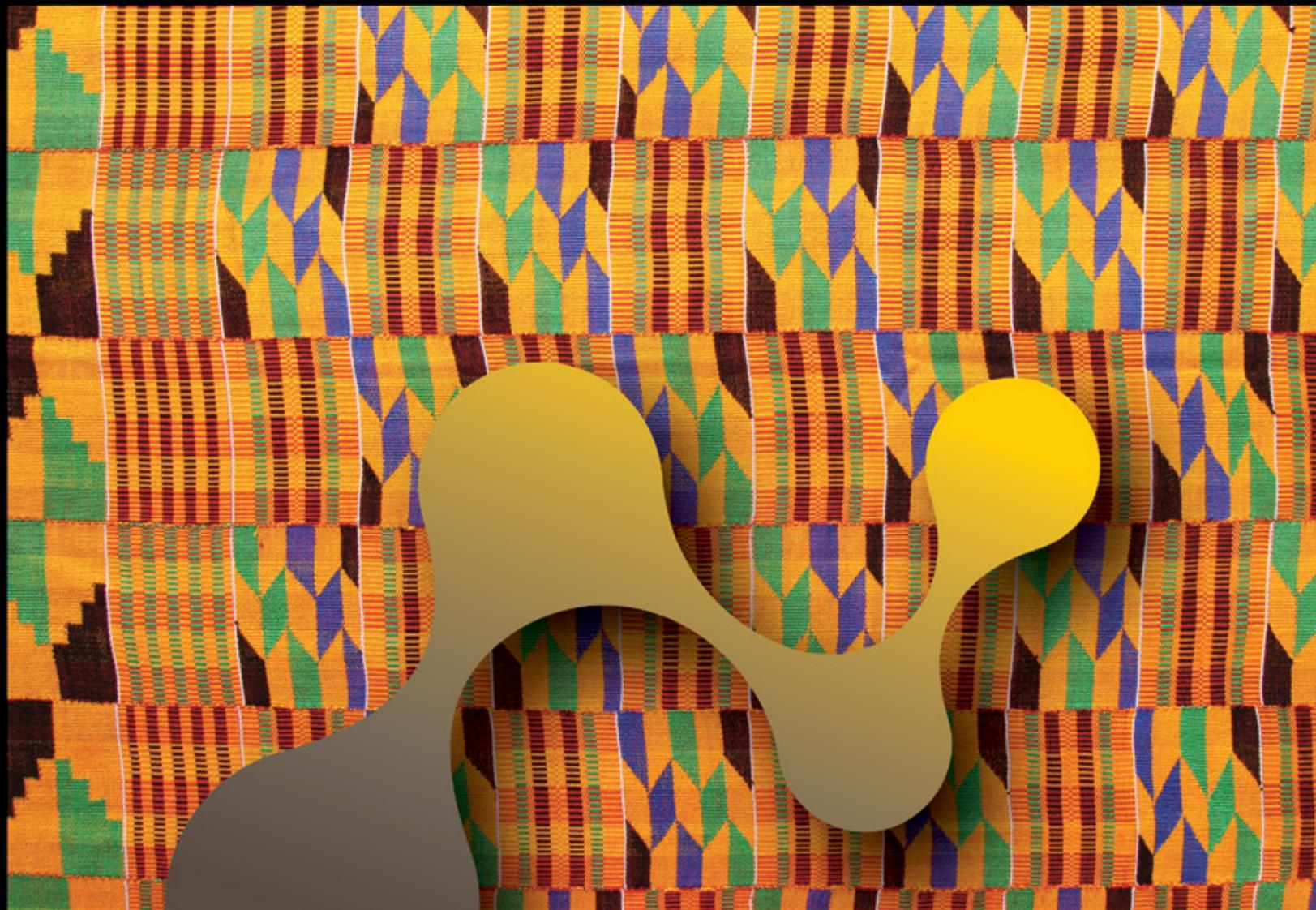
Operadoras: Orange e MTN

→ ACESSOS MÓVEIS: 2.043.494

→ BANDA LARGA POR FIBRA: 6.525 acessos

Fonte: ARN

Carmen Nery



Guiné Equatorial em busca de investimentos privados

O plano econômico da “Agenda Guiné Equatorial 2035” tem entre os objetivos promover a diversificação econômica, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental

Com pouco mais de 1,7 milhão de habitantes, majoritariamente jovens – em 2022, cerca de 60% da população tinha menos de 25 anos – a Guiné Equatorial está em plena recuperação de um período de recessão. Os desafios estão mapeados: erradicação da pobreza, inclusão social, produtividade e industrialização, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial.

Estes são os grandes eixos estratégicos definidos na “Agenda Guiné Equatorial 2035”, um plano econômico lançado em 2021 e cujo principal objetivo é promover a diversificação econômica, reduzindo a dependência em relação aos hidrocarbonetos, derivados do petróleo, que representam mais de 60% do PIB e 96% das exportações do país.

Mas o chamado ouro negro não é a única riqueza nacional. Madeiras, ouro, bauxita, diamantes e minerais raros podem também ser encontrados no território. E, embora seja um dos menores países da África, a Guiné Equatorial dispõe de um vasto litoral, o que lhe permite ter uma das maiores zonas econômicas exclusivas.

As exportações do petróleo ajudaram a diminuir o déficit das contas públicas e espera-se que a adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), realizada em 2017, contribua para um aumento do investimento estrangeiro e para a transferência de tecnologia de outros países-membros da organização, especialmente da região.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), cerca de 80% das receitas do Estado provêm dos hidrocarbonetos. A produção de petróleo, que chegou a atingir os 300 mil barris diários, tem recuado desde 2004, caindo para cerca de 93 mil, em 2021. Apesar de as receitas do petróleo terem impulsionado outras atividades, o seu peso na economia ainda não é considerável. Em 2022, o setor primário representava 2,6% do PIB, e no terciário destacavam-se os transportes e as comunicações, com 6,8%; e o comércio, com 8%.

As importações vêm sobretudo da China, da Espanha e dos EUA. Em 2022, a China representava 26,9% do total; a Espanha, 19,7%; e os EUA, 8,2%. Seguem-

-se a Turquia (5,7%) e Angola (4,9%). Máquinas, produtos alimentares e agrícolas, veículos e outros materiais de transporte foram os itens estrangeiros mais adquiridos. Para as exportações, no mesmo ano, os principais destinos foram China (19,7%), Espanha (19,6%), Índia (11,1%) e Itália (8,6%).

Ambição para 2035

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial (Inege), até 1996, o país “era um dos mais pobres do mundo”, com rendimento per capita inferior a US\$ 200. Porém, com a descoberta e a exploração dos recursos petrolíferos, experimentou um crescimento econômico espetacular. Em 2001, o rendimento per capita era estimado em US\$ 3.837 e, em 2019, esse indicador foi estimado em US\$ 8.587.

Segundo o mesmo instituto, o padrão de vida da população melhorou substancialmente graças a diversos programas implementados pelo governo para erradicar a pobreza. “No entanto, são necessários esforços significativos no setor social para melhorar consideravelmente esse indicador. Em 2019, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Guiné Equatorial foi de 0,592, classificando o país na categoria de desenvolvimento humano médio”, aponta o Inege.

A “Agenda Guiné Equatorial 2035” propõe no terceiro eixo, o da produtividade e industrialização, um conjunto de políticas para desenvolvimento das finanças públicas e do sistema financeiro.





Mapa de Guiné Equatorial



28.051,5 km²	1.674.908	US\$ 12,03 bilhões	US\$ 7.182,3
Área	População (2022)	PIB (2022)	PIB per capita (2022)
3,8 %	4,8%	sem dados	54%
Aumento do PIB (% anual) (2022)	Taxa de inflação ao consumidor anual (2022)	Pobreza (2018)	Indivíduos que utilizam a Internet (2021)

Fonte: Banco Mundial



Da esquerda para à direita:
 1. Vista Panorâmica de Malabo | cartoonstock, Freepik.com
 2. Catedral Santa Isabel, Malabo | Denis Barthel, Wikimedia
 3. e 4. Litoral e cachoeira, Guiné Equatorial | Jan Ziegler, iStock

Guiné Equatorial em números

Segundo o Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial, o país tem uma área de 28.051,5 km² e, de acordo com os resultados definitivos do IV Censo Geral da População e Habitação de 2015, uma população de 1.225.377 habitantes – outras fontes indicam que em 2023 o número de habitantes era de 1,7 milhão. Localizado na zona equatorial da costa oeste da África, no Golfo da Guiné, é composto por duas partes: a Região Insular e a Região Continental.

A Região Insular tem área de 2.034 km² e inclui a ilha de Bioko, onde se desenvolveu Malabo (capital política do país), e a ilha de Annobón, localizada no hemisfério sul, a 682 km de Malabo. Está dividida em três províncias e cinco distritos: Província de Bioko Norte, com 776 km², que inclui os distritos de Malabo e Baney; Província de Bioko Sul, com 1.241 km², com os distritos de Luba e Riaba; e Província de Annobón, com 17 km², tem um distrito de mesmo nome.

A Região Continental, com área de 26.017,5 km², é formada por cinco províncias: Litoral, Centro Sul, Kie Ntem, Wele Nzaz e Djibloho.

O país está dividido em Províncias (8), Distritos (19), Municípios (37), Distritos Urbanos (65), Comunidades de Vizinhos e Conselhos de Povoado. A capital é a cidade de Malabo e outras cidades importantes são Bata, Djibloho, Ebibeyin, Evinayong e Mongomo.

Também se fala no modelo de financiamento da economia, na promoção de investimentos e no aumento das exportações.

No âmbito macroeconômico, o governo deseja criar as condições para a estabilidade e eficiência da economia, assegurando, assim, a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. Na promoção do investimento, o documento informa que o objetivo geral é aumentar os níveis de investimento privado, nacional e estrangeiro.

Entre as bases para implantar a “Agenda”, está a criação de um ambiente empresarial propício para promover investimentos com focos específicos:

produção destinada ao mercado interno para satisfazer as necessidades básicas das populações; desenvolvimento prioritário de áreas ou localidades desfavorecidas; reabilitação ou modernização das infraestruturas destinadas à exploração, produção e prestação de serviços; inovação tecnológica na produção de bens e serviços.

Apelo aos empresários da CPLP

Em agosto de 2023, em declarações dadas em São Tomé e Príncipe, o ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Simeón Esono Angue, apelou aos empresários portugueses, brasileiros e ao restante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para investirem no país, ajudando-o a diminuir a dependência do petróleo. “O governo da Guiné Equatorial concebeu um programa de desenvolvimento e de construção até 2035. Estamos abertos para que venham investimentos portugueses e brasileiros, de todo o mundo, para a sua efetivação”, afirmou Angue, que foi citado no site da Forbes África Lusófona.

Segundo o site oficial do governo da Guiné Equatorial, o Orçamento Geral do Estado para 2024 prevê, no setor produtivo, um investimento de 10 bilhões de francos CFA para a construção de uma refinaria, 80 bilhões para a participação do Estado em instituições financeiras e 10 bilhões para investimentos em empresas estatais.

Estão ainda previstos créditos de 20 bilhões destinados ao Fundo de Co-investimento, para apoiar investidores privados em projetos de interesse nacional, projetos de diversificação da economia no valor de 50 bilhões e créditos para promoção do turismo.

A Guiné Equatorial iniciou, em 2012, a construção de uma nova capital, na província de Djibloho, região de Wele-Nzaz, na parte continental do país. Inicialmente recebeu o nome de Oyalá, mas depois mudou para Ciudad de la Paz. Estima-se que 160 mil habitantes vão ocupar a área de 8 mil hectares. O custo das obras foi avaliado em US\$ 260 bilhões. O projeto, de autoria de uma empresa portuguesa, se propõe a criar uma cidade “que combine as raízes culturais do país com as melhores soluções de sustentabilidade”.

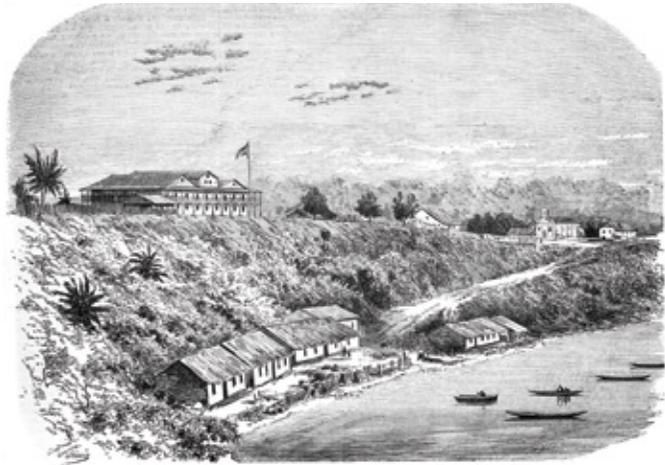
África e Espanha na cultura

A cultura da Guiné Equatorial é um cruzamento das origens africanas com o legado espanhol. Na música, por exemplo, existem vários gêneros africanos – como o makossa, dos Camarões, e o soukus, com raízes no Congo –, mas também há influências espanholas, como no trabalho de uma das bandas mais populares do país, a Desmali y su grupo Dambo de La Costa. O som do grupo é inspirado na guitarra acústica espanhola.

Segundo o site World Atlas, outros instrumentos populares da música local são tambores, arcos de harpa e xilofones de madeira. A dança também ocupa um lugar importante na cultura da Guiné Equatorial. Duas danças famosas são o ibanga e a dança balélé, que é realizada em ocasiões especiais, como feriados. O maior grupo étnico do país, os Fang, é também conhecido por um instrumento musical, o mvet, uma combinação entre um zither e uma harpa.

Dois grandes festivais de música agitam o país: o Malabo Hip Hop Festival, que dura 10 dias durante o mês de dezembro; e o do Dia da Música, patrocinado, em parte, pelo Ministério da Informação, Cultura e Turismo, em celebração à história musical do país. Na literatura, grande parte dos autores da Guiné Equatorial escreve em espanhol.

Mvet, instrumento da Guiné Equatorial | Sguastevi, Wikimedia Commons



Ilha de Fernando Poo – Vista da praia e cidade de Santa Isabel | Wikimedia Commons

Uma história que envolve portugueses

Os primeiros europeus a chegar ao Golfo da Guiné foram os portugueses, em 1471. Colonizaram as ilhas de Fernando Pó, Ano Bom e Corisco. Em 1493, o rei D. João II juntou aos seus títulos reais o de Senhor da Guiné e primeiro senhor de Corisco. O trono português converteu as ilhas em postos para o tráfico de escravos.

Em 1778, passaram para a Espanha, que, em 1909, viria a constituir, com outras ilhas, a Guiné Espanhola. Em 1963, foi adotado o nome de Guiné Equatorial e, em 12 de outubro de 1968, o território tornou-se um país independente, hoje governado pelo presidente Teodoro Obiang.

Nos anos 1990 foram descobertas importantes reservas de óleo, o que permitiu à Guiné Equatorial tornar-se o terceiro maior produtor de petróleo da África Subsaariana, atrás da Nigéria e de Angola.

Alfredo Prado e José Ferreira

Fontes Consultadas: Governo da Guiné Equatorial, Banco Mundial, FMI, BAD, Governo de Espanha, agências de notícias, Wikipedia



Moçambique, a porta do Índico multicultural

Moçambique tem grande potencial econômico, não só na energia, que exporta para África do Sul, Malawi e Zimbabwe, mas também no turismo, das praias e ilhas do litoral às savanas e florestas do interior

Em Maputo, a capital do país, as ruas fervilham de gente apressada. São executivos em seus ternos de corte ocidental, em meio a operários municipais ou vendedoras que percorrem as avenidas com sua capulanas coloridas, oferecendo os mais diversos produtos. Um retrato do dia a dia de uma grande cidade, com mais de um milhão de habitantes – se considerado o conjunto da área metropolitana, beiram os dois milhões.

É em Maputo que tudo ou quase tudo do mais importante para Moçambique se decide. Da economia à política, da guerra à paz, do combate à pobreza, que avança e recua, aos investimentos bilionários na exploração de recursos naturais – o carvão de Moatize, os rubis, o gás natural.

Nessa grande urbe, onde a arquitetura moderna coabita com o estilo colonial da estação central ferroviária, onde a riqueza dos bairros de Polana Cimento e Sommerschild contrasta com a vibração popular de Mafalala – estão as sedes dos três poderes, o parlamento, o executivo e o judiciário.

Quase meio século depois da independência, Moçambique debate-se com a herança de uma estrutura econômica colonial que expõe assimetrias de desenvolvimento entre o Norte e o Sul do país e entre o campo e a cidade. Para enfrentar esses desafios, nas últimas décadas, o governo moçambicano tem apostado em políticas sustentadas em programas apoiados por instituições financeiras internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Houve avanços em diversas áreas, tanto do setor de serviços quanto na indústria, em particular com o início da produção de Gás Natural Liquefeito (GNL), no Norte. Também diminuiu a dívida pública.

Apesar dessas conquistas, porém, as diferenças sociais aprofundaram-se, notadamente no pós-pandemia de Covid-19, causando um relevante impacto nas condições socioeconômica da população.

De acordo com relatório do Banco Mundial (BM) de setembro de 2023, Moçambique teve crescimento econômico dos mais acelerados na África

Subsaariana no período de 2000 a 2015. Mesmo assim, a geração de emprego ainda é limitada.

O relatório do BM propõe que o governo promova a diversificação da economia para além dos projetos de capital intensivo e de agricultura de subsistência de baixa produtividade – fortalecendo, ao mesmo tempo, os principais motores de inclusão. Com isso, sugere o banco, haveria melhora da educação e de serviços de saúde.

A construção do Estado

A luta de libertação nacional, primeiro, e, logo após a independência, uma guerra civil, dificultaram o desenvolvimento das forças produtivas e a construção e o funcionamento de instituições do Estado. Em 1977, o país foi assolado por uma guerra civil entre as tropas do governo, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), os grupos guerrilheiros da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), então apoiada pelo regime de “apartheid” da África do Sul. O conflito durou até 1992.

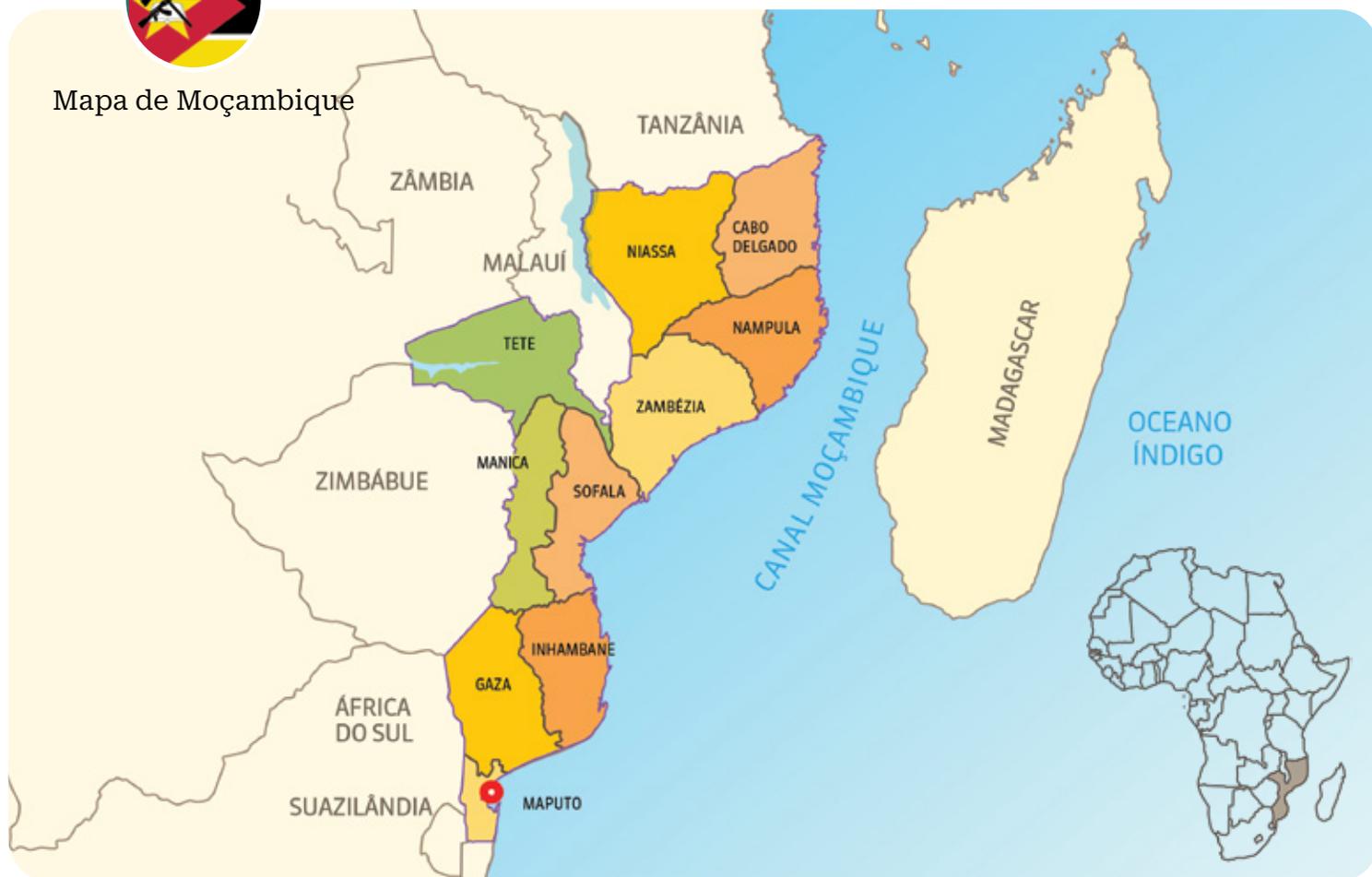
Quase cinco décadas depois da Independência e na sequência da abertura ao multipartidarismo, o Acordo Geral de Paz, em 1992, pôs fim à guerrilha conduzida por Afonso Dlakhama. A insurreição armada que, desde 2017, assola a província de cabo delgado, com ataques esporádicos também nas províncias de Niassa e de Nampula, é um dos obstáculos ao desenvolvimento do país.

Mulher moçambicana de capulana na cabeça e maquiagem tradicional | moisesoliveira, iStock





Mapa de Moçambique



801.537 km²	46,4%	32.969.518	US\$ 17,85 bilhões	US\$ 541,5
Área	Área Florestal (2021)	População (2022)	PIB (2022)	PIB per capita (2022)
10,3%	59 anos	31,5%	17%	42%
Taxa de inflação ao consumidor anual (2021)	Expectativa de vida no nascimento (2021)	Acesso da população à eletricidade (2021)	Indivíduos que utilizam a Internet (2021)	Proporção de lugares ocupados por mulheres em órgãos elegíveis (2022)

Fonte: Banco Mundial



A Frelimo continua a ser o partido com maior inserção popular, seguido da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), conforme os resultados das eleições presidenciais e legislativas de 2019 e as eleições locais (autárquicas) realizadas, pela sexta vez, em outubro de 2023.

Para outubro de 2024 estão previstas eleições presidenciais e legislativas que marcarão o início de novo ciclo eleitoral. Atualmente, a organização administrativa e territorial de Moçambique inclui dez províncias, 54 municípios e 154 distritos.

Potencial para desenvolvimento

Com grande potencial econômico, Moçambique enfrenta desafios comuns aos países que foram colonizados – alta taxa de pobreza, carências de infraestrutura e conflitos internos.

A fronteira com a África do Sul, motor econômico da região austral do continente, registra os maiores fluxos comerciais, e os três portos marítimos de águas profundas, Maputo, Beira e Nacala, recebem parte significativa das exportações e importações de quatro países vizinhos, Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Essuatini, que não dispõem de acesso direto ao mar.

Além da posição estratégica no Índico, o país conta com extenso solo arável, recursos hídricos, energia e recursos minerais importantes, do carvão a pedras preciosas, bem como grandes jazidas de gás natural ao longo da costa Norte.

Moçambique em números

Situado na África Austral, o país – com 33 milhões de habitantes, dos quais cerca de dois terços vivem em zonas rurais – faz fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, África do Sul e Essuatíni, e a sua extensa costa do Oceano Índico está voltada para a ilha de Madagáscar.

O país tem uma área de 801.537 km quadrados. A norte do rio Zambeze o território é dominado por um grande planalto, com uma pequena planície costeira com recifes de coral. Ao Sul é caracterizado por uma larga planície costeira, coberta por savanas e cortada pelos vales de vários rios, entre os quais destaca-se o rio Limpopo.

A zona costeira atinge 2 700 km de extensão e é uma das maiores da África e 70% da área terrestre de Moçambique é da savana. O Parque Nacional da Gorongosa, localizado na província de Sofala, possui uma área de 3.770 km².

Exportação

A hidrelétrica de Cahora Bassa, no rio Zambeze, a cerca de 120 km da cidade de Tete, construída e inaugurada ainda durante o período colonial português, é um dos maiores empreendimentos de produção energética do continente africano, con-

Da esquerda para à direita:

1. Vista aérea de Maputo | Jacek_Sopotnicki, iStock
2. Arquipélago de Bazaruto | James Harrison, iStock
3. Inselbergs do norte de Moçambique | Mario Franco, iStock
4. Forte de São Sebastião, Ilha de Moçambique | Dmitry Malov, iStock



tribuindo fortemente para o Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano.

A sua represa tem extensão de 250 km, largura de 38 km e profundidade média de 26 metros, ocupando uma área de 2.700 km – atrás apenas das albufeiras de Assuão, Volta e Kariba.

A energia produzida, com capacidade superior a 2000 megawatts, abastece Moçambique e é exportada para África do Sul, Malawi e Zimbábwe.

Moçambique tem promovido a eletrificação do país. De acordo com os dados mais recentes, de 2021, 31,5% da população já têm acesso à luz elétrica, o que é considerado fundamental para o desenvolvimento econômico e social das populações.

Relevância do turismo

Entre as praias e ilhas do litoral e as savanas e florestas o interior, Moçambique é um dos países africanos com maior potencial para o turismo. Depois da queda causada pela pandemia de

Covid-19, esse setor, importante fonte de divisas cambiais, também está se recuperando.

Embora os “resorts” turísticos recebam um número apreciável de visitantes, vindos de vários pontos do mundo, mas, sobretudo, dos países vizinhos, com destaque para a África do Sul, o turismo ainda tem espaço para crescer.

Em 2022, Moçambique foi visitado por 461 mil estrangeiros, contra 322 mil em 2021; e 213 mil em 2020, de acordo com dados do Instituto de Estatística. Em 2019, o número de entradas de turistas estrangeiros chegou a 1 milhão e 200 mil.

Depois de Maputo, a capital, com mais de 200 mil visitantes em 2022, os destinos mais procurados foram as províncias de Inhambane (106 mil) e Gaza (53 mil). A ilha de Moçambique, no litoral-centro, é um dos lugares mais em alta, bem como o parque nacional da Gorongosa, a ilha de Inhambane, o arquipélago de Bazaruto, a praia de Ponta Negra, a sul de Maputo, entre muitos outros destinos.

Um país de muitas etnias

A cultura moçambicana, nas suas mais diversas expressões, reflete a herança dos povos banto, swãli e português, que viveram ao longo de séculos no território. De uma forma geral, a cultura nacional, com as suas etnias, línguas e dialetos próprios, tendo como língua comum e de união o português, reflete a peculiaridades de povos africanos, árabes e do colonizador europeu.

A ilha de Moçambique é um dos exemplos da miscigenação cultural, que se expressa na arquitetura e nas comunidades, portadoras de heranças de migrantes da Ásia, sobretudo da Índia, de povos africanos swahili, da religião muçulmana, dos portugueses, e do cristianismo.

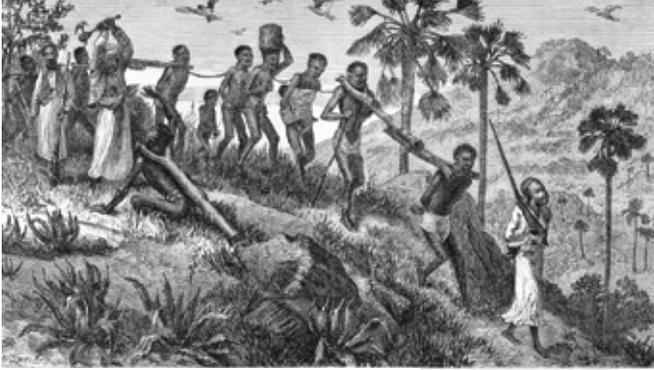
Muitos moçambicanos ganharam projeção internacional no período da luta anticolonial e na época contemporânea, nos campos das artes,

como arquitetura, pintura, música e literatura. Destacam-se o pintor Malangatana, o escritor Mia Couto, prêmio Camões (2013) e prêmio literário Internacional Neustadt (2014), e José Craveirinha, o poeta “maior” de Moçambique. Nomes como Rui de Noronha e Noémia de Sousa, Reinaldo Ferreira, António Quadros e Luis Carlos Patraquim fazem igualmente parte dos que se distinguiram na literatura.

O artesanato moçambicano, muito procurado e reconhecido mundialmente, em particular as esculturas em pau-preto do norte do país, e a dança, refletem as manifestações artísticas mais representativas da cultura moçambicana.

De modo geral, a arte pós-independência tem registrado as mudanças políticas, as disparidades sociais, a guerra civil, as carências e o sofrimento das populações.





Comerciantes de escravos árabes e seus cativos,
1866 | Wikimedia Commons

Da colonização à libertação

Com cerca de 2.700 km de litoral, à beira do Oceano Índico, Moçambique, antiga colônia portuguesa na África Austral durante mais de quatro séculos, conquistou a independência em 25 de junho de 1975, após uma década de luta armada pela libertação nacional, conduzida pela Frelimo, então liderada por Samora Machel. Hoje, o país luta pelo desenvolvimento econômico e social.

De acordo com os historiadores, a região é herdeira de um passado enriquecido por intensas trocas comerciais e culturais. Entre os séculos I a IV (DC), a fixação de povos bantu levou não apenas ao desenvolvimento da agricultura, mas também à introdução da metalurgia do ferro. Parte do acervo histórico

documental revela que no século X havia importante atividade comercial entre o Golfo Pérsico e os povos locais, sobretudo no litoral norte e no centro.

Quando o navegador português Vasco da Gama chegou à região, em 1.497, no âmbito do programa de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, já existiam entrepostos comerciais árabes e parte da população tinha aderido ao Islão.

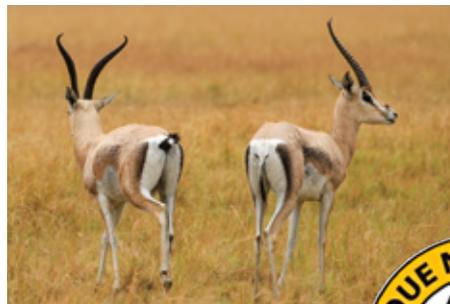
Começou, então, a colonização, que se prolongou por quase quatro séculos, até 25 de junho de 1975, quando, em cerimônia no estádio da Machava, região metropolitana de Maputo, foi proclamada oficialmente a Independência, ao fim de intensa luta contra o exército colonial português.

Em meados do século XX, o moçambicano Eduar do Mondlane – que estudou na Faculdade de Letras de Lisboa, cidade onde conviveu com outros ativistas dos movimentos de libertação nacional das colônias portuguesas – teve papel de liderança na fundação da Frelimo.

Alfredo Prado e José Ferreira

Fontes consultadas: Portal do Governo de Moçambique, Banco Mundial, BAD, FMI, CPLP, Wikipedia, Agências de notícias

Da esquerda para à direita:
1. Mulheres em danças tradicionais | Ivan Bruno, iStock
2, 3 e 4: gazelas, leões e elefantes do Parque Nacional Gorongosa | Pedro Helder da Costa Pinheiro, iStock



AGÊNCIA REGULADORA

Moçambique se prepara para a expansão do 5G

Até 1990, Moçambique contava com uma única operadora incumbente. Com a abertura do mercado, veio a competição, pela telefonia móvel

Em Moçambique, a infraestrutura para os serviços de voz e de banda larga foi construída com a tecnologia móvel. O ADSL ainda é usado pela operadora incumbente Telecomunicações de Moçambique (TmCel) para prover banda larga fixa, mas não é dominante. O país conta com três backbones nacionais de fibra óptica das três operadoras locais, a Tmcel, a Movitel e a Vodacom.

A operadora incumbente surgiu em 1981 como TDM e, em 1992, foi transformada em empresa pública. Em 2016, mudou o nome para TmCel após a fusão da TDM com a Mcel e hoje fornece, além da banda larga fixa, serviços móveis em 2G, 3G e 4G, e está se preparando para o 5G.

A Movitel é resultado da parceria entre a empresa vietnamita Viettel e a moçambicana SPI (Gestão e Investimento). Após ter vencido um leilão em 2010, a empresa começou a operar em 2011, inicialmente com 12.500 quilômetros de extensão em fibra óptica e 1.800 antenas para serviços em 2G e 3G. Em

julho de 2019, lançou na capital Maputo o serviço de 4,5G LTE. Não tem o serviço de voz na telefonia fixa, mas oferece internet Fiber to the Home (FTTH).

Já a Vodacom Moçambique opera desde 2003 como subsidiária da Vodafone e com participação de acionistas minoritários, capitais privados moçambicanos. Os acionistas da Vodacom Moçambique incluem a Vodacom International Limited (85%); e parceiros locais como a Empresa Moçambicana de Telecomunicações, a Inteltec Holdings, Limitada, a Whatana Investments, Limitada, e outros pequenos acionistas.

O país tem cerca de 50 mil linhas fixas e 16 milhões de linhas móveis nas tecnologias 2G, 3G, 4G e 5G. Os números de acessos a banda larga fixa somam: 7 mil ADSL; 6 mil FTTH (Movitel); 28 mil via TV a Cabo. Na banda larga móvel são 7,5 milhões de acessos somando os clientes das três operadoras móveis.

“Cada operadora construiu seu próprio backbone. A duplicação dessa infraestrutura foi resultado da falta de compartilhamento das redes de telecomunicações. E foi provocado pelos preços predatórios praticados pela operadora incumbente, que tinha a infraestrutura de fibra, obrigando os outros operadores implantar sua própria infraestrutura. Para além do acesso à internet de banda larga móvel e ADSL, os operadores de telefonia móvel também estão provendo serviços com Fiber to the Home. Também temos acesso à internet por meio de TV a cabo”, elenca o engenheiro Tuaha Mote, presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM).

Ele destaca que Moçambique era o único país na África Austral com comunicações via satélite para



Eng. Tuaha Mote,
presidente do
Conselho de
Administração da
Autoridade
Reguladora das
Comunicações
(INCM)
| Divulgação

uso doméstico, por meio de um satélite da Intelsat. O país não tem ainda um satélite próprio, mas criou uma comissão para analisar quais são os caminhos para que Moçambique seja uma nação espacial. A comissão é presidida pelo próprio Tuaha Mote.

“Já visitamos alguns países e concluímos um estudo que resultou em um relatório, recomendando ao Estado moçambicano o lançamento de um satélite próprio. Criamos vários cenários, desde um satélite de baixa órbita, para observação de fronteiras e recursos naturais, a um satélite geoestacionário para comunicações. Colocamos os prós e contras, como o lançamento de um novo satélite a cada cinco anos e a criação de uma base de conhecimento, além da formação de especialistas na área espacial. Neste momento estamos na fase de estudos de viabilidade”, antecipa Tuaha Mote.

Histórico

Criado em 1992 no âmbito das reformas conduzidas após a independência do país, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique é a Autoridade Reguladora dos setores postal e de telecomunicações. Antes da criação da autoridade reguladora, o governo havia instituído a Empresa Nacional Telecomunicações de Moçambique (TDM), a partir da separação dos serviços de telecomunicações e dos serviços de correios.

Em 1992, por meio dos Decretos 22/92, 23/92 e 24/92, de 10 de setembro daquele ano, foram criados o INCM, a Empresa Nacional Correios de Moçambique, E.P. (CDM) e a TDM, que passou por algumas transformações e atualmente opera com a marca TmCel.

“A finalidade do INCM é de regulação, supervisão, fiscalização, sancionamento e representação dos setores postal e de telecomunicações, bem como a gestão do espectro de frequências radioelétricas, do segmento aeroespacial, da numeração e de tudo relacionado à radiocomunicação”, explica o engenheiro Tuaha Mote.

Na área de telecomunicações, o INCM regula todas as entidades que proveem os serviços públicos de telecomunicações: operadoras de telefonia

móvel, provedores de serviços de internet, provedores de serviços de transmissão de dados e o espectro de radiofrequências para os serviços de transmissão sonora e radiodifusão televisiva.

A instituição conta hoje com cerca de 140 funcionários distribuídos pela sede (Maputo) e por mais sete províncias (divisão territorial equivalente aos estados brasileiros). Em 2023, o orçamento foi de 2 bilhões de Metical, a moeda local; o equivalente a US\$ 31 milhões.

A primeira Lei de Telecomunicações foi aprovada em 1999, Lei n.º 14/1999, de 21 de novembro, revista em 2004, Lei n.º 8/2004, de 21 de julho e alterada pela Lei n.º 4/2016, de 3 de junho. Com a revisão de 2004, o INCM ganhou nova forma de organização. Anteriormente, o INCM era uma direção nacional dentro do Ministério dos Transportes e das Comunicações. A nova lei concedeu autonomia plena – financeira, administrativa, patrimonial – e com orçamento próprio proveniente de suas receitas. A Lei das Telecomunicações também foi atualizada em 2016, prevendo a revisão do estatuto do INCM em 2021.

De 2004 a 2021, a governança do INCM era baseada no poder executivo na figura de um diretor-geral, apoiado por um diretor de serviços e um chefe de departamento. “Em 2021, quando o governo eliminou a figura do diretor-geral e fez a revisão do estatuto orgânico, o Conselho de Administração passou a ser executivo, composto por quatro administradores executivos, um dos quais escolhido para ser o presidente. Temos ainda duas vagas para administradores não executivos, mas, neste momento, o Conselho de Ministros decidiu ocupar apenas uma vaga. A estrutura e a forma de indicação dos Conselho Fiscal foram mantidas. Com isso, a governança do INCM é feita por cinco administradores, sendo um não executivo”, detalha o presidente do Conselho do Instituto.

O Conselho de Ministros nomeia o presidente do CDA, que nomeia os diretores. Os mandatos são de cinco anos. Na estrutura anterior, eles não podiam ser removidos antes de terminar esse prazo, o que permitia maior autonomia decisória, estabilidade e transparência nas decisões.

A abertura do mercado telecomunicações ocorreu com a criação da Lei das Telecomunicações. A liberalização das telecomunicações foi um marco que permitiu que a concorrência melhorasse os serviços prestados aos cidadãos e trouxe pressão para inovação tecnológica.

“Cada um teria de inovar e colocar mais serviços para trazer um diferencial. A liberalização de fato fez com que o país ganhasse. Com a nova legislação, adotamos o modelo de licença unificada e qualquer operador pode ter redes fixa e móvel. Criamos duas licenças: a unificada e a licença por classe, em que a empresa escolhe se quer ser provedor de internet ou operar a telefonia móvel. Também criamos a figura de telefonia móvel virtual e a possibilidade de licenças nacionais, regionais e locais”, explica Tuaha Mote.

Hoje, com a nova legislação, Moçambique adota o modelo de licença unificada e qualquer operador detentor desta classe de licença pode ter redes fixa e móvel. No primeiro trimestre de 2024, apenas um operador fornecia os serviços de telefonia e de banda larga fixa, em parceria com a TV Cabo, que mantém a rede de cobre, a TmCel. A Vodacom e a Movitel não prestam este tipo de serviço.

Moçambique é organizado em províncias, que se dividem em distritos, e estes em postos administrativos. A menor unidade administrativa é a localidade. Neste momento, cerca de 80% a 90% das localidades são cobertas com 2G, assim como todos os polos administrativos, distritos e capitais

provinciais. Com 3G, há cobertura em todas as capitais provinciais, distritos e postos administrativos.

“Para a rede 4G, tínhamos estabelecido uma meta de cobrir, até 2025, todos os postos administrativos e todas as capitais provinciais. Chegamos a 80%. Para o 5G, a meta é ter, em 2024, cobertura em todas as capitais provinciais, mas, infelizmente, apenas uma operadora lançou a rede em novembro, na capital do país. Desde 2020, com o início da pandemia, oferecemos o espectro radioelétrico de forma gratuita. Mas os operadores perderam quatro anos. Agora vamos fazer um leilão de forma onerosa. O leilão deve ocorrer no primeiro trimestre de 2024, com oferta de frequências de 1.900 MHz a 2,1 GHz, 2,6 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz”, sinaliza o presidente do Conselho do INCM.

Os desafios

A autoridade reguladora trabalha para revisar o regulamento do espectro radioelétrico. Havia muita pressão de demanda por radiofrequência. O INCM está inovando com o regime de aluguel (leasing) de espectro. “Também aprovamos o roaming nacional para permitir que não haja duplicação de infraestrutura e de numeração e revisamos nosso regulamento de controle de tráfego de telecomunicações, a fim de incluir o tráfego de dados. Nosso sistema só controlava a terminação de chamadas internacionais e hoje controla os tráfegos de voz, dados e de SMS, para evitar que os operadores declarem uma receita abaixo do tráfego que eles geraram”, conta Tuaha Mote.

Ele admite que a regulação futura é desafiadora. O ideal seria que o país tivesse uma lei de base para todas as autoridades reguladoras. Hoje cada autoridade reguladora tem uma lei e algumas têm mais poderes que outras. “Temos ainda o desafio de aprovar a Estratégia de Cybersegurança e a Estratégia de Transformação Digital. Hoje, os setores da economia estão informatizados, mas não há integração, e os sistemas de serviços públicos não se comunicam com os privados. A interoperabilidade é um desafio e precisa ser acompanhada pela segurança cibernética.”

Operadoras: TmCel, Movitel, Vodacom

ACESSOS PELA REDE MÓVEL

- 50 mil linhas fixas
- 16 milhões de linhas móveis

TECNOLOGIAS: 2G, 3G, 4G E 5G

BANDA LARGA

- 7,5 milhões de acessos – telefonia móvel
- 41 mil pela rede fixa:
(7 mil ADSL, 6 mil FTTH – Movitel,
28.000 via TV a cabo)

Fonte: INCM

Carmen Nery



São Tomé e Príncipe: o sonho do petróleo

*O país, que já foi o maior produtor de cacau da
África Subsaariana, agora vê novas perspectivas com a
descoberta de jazidas de petróleo nas águas territoriais*

Ao longo da sua história, o arquipélago de São Tomé e Príncipe assentou sua economia, fundamentalmente, na agricultura. De início, na cana-de-açúcar, e, mais tarde, nas plantações de café e cacau, ambos de qualidade reconhecida nos mercados internacionais.

Nos séculos XVI e XVII, a cana-de-açúcar foi o “ouro” de São Tomé e Príncipe. Em meados do século XVI, as ilhas eram o maior exportador de açúcar da África.

No século XX, as roças, como são denominadas as fazendas, eram controladas por famílias e grupos econômicos portugueses. Em meados desse século, empregavam cerca de 20 mil pessoas. Nas primeiras décadas do século passado, São Tomé e Príncipe era o maior produtor de cacau de toda a África Subsaariana.

Após a II Guerra Mundial, a cultura do cacau entrou em declínio, sobretudo após 1975. Só a partir de 2005 o cultivo começa a se recuperar, com adoção de novas técnicas, gestão diferenciada e aumento da produção.

Na sequência da Proclamação da Independência, em 1975, a maioria das roças de grande dimensão foi nacionalizada. Em meados de 1983, o país firmou um acordo com a União Europeia (UE), abrindo sua zona econômica marítima aos navios de pesca europeus.

Desde então, o arquipélago tem buscado novas frentes de desenvolvimento. É o caso do turis-

mo, com grande potencial, em um país caracterizado por clima equatorial. A região, no entanto, carece de infraestrutura, e de ligações regulares ao Continente.

Novas perspectivas

A descoberta de jazidas de petróleo nas águas territoriais abriu novas perspectivas. Já existem pesquisas e acordos comerciais, ainda em curso, para a exploração do recurso.

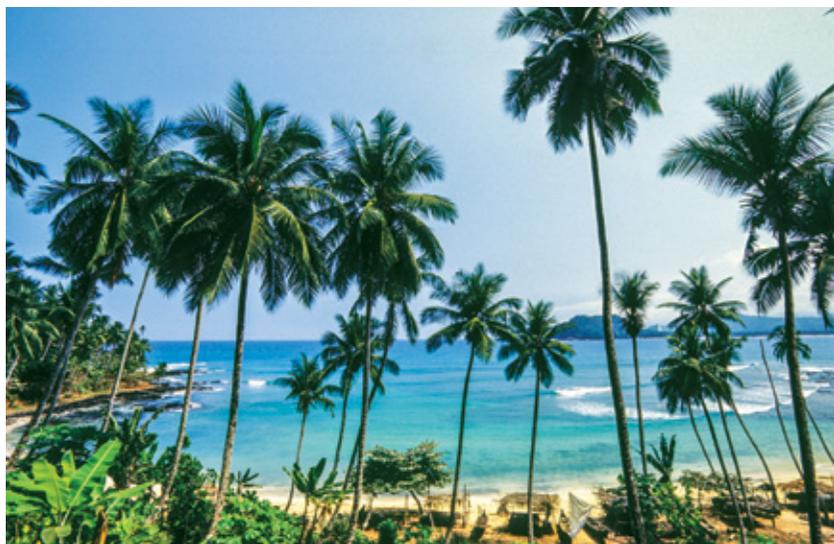
Com cerca de 960 km² e população inferior a 230 mil habitantes, as duas ilhas dispõem de grande riqueza natural quase inexplorada, com florestas tropicais e grande biodiversidade, possibilitando oportunidades para o turismo de natureza.

Além disso, o país tem uma população jovem, com excelente nível de instrução básica – cerca de metade dos cidadãos tem menos de 18 anos e 89% estão matriculados no ensino secundário.

O setor das telecomunicações ainda está atrasado em comparação com a média mundial, mas tem apresentado crescimento. Dados da Autoridade Geral de Regulação de São Tomé e Príncipe (Ager) mostram que, em 2022, o país contava com 196.384 acessos móveis ativos, sendo que, destes, 92.264 tinham acesso a serviços de dados móveis.

Condições econômicas

Em 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as autoridades de São Tomé e Príncipe chegaram a um acordo para a concessão de crédito de





Mapa São Tomé e Príncipe



960 km²	227.380	US\$ 546.680	US\$ 2.404,3
Área	População (2022)	PIB (2022)	PIB per capita (2021)
	15,6%	18%	51%
	Pobreza (2018)	Taxa de inflação ao consumidor anual (2022)	Indivíduos que utilizam a Internet (2021)

Fonte: Banco Mundial



Da esquerda para à direita:

1. Ilha de Rolas, São Tomé | tropicalpixsingapore, iStock
2. Linha do Equador na Ilha de Rolas, São Tomé | Ji-Elle, Wikimedia Commons
3. Pico Cão Grande | Helena Van Eykeren, Wikimedia Commons
4. Vista aérea de São Tomé e Príncipe | Wirestock, iStock



US\$ 20 milhões, com duração de 40 meses. O programa de reformas apresentado então pelo primeiro-ministro Patrice Émery Trovoada, no primeiro trimestre de 2023, diz que o governo “visa restabelecer a estabilidade macroeconômica, ao mesmo tempo que protege a população vulnerável, preserva a estabilidade financeira e lança as bases para um crescimento mais rápido e inclusivo.”

O acordo prevê que as autoridades fortaleçam as redes de proteção social e reforcem o atual programa de transferências monetárias para as famílias vulneráveis, com apoio dos parceiros de desenvolvimento. Para prevenir os subsídios implícitos aos combustíveis, conter os riscos orçamentários e reduzir a pressão sobre as reservas internacionais, as autoridades retomaram a aplicação do mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis.

O fundo estima que “a médio prazo, as reformas estruturais abrangentes previstas no programa das autoridades irão desarmar o potencial de crescimento do país. Estas medidas incluem, sobretudo, a reforma do setor da energia, o incentivo à produção local de alimentos, o fomento do setor do turismo, a adaptação às alterações climáticas e o empoderamento das mulheres.”

Um relatório do Banco Mundial, de outubro de 2023, recomenda que, para crescer de forma sustentável, São Tomé e Príncipe precisa promover “um modelo de crescimento centrado na melhoria do capital humano, das infraestruturas, e do ambiente empresarial para libertar o seu potencial para o turismo e a produção agrícola de alta qualidade e de nicho.”

Da esquerda para à direita:

1. Praia da Banana, Ilha do Príncipe | Rui T Guedes, iStock

2. Pôr do sol em Santo Antonio, capital do Príncipe | Rui T Guedes, iStock



São Tomé e Príncipe em números

São Tomé e Príncipe é um país insular localizado no Golfo da Guiné, na costa equatorial ocidental da África Central. As duas ilhas principais, situadas no Golfo da Guiné à altura da linha do Equador, a cerca de 250 km da costa noroeste do Gabão, são uma continuação da linha vulcânica dos Camarões, na África continental.

Uma cadeia de ilhas estende-se desde o Monte Camarões, no continente, até ao mar, no sentido sudoeste, até Bioko, na Guiné Equatorial, passando por Príncipe, São Tomé e Ano-Bom (também na Guiné Equatorial).

Príncipe e São Tomé são ilhas oceânicas, isto é, vulcões que se erguem abruptamente do fundo do mar e rodeados por mares profundos. Príncipe tem 31 milhões de anos, enquanto São Tomé tem 15,7 milhões de anos.

Considerado um país subdesenvolvido, São Tomé e Príncipe deve deixar esta classificação e, segundo a ONU, alcançar status de país de renda média em 2024.



A miscigenação dos colonizadores e dos escravos

Foram cinco séculos de miscigenação de culturas, que definem, até hoje, o povo santomense, na história, no trabalho, nas lendas, nas crenças religiosas, na literatura, na música e na gastronomia.

De Portugal, de terras ribeirinhas do Golfo da Guiné, de Cabo Verde e de Angola vieram colonos, escravos, administradores, servidores públicos, militares, proprietários e capatazes, trabalhadores para as roças de cacau e de café – além de políticos forçados ao exílio.

Hoje, como no passado, o português é a língua oficial, mas o “forro” – dialeto nacional comum a grande parte dos santomenses – e o “crioulo” – da comunidade de imigrantes cabo-verdianos e descendentes, são falados em todo o arquipélago. O catolicismo continua a religião com mais praticantes, mas algumas correntes evangélicas estão presentes no país.

Os ritmos africanos, com variações e adaptações locais, com o ussua, congo, puita, sócopé, e tchilole, enriquecem a cultura nacional.

Dois eventos teatrais, que remontam à colonização portuguesa, são marcantes no folclore das ilhas. São dois autos renascentistas (século XVI): “A Tragédia do marquês de Mântua e do príncipe D. Carlos Magno”, o chamado “Tchiloli”, e o “São

Lourenço”, representado no dia deste santo, idêntico ao “Auto de Floripes”, representado na aldeia das Neves, próximo a Viana do Castelo, no litoral norte de Portugal.

Na literatura, distinguem-se nomes como Caetano Costa Alegre, José Ferreira Marques, Almada Negreiros, Viana da Mota, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo e Conceição Lima.

No início do século XX, a ilha do Príncipe foi palco de dois importantes eventos científicos. Em 1914, após trabalhos de pesquisa, foi dada como extinta a doença do sono.

Na mesma ilha, em 19 de maio de 1919, um grupo de astrônomos da Universidade de Cambridge (Inglaterra) fez as observações do eclipse solar que permitiram verificar a Teoria da Relatividade, de Einstein.

Com poucas terras aráveis, grande parte dos alimentos básicos são importados. Na culinária, a mistura de ingredientes e temperos dá sabor a quase todos os pratos. O peixe, que responde por quota importante do PIB nacional, está presente em quase todas as refeições. Feijão, milho e banana cozida são acompanhamentos habituais. O café também é utilizado como especiaria ou tempero.



Tchiloli, representado pela igreja de São Pedrão de São Tomé | Ji-Elle, Wikimedia





*Roça Uba Budo na ilha de São Tomé,
1920-1945 | autor desconhecido
Wikimedia Commons*

Das naus à Independência

No final de dezembro de 1470, o navegador português João de Santarém descobre uma ilha despovoada, no Atlântico Sul, então batizada com o nome de São Tomé, em homenagem ao dia da descoberta, 21 de dezembro, dedicado pela hagiografia cristã ao santo do mesmo nome. Vinte e sete dias depois, em 17 de janeiro de 1471, foi a vez de outro navegador português, Pêro Escobar, chegar a outra ilha, não muito distante da primeira, a que foi dado o nome Príncipe, em homenagem à família real portuguesa.

Começa, então, o processo de colonização que iria se prolongar por cinco séculos, até à Proclamação da Independência, em 1975, na sequência da queda do regime ditatorial e colonialista português, derrubado a 25 de abril de 1974, pela Revolução dos Cravos.

Ao longo de 505 anos, o arquipélago de São Tomé e Príncipe, formado pelas duas ilhas e alguns ilhéus, passou por várias etapas de colonização e ciclos econômicos. Durante cinco séculos, os portugueses, com algumas breves interrupções decorrentes de incursões holandesas e de rebeliões da população local, mantiveram domínio sobre o território.

As duas ilhas enfrentaram dificuldades diversas na sua colonização. O primeiro assentamento em São Tomé foi estabelecido em 1493 por Álvaro de

Caminha, que recebeu a terra como uma concessão dos reis de Portugal. Concessão que viria a ser outorgada à ilha do Príncipe poucos anos depois.

No final do século XVI, na sequência de conflitos internos, entre governo, bispo, colonos e coroa, eclodem revoltas populares lideradas pelo escravo Amador Vieira, considerado hoje herói nacional. Durante quase dois anos, foi estabelecido na ilha o “Reino dos Angolares”. A guarnição militar de São Tomé foi sitiada e assim permaneceu até, graças a traições diversas, vencer as forças rebeldes e enforcar os seus chefes, entre os quais, Amador Vieira.

O fim da rebelião de escravos e libertos, negros e mestiços, e a destruição de grande parte dos engenhos produtores de açúcar durante o conflito, marcaram o fim do ciclo da cana e abriram caminho para novos ciclos, como o do café e o do cacau, que perduram até os nossos dias.

A morte de Amador Vieira, tornou-se uma lenda na história do arquipélago. Nos anos cinquenta do século XX, as memórias da rebelião e do efêmero reino que Vieira comandou incentivaram a luta de libertação nacional e a criação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Em 1975, São Tomé e Príncipe tornou-se uma nação e um país independente, um dos menores do continente africano, em área e população.

Alfredo Prado e José Ferreira

Fontes Consultadas: Governo de São Tomé, Banco Mundial, FMI, Wikipedia, BAD, CPLP, Agências de notícias

AGÊNCIA REGULADORA

São Tomé e Príncipe almeja mais competição

Atualmente regulado por uma agência multissetorial, o setor de telecomunicações está reformulando a lei para modernizar o arcabouço regulatório, estimular a competição e a oferta de novos serviços

Em São Tomé e Príncipe existe um duopólio para o fornecimento de serviços de comunicações móveis. Operam no país a Companhia Santomense de Telecomunicações (CST), que é a detentora de poder de mercado significativo, de capital misto, e a Unitel-STP, com 100% de capital privado estrangeiro, que entrou no mercado em 2013.

À semelhança de outros países no continente Africano, em São Tomé e Príncipe as comunicações móveis são o principal meio de acesso, tanto para serviços de voz como para serviços de dados. Tanto a CST como a Unitel oferecem os serviços utilizando as tecnologias 2G e 3G. No final de 2022, o número de acessos aos serviços de voz móveis atingiu 196.384 ativos, sendo que destes 92.264 possuíam acesso a serviços de dados móveis, mas o número de assinantes ativos era de 72.264, um aumento de 3,8% na comparação com 2021. A

taxa de penetração dos usuários da telefonia móvel atingiu 90% e o acesso a serviços de banda larga móvel (3G) atingiu taxa de penetração de 42%.

As duas operadoras detêm licenças para exploração da rede fixa, mas a única que fornece serviço de voz fixa é a CST. Assim como no Brasil, vem caindo o número de assinantes de voz pela rede fixa. Em São Tomé e Príncipe, os usuários estão migrando para ligações móveis, ligações VoIP e serviços Over the Top (OTT). No final de 2022, São Tomé e Príncipe contava com 2.501 assinantes na telefonia fixa, uma redução de 3,4% em relação à 2021.

A banda larga fixa, ao contrário, vem crescendo desde 2019, mas a taxa de penetração continua sendo baixa (2,1% por 100 habitantes). A velocidade de internet mais usada variava entre 2Mbps e 10Mbps. Ao final de 2022, o serviço de internet fixa registrava 4.582 assinantes, dos quais 2.669 se conectavam por fibra (FTTH), 35 ainda usavam a tecnologia ADSL e 1.848 tecnologia via rádio terrestre. A CST ainda domina o mercado, com 60% dos clientes e os demais 40% da Unitel.

Estímulo a competição

A Autoridade Geral de Regulação de São Tomé e Príncipe prepara uma nova lei para o setor de telecomunicações do país, a Lei das Comunicações Eletrônicas, em substituição à Lei Base das Telecomunicações (a Lei nº 3/2004), criada em 2004 no âmbito da liberalização do setor das telecomunicações.

Naquela ocasião, a Lei Base definiu as condições necessárias para estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações nacionais e



Sesneica
Fernandes Leal,
presidente do
Conselho de
Administração
da AGER

prestação de serviços de telecomunicações. Agora, os objetivos da nova lei são modernizar o arcabouço regulatório e estimular a competição e a oferta de novos serviços.

“A alteração mais importante da nova lei é quanto à forma como os operadores entrarão no mercado. Na lei atual, é necessária a concessão de uma licença pelo governo por meio da definição de um caderno de encargos. Com a Lei das Comunicações Eletrônicas, a proposta é que haja uma maior liberdade no acesso para oferta de serviços. Como o mercado é limitado devido às reduzidas dimensões e à baixa densidade populacional do país, queremos fomentar um acesso expansivo e menos custoso. O objetivo é abrir o mercado para permitir o acesso de outros operadores e estimular que as operadoras que já estão aqui apresentem projetos melhores para os consumidores”, comenta Sesneica Fernandes Leal, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Geral de Regulação de São Tomé e Príncipe (AGER).

Ela explica que a regulação atual do setor se encontra obsoleta e algumas matérias, como a gestão dos planos de numeração, que precisam de uma atualização. A Lei das Comunicações Eletrônicas já tem um draft pronto, conta com apoio do Banco Mundial e deve entrar em consulta pública neste primeiro trimestre. Após dois meses, será produzido o relatório da consulta pública, e, depois do fechamento, será entregue ao governo para aprovação ainda no primeiro semestre.

“É da nossa vontade que seja aprovada em 2024. Após a entrega ao governo, poderemos fazer o acompanhamento, mas, por ser uma lei, é de responsabilidade do Executivo, que entregará o texto para a Assembleia Nacional. O documento também passará pelo crivo da Presidência da República para aprovação”, explica Sesneica.

TV Digital

Em outra frente, a agência reguladora está trabalhando em um projeto para implementação da transição digital da TV em São Tomé. “Neste momento, ainda usamos frequências que a Conferência Mundial de Rádio, organizada pela União

Internacional de Telecomunicações (UIT), realizada em novembro de 2023, em Dubai, que atribuiu o espectro que usamos atualmente para serviços de telecomunicações”, relata.

A agência

A AGER foi criada em 2005, por meio do Decreto-Lei nº 14/2005, de 24 de agosto, e iniciou, formalmente, sua atividade em julho de 2006. É uma agência multissetorial, que regula os setores de telecomunicações, energia, água e serviços postais. A composição inclui um Conselho de Administração com cinco membros, sendo quatro administradores e um presidente – neste momento só atuam três. Há ainda um Conselho Consultivo com até sete membros, entre os quais um representante do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, além de representantes das operadoras e integrantes da sociedade civil. O Conselho Fiscal tem um presidente, nomeado pelo ministério, e dois membros.

“As decisões são tomadas pelo Conselho de Administração, por meio de resoluções ou deliberações. As únicas medidas validadas pelo Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente são as licenças para os operadores. A agência tem autonomias administrativa, financeira e patrimonial, sem depender do governo, apesar de seus membros serem indicados pelo ministério e escolhidos pelo Conselho de Ministros”, esclarece Sesneica.

Na área de telecomunicações, a AGER respondeu, após sua criação, pela elaboração da Tabela Nacional de Atribuição de Frequências (TNAF) e do Plano Nacional de Numeração para as redes fixa e móvel (PNN), e pelos requisitos para atender ao Plano Estratégico de Desenvolvimento das Telecomunicações, incluindo as novas tecnologias de informação e de comunicação.

A agência é responsável por atribuição de licenças para redes públicas; autorização para redes independentes; registro de prestadores de serviço; regulação e fiscalização técnica e financeira das entidades reguladas; gestão do plano de numeração nacional; homologação e certificação de equipamentos; apli-

cação e cobrança de taxas; gestão do fundo do serviço universal; e informação e apoio ao consumidor.

Histórico

No âmbito do projeto de liberalização das telecomunicações dos anos 2000, o operador estatal incumbente CST deixou de ter o monopólio das telecomunicações. Em seguida, foi realizado um leilão para atribuição da segunda licença para o serviço móvel. A vencedora foi a Unitel-STP, que passou a dividir com a CST a operação do mercado no país. Ambas têm outorga para operar serviços de telefonia fixa e móvel.

A presidente do Conselho de Administração da AGER conta que os desafios da autoridade reguladora são muitos. Entre as medidas regulatórias recentes, está a definição do manual de custeio para a operadora com posição dominante. O objetivo do manual, com base na definição justa dos custos, é estabelecer um preço mais acessível, ou permitir a redução paulatina dos preços para o consumidor final.

Hoje a agência regula licenças para operação de serviços e licenças para atribuição de frequências. As frequências são destinadas por meio de leilões. Atualmente, a tecnologia mais avançada introduzida no país é a das redes 4G, implementadas entre julho e setembro de 2023. “Para a atribuição das

frequências do 5G, utilizaremos leilões até para peneirar o tipo de operador que poderá se estabelecer no mercado. Um operador que não consegue adquirir frequências por meio do leilão não tem condições financeiras para se manter no mercado”, ressalta a presidente do Conselho da AGER.

Ela observa que não há pressa na implementação do 5G. Neste momento, a prioridade é garantir que as redes atuais tenham melhores cobertura e qualidade. A autoridade reguladora vai trabalhar, em 2024, no Regulamento de Qualidade de Serviços e no Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura. Por meio do uso de uma mesma infraestrutura, os operadores poderão ter uma melhor qualidade de serviços. Também foi criado um fundo de universalização, alimentado pelas operadoras e supervisionado pela autoridade reguladora, para levar serviços a localidades remotas.

“Lançamos o 4G há menos de um ano. Nosso papel é garantir uma melhoria de serviço, inclusive em 2G e 3G. Como ainda não dispomos do regulamento que estipula as métricas de aferição da qualidade, queremos ter tudo isso pronto antes de partirmos para uma nova tecnologia como o 5G. Poderá ser um projeto para a partir de 2025. Tudo vai depender de como o mercado vai evoluir com as tecnologias já existentes. Temos a Lei das Comunicações Eletrônicas, que ainda não foi aprovada. E precisamos analisar a efetividade de todos os regulamentos em funcionamento, além de ter um entendimento sobre a partilha de infraestrutura. Com tudo isso resolvido, poderemos pensar na implementação de novas tecnologias”, analisa a presidente do CDA da AGER.

Hoje, novos entrantes que queiram explorar as oportunidades de mercado do país ainda teriam como primeira dificuldade a obtenção da licença de operação, de acordo com as leis atuais. Por isso, a necessidade da nova Lei das Comunicações Eletrônicas que facilitará o acesso ao mercado. “O operador poderá vir ao mercado de São Tomé desde que o considere um mercado para investir e oferecer seus serviços, que serão analisados pela autoridade reguladora”, conclui Sesneica.

Operadoras: CST e Unitel

ACESSOS PELA REDE MÓVEL

- VOZ – 196.384 assinantes ativos
- DADOS – 72.264 assinantes ativos

TAXA DE PENETRAÇÃO (por 100 hab.)

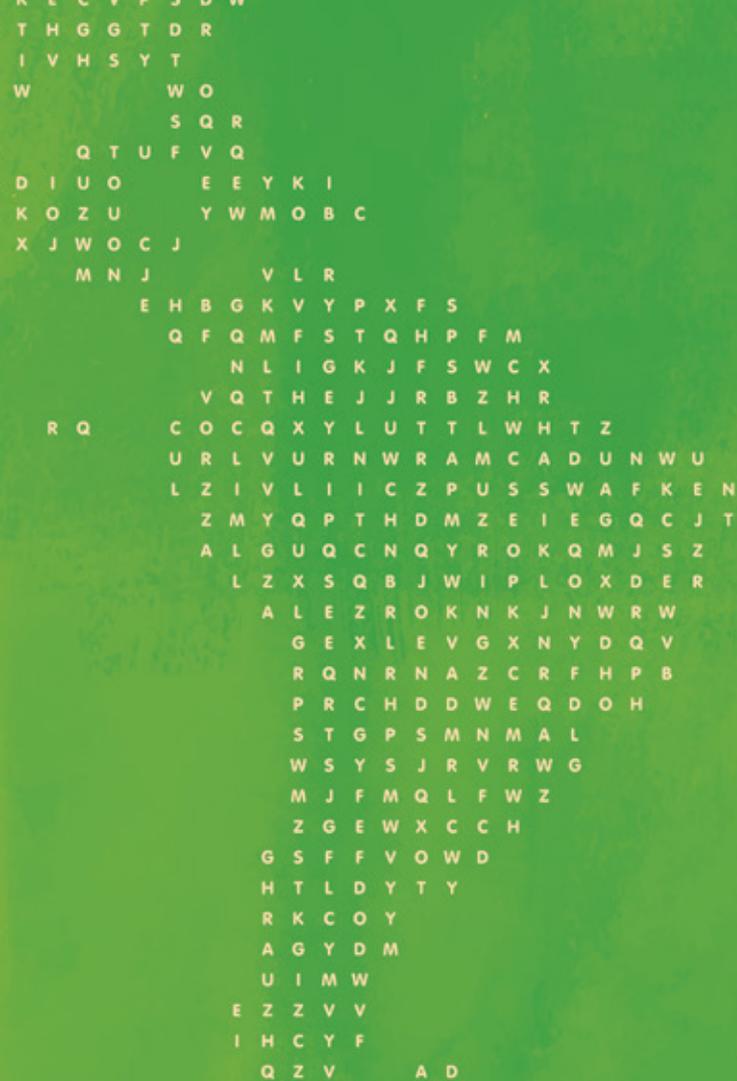
- 90% na telefonia
- 42% na banda larga móvel (3G)

ACESSOS PELA REDE FIXA

- SERVIÇOS DE VOZ – 2.501 assinantes
- INTERNET FIXA – 4.582 assinantes (2.669 FTTH, 35 ADSL, 1.848 rádio terrestre)

Fonte: AGER (2022)

Carmen Nery



PARTE 2

■■■■■■■■■■

BRASIL

67

Artigo Juscelino Filho | MCom

68

Artigo Carlos M. Baigorri | Anatel

70

Anatel, visão além do longo prazo

80

A massificação da Internet foi impulsionada pelos ISPs

87

Entidades, a força da União

95

BNDEs e Finep com recursos robustos para conectividade

102

Indústria e operadoras, parceria de sucesso

108

Política Pública para conectividade significativa

111

Incentivo para a produção local

114

Artigo Luciana Santos | MCTI

119

Artigo Anibal Diniz | Consultor



Conectar os brasileiros e unir o Brasil

Os maiores desafios da nossa época também podem ser uma oportunidade para corrigir erros do passado. É assim que encaro a complexa questão da conectividade no nosso país e de milhões de brasileiros e brasileiras que ainda não têm acesso de qualidade à internet. Este é um grande problema que temos que enfrentar e é uma chance de, por meio da inclusão digital, proporcionar às pessoas pobres no Brasil uma oportunidade de inclusão social.

À frente do Ministério das Comunicações, defini como meta conectar os brasileiros e unir o Brasil. Queremos levar o acesso à internet de alta velocidade para áreas remotas do território brasileiro, como zonas rurais, aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Pela primeira vez, o Novo PAC incluiu investimentos para conectividade. Serão mais de R\$ 27 bilhões para aprimorar o acesso da população à internet móvel, banda larga e sinal de celular, além de inclusão digital.

Como disse o presidente Lula, o nosso primeiro ano foi de preparação do terreno. Adubamos a terra e plantamos a semente. Agora teremos um ano com muitas entregas e resultados.

Um dos principais projetos é o de levar conexão para as 138 mil escolas públicas do ensino básico com internet de alta velocidade e sinal WiFi até 2026, que, junto a ação em 24 mil unidades básicas de saúde, terá investimento de R\$ 6,5 bilhões.

Para melhorar a conectividade nas localidades afastadas dos grandes centros, o Ministério das Comunicações também está expandindo o sinal do 4G para 7,4 mil distritos, vilas e áreas rurais e a cobertura do 5G para 5,5 mil sedes municipais

e em 1,7 mil pequenas localidades. Serão R\$ 10,9 bilhões até 2026 e o R\$ 7,6 bilhões após a data.

Vamos exigir sinal de qualidade para telefonia e internet móvel, passando com a Blitz da Telefonia Móvel por todo o país. A fiscalização vai passar por todas as capitais para analisar as chamadas regiões de “sombra”, com problemas de sinal mesmo em grandes cidades. Se as operadoras não resolverem os problemas, a ideia é que elas ganhem um selo de qualidade ruim.

Criamos critérios mais rigorosos para as operadoras, subindo de 80% para 95% o índice de cobertura das prestadoras de serviço com níveis de qualidade adequados, garantindo uma velocidade mínima de 10 Mbps para o 4G e de 100 Mbps para o 5G.

Além disso, o Ministério das Comunicações está construindo 28 infovias, ou estradas digitais, para ampliar a capacidade de tráfego de dados e a disponibilidade de banda larga nas regiões Norte e Nordeste. Na Amazônia estamos instalando cabos de fibra óptica no leito dos rios, que levará acesso à internet para 59 cidades, ao mesmo tempo em que cuida do meio ambiente, ao preservar 68 milhões de árvores.

Temos ainda o investimento de R\$ 154 milhões para ampliar a oferta de programação de TV digital em municípios com baixa disponibilidade de canais, com a instalação de infraestrutura de transmissão digital, para utilização por emissoras públicas.

É assim que queremos fazer o Brasil cada vez mais conectado e com oportunidades para todos.

Juscelino Filho, ministro das Comunicações



O potencial transformador das PPPs também na África

As Prestadoras de Pequeno Porte (PPPs) tiveram um papel fundamental na democratização da banda larga no Brasil nos últimos anos. A regulação da Anatel prevê assimetrias regulatórias em favor dos PPPs. Esta política regulatória consiste em desonerar obrigações regulatórias dos prestadores menores de maneira que estes possam focar seus esforços e investimentos na expansão de suas redes e serviços.

Hoje há mais de 20 mil prestadoras de banda larga, autorizadas ou dispensadas de outorga pela regulamentação da Anatel. As PPPs já são responsáveis, segundo os dados mais recentes publicados pela Agência, por 50% do total de acessos de banda larga fixa em serviço no país.

Enquanto o total de acessos de banda larga em serviço dos prestadores de maior porte permaneceu praticamente estagnado nos últimos anos, o total de acessos dos Prestadores de Pequeno Porte teve um crescimento vertiginoso neste mesmo período, chegando a um total de 20,7 milhões de acessos nos dados mais recentes.

Quando se observa a variação percentual no total de acessos de banda larga em serviço sob responsabilidade dos PPPs, percebe-se que, entre 2016 e 2021, o crescimento foi em média de 40% por ano neste período. Entretanto, do final de 2021 até os dados mais recentes de 2022, esta variação percentual é bem inferior, na ordem de 6%.

A menor variação percentual pode indicar uma tendência de estagnação no crescimento dos

prestadores regionais. Essa estagnação pode ser explicada pela falta de novas oportunidades de ampliação das redes. Hoje já existe sobreposição de diversos PPPs em municípios e localidades pequenas. Esse fato aponta para uma saturação do mercado, de tal forma que já não existem mais grandes oportunidades para o avanço do modelo de sucesso dos PPPs.

O modelo dos PPPs se mostrou um grande sucesso no Brasil. Com uma abordagem regulatória favorável esses milhares de empreendedores levaram redes de fibra óptica para praticamente todos os rincões do Brasil, garantindo conectividade de altíssima qualidade nas pequenas cidades, muitas vezes melhores que aquelas oferecidas pelas grandes empresas nos grandes centros urbanos. O potencial transformador e empreendedor dos PPPs revolucionou o Brasil a tal ponto que o mercado nacional já mostra sinais de saturação.

Esse potencial pode e deve ser aproveitado para expandir o modelo dos PPPs para fora do Brasil. O continente africano ainda apresenta grandes desafios no que diz respeito à ampliação das redes de fibra óptica e democratização do acesso à internet, se apresentando como um grande potencial de crescimento do mercado de banda larga.

Nesse sentido, surge a oportunidade de utilizar o potencial e a expertise dos PPPs para ampliar as redes de fibra óptica na África, contribuindo assim para uma cooperação Sul-Sul que se reflita em oportunidades de negócio para os empreendedores brasileiros e para a indústria nacional. A

Evolução de acessos de banda larga fixa (SCM) por PPP
(dez/2016 a set/2022)

MÊS	Acessos PPPs (em milhões)	Variação de acessos PPPs (em milhões)	Variação de acessos PPPs (em milhões)
dez/16	3,7	-	-
dez/17	5,3	1,6	43%
dez/18	7,5	2,2	42%
dez/19	10,2	2,7	36%
dez/20	14,2	4	39%
dez/21	19,6	5,4	38%
set/22	20,7	1,1	6%

oportunidade industrial não se trata apenas de exportação de produtos eletrônicos nacionais, mas também a indústria cultural e audiovisual quando levamos em consideração o mercado dos nossos irmãos lusófonos.

Também se trata de uma oportunidade de retribuir aos séculos de escravidão e sofrimento infligido a milhões de africanos e africanas. Uma chance de repensar e refletir sobre a gratidão que devemos ter pelo sacrifício de tantos que efetivamente construíram o Brasil do ponto de vista material e cultural.

Essa cooperação poderia usar como alavanca inicial a relação do Brasil com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) por meio da Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCTEL).

Uma oportunidade de retribuir aos nossos irmãos africanos ajudando na universalização da conectividade e do acesso à internet, beneficiando também a economia do Brasil, não pode ser perdida e deve ser perseguida de forma integrada e harmônica entre todos aqueles que acreditam e buscam a integração de nossos povos.

Carlos Manuel Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)



Visão além do longo prazo

A Anatel revolucionou a banda larga fixa no Brasil, estimulando o mercado com a criação de regras que levariam à multiplicação dos provedores regionais em áreas ignoradas por grandes operadoras

Em 2010, o setor de telecomunicações brasileiro era bem diferente do atual. A banda larga fixa era ainda utilizada por uma parcela pequena e rica da população, em grandes cidades, oferecida por grandes operadoras. Em cidades médias do interior, havia provedores de internet esparsos, regionais, competindo em áreas nas quais as grandes não chegavam. Nas pequenas, o acesso era majoritariamente por conexão discada.

As tecnologias que prevaleciam eram xDSL – dependente da infraestrutura de telefonia fixa – e cabo coaxial. A fibra óptica, ainda, era relegada às redes de alta capacidade. Após 14 anos, tudo mudou. A tecnologia xDSL e o cabo coaxial estão sendo rapidamente trocados por fibra óptica nas grandes operadoras brasileiras. Hoje,

representa 73,9% dos acessos. As demais tecnologias utilizadas são o cabo coaxial, com 18,4%, internet via rádio (3,6%), cabo metálico (3,2%) e satélite (0,9%).

O movimento dos provedores regionais (ISPs), que começou do interior para as capitais no começo da década passada, também cresceu e, hoje, eles respondem por 52,8% do mercado de banda larga fixa no país.

E como aconteceu? Foram estimulados por decisões do regulador local, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a partir de 2008. Naquele ano, a agência aprovou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).

Diagnóstico preciso

Em 2007, técnicos recém-chegados à agência começaram a estudar a competição no mercado de telecomunicações. O “Estudo Técnico para Atualização da Regulamentação das Telecomunicações do Brasil” resultou no PGR, que ao ser aprovado determinou a realização de mais estudos sobre a competição no mercado local e traçou como diretriz a elaboração de regras de estímulo à competição.

O relatório demonstrou que, nas mãos de grandes operadoras, os pequenos tinham pouco poder de barganha para utilizar as redes de transporte, o que freava o desenvolvimento de infraestrutura no interior.



“O diagnóstico trouxe uma visão de futuro, mostrando que o Brasil precisava de no mínimo três grandes grupos de telecomunicações e centenas, senão milhares, de pequenos grupos regionais para massificar o serviço”, lembra Abraão Balbino, superintendente executivo da Anatel.

O PGMC

A seu ver, o PGR foi o marco inicial das medidas que seriam tomadas nos próximos anos para revolucionar a competição no mercado. A partir deste marco a agência elaborou o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), que seria aprovado em 2012.



“Este plano [PGMC] objetiva o incentivo e promoção da competição entre grupos de prestadoras de serviço de telecomunicações, com a adoção de medidas que visam assegurar o direito de escolha dos usuários por meio da diversificação das ofertas e fomento ao investimento setorial”, explica José Borges, atual superintendente de competição da Anatel.

O PGMC 2012 definiu regras para empresas grandes, aquelas com Poder de Mercado Significativo (PMS). Estabeleceu medidas assimétricas,

Além das regras da Anatel, outras medidas conjunturais contribuíram para a competição no setor

determinando que as PMS cobrassem preço de custo no atacado e que apresentassem as ofertas publicamente, de forma isonômica a todos os interessados. Isso reduziu muito os preços para transporte de dados, facilitando o surgimento de provedores de internet no interior.

“O PGMC trouxe o conceito de feriado regulatório para a fibra, que garantiu aos entrantes que investissem em rede de fibra que não teriam de compartilhar a infraestrutura. Com isso, os pequenos saberiam que se tornariam monopolistas em suas áreas”, observa Abraão.

Mais tarde, em 2013, sairia o novo Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia – a banda larga fixa –, que baixou o preço de obtenção de licenças, facilitando a regularização de provedores com poucos clientes.

“Em conjunto, foi uma não ação regulatória que viabilizou a aceleração de fibra. Por que pulverizou a fibra no Brasil? Porque a outorga é fácil, rápida e não regulada”, resume.

Há quem diga que as medidas da Anatel se somaram a outros fatores relevantes e alheios a questões regulatórias. O ex-presidente da Anatel, João Batista de Rezende, aponta os avanços do PGMC como fundamentais para a disseminação da fibra no Brasil. “Com o regulamento, os pequenos começaram a ter acesso à rede de links de longa distância. Nem todos tinham uma operação nacional”, lembra.



Rezende, no entanto, ressalta que a decisão foi bem-sucedida também por motivos conjunturais. “O preço da fibra óptica despencou no mundo. Isso, somado à desburocratização da Anatel em acesso a licenças, à implantação do sistema nacional de ofertas de atacado e às assimetrias, e ao regime tributário do Simples que existia desde 1996, contribuiu”, observa. O Simples é uma faixa

de cobrança de imposto reduzida e simplificada na qual se enquadram apenas micro e pequenas empresas no Brasil.

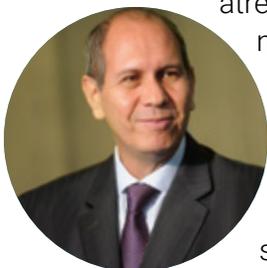
Rezende observa ainda que o estímulo da Anatel tem seus dilemas. “O PGMC não conseguiu regularizar o total de provedores do país, que era um dos objetivos. A subnotificação continua. Também resultou em uma ocupação desordenada de postes por fibra óptica”, diz. Quando o regulamento foi publicado, em 2012, havia no Brasil 23 empresas, de qualquer porte, alimentando a Anatel com dados de número de assinantes. Hoje, há 8 mil provedores de internet que declaram clientes, de 20,5 mil reconhecidos – sinal de que a subnotificação persiste.

A revisão do PGMC

Em 2018, a Anatel faria uma atualização do PGMC. “É inato fazer revisões periódicas a cada quatro anos. Porque a gente regula um mercado muito dinâmico. Se as estruturas mudaram, se as barreiras mudaram, a gente tem que fazer ajustes”, observa o superintendente José Borges.

Naquele ano foi introduzida a definição de Prestador de Pequeno Porte (PPP), deixando mais evidente a quem as assimetrias se destinavam e isentando de maneira uniforme os provedores com relação a vários outros regulamentos, como por exemplo o de relações com os consumidores e o de qualidade. Também foi estabelecido preço de referência para a contratação de backbone e backhaul de alta capacidade. A medida incentivou empresas a construir seu próprio backbone e, também, a oferecê-lo a preço competitivo.

Aníbal Diniz, ex-integrante do Conselho Diretor da Anatel de 2015 a 2019, foi relator da revisão e responsável pela inserção do conceito de PPP atrelado a um percentual de mercado, e não a um número absoluto.



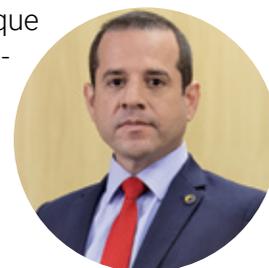
“Em 2018, o mercado já tinha mais fibra óptica. Mas todos os provedores batiam na casa dos 49.999 clientes e abriam uma nova empresa para não estarem sujeitos aos re-

gulamentos. Vimos que número absoluto era uma armadilha. Inspirados em uma decisão do Cade, outro regulador brasileiro, pensamos no percentual de 5% para o pequeno”, lembra. A proposta foi aprovada por unanimidade no Conselho Diretor e passou a vigorar em 2018.

Hoje, o Brasil tem 47,2 milhões de assinantes de banda larga fixa. Portanto, um PPP com 5% do mercado pode ter até 2,36 milhões de assinantes.

Com a proliferação de banda larga fixa, cresceu a oferta de WiFi residencial, o que levou a Anatel a simplificar o licenciamento do serviço além da fibra óptica..

“Editamos em 2017 a Resolução 680, que foi o primeiro passo de simplificação das regras para empresas de pequeno porte em relação ao regulamento de radiação restrita e que dispensou de licença provedores que entregarem serviço por meio confinado, desde que tenham até 5 mil acessos”, lembra Vinícius Caram, superintendente de outorgas e recursos à prestação da Anatel..



O momento atual

“Agora, estamos passando por um reajuste de mercado. Pulverizamos o mercado, o preço caiu, mas hoje tem muitas pequenas empresas. Tantas, que surgiu a oportunidade de fusões e aquisições”, observa Caram.

Além do movimento natural de um mercado com 20 mil concorrentes, o PGMC está passando por nova revisão neste ano na Anatel, com a promessa de trazer incentivos ao aumento da competição no mercado móvel. A revisão está aberta a mudanças também de conceitos definidos no passado.

“Temos hoje alguns indicadores, empresas perto de 2 milhões de assinantes ainda com assimetria. Acho que a trave deveria descer para a casa dos 2% ou 1% quando à classificação de uma PPP”, avalia Rezende.

No novo cenário, consolidação dos ISPs

Aníbal acha que o mercado móvel vai se beneficiar de mais competição. “Acredito que a Anatel esteja focada nisso. O novo PGMC tem que garantir a existência de produtos de atacado com ofertas de referência que permitam a replicabilidade”, avalia.

Mudou, também, o cenário de investimentos. Se, a partir do PGMC de 2012 os provedores regionais se multiplicaram com capital próprio, agora é momento de consolidação. Fundos brasileiros ou provedores de médio porte estão comprando os menores que tenham estrutura mais profissional.

“Os fundos de private equity perceberam o ecossistema significativo em termos de porte, tamanho e oportunidades. A gente sai de uma estrutura fragmentada, e os fundos vislumbram a oportunidade de consolidar, gerar escala”, observa José Borges.

Além disso, alguns dos provedores regionais que se beneficiaram das novas regras foram ao mercado, entrando na bolsa de valores. É o que houve com Brisanet, com atuação no Nordeste brasileiro, Desktop, focada no Sudeste, e Unifique, do Sul. As duas últimas vêm comprando rivais menores em suas áreas de atuação desde a abertura de capital. E a primeira, considerada pioneira no uso da fibra, está entrando no mercado celular.

Outras iniciativas reuniram vários provedores em um só grupo e cogitaram abrir o capital, mas devido a mudanças conjunturais, desistiram. Foi o caso de Vero, que, em 2023, se fundiu à Americanet, e da Alares.

Mais mudanças virão. A Oi, empresa nacional, de grande porte, que passa por recuperação judicial desde 2016, colocou à venda sua ClientCo, unidade de banda larga em fibra.

MAIO – Sai o novo Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que derruba preços para obtenção de licenças de prestação de serviços.

Linha do Tempo

A principais regras definidas pela Anatel que levaram ao aumento da competição no mercado de telecomunicações brasileiro, especialmente na banda larga fixa

2003

JUNHO – Novos contratos de concessão de telefonia fixa obrigam concessionária a aceitar o futuro Plano Geral de Metasde Competição (PGMC).

OUTUBRO – Aprovado o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil, com diagnóstico do que deveria ser feito para melhorar o ambiente competitivo.

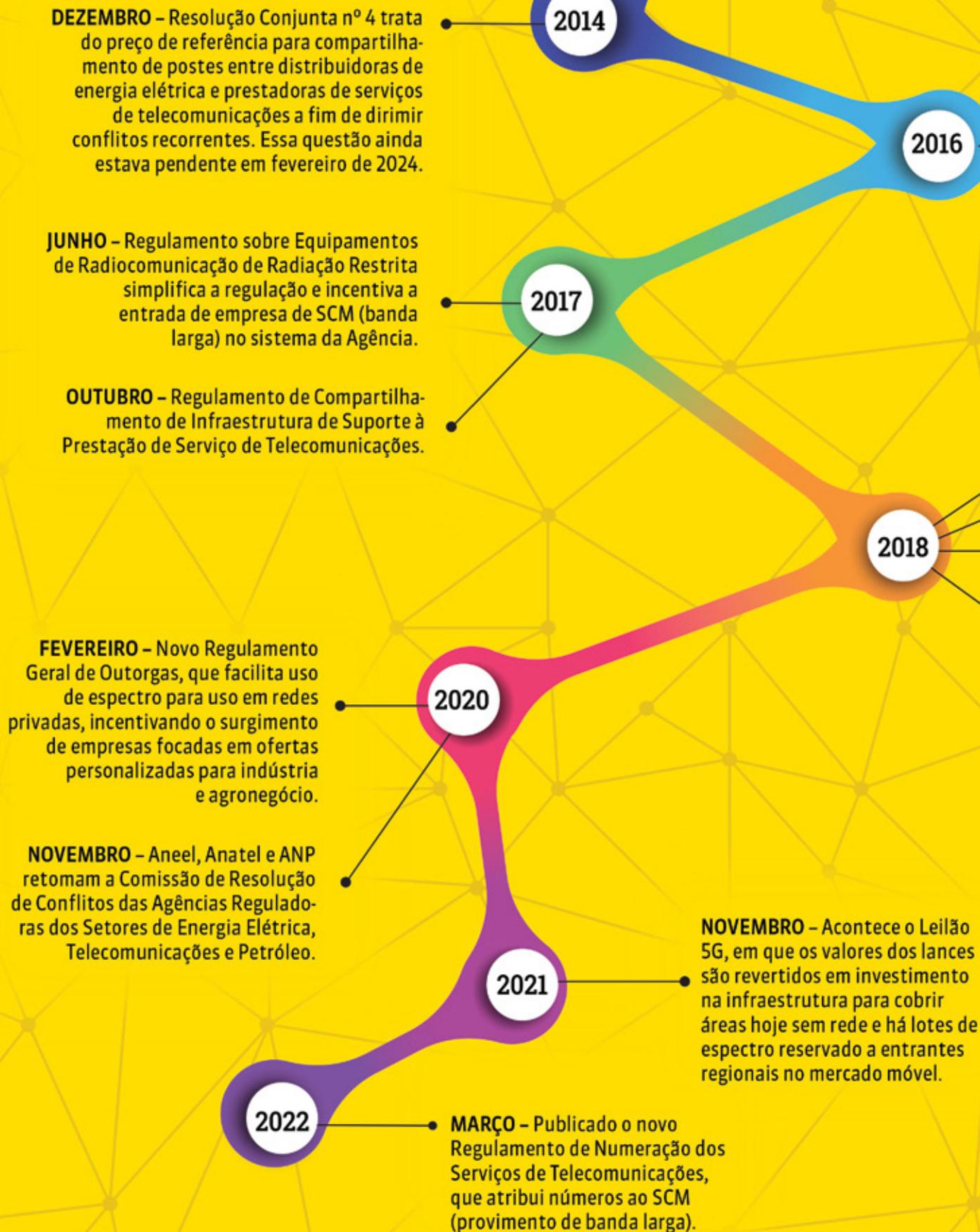
NOVEMBRO – O governo publica o decreto do Plano Geral de Outorgas, que também remetia à elaboração futura do PGMC.

2008

2012

NOVEMBRO – Anatel publica o PGMC, que obrigou ofertas de custo no atacado e definiu o conceito de Prestadoras com Poder de Mercado Significativo.

2013



NOVEMBRO – Publicado o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, que fixou preços pelo direito de uso de radiofrequências, abrindo caminho para medidas voltadas ao setor móvel.

JULHO – Regulamento Geral de Interconexão, com regras para compartilhamento de infraestrutura.

SETEMBRO – Criado o Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte de Serviços de Telecomunicações junto à Anatel.

NOVEMBRO – Resolução nº 703 estabelece Limites Máximos de Quantidade de Espectro de Radiofrequências, a chamada regulamentação do *spectrum cap*, limitando a concentração de frequências em um mesmo grupo econômico.

DEZEMBRO – Regulamento da Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital, que traz o cálculo WACC para análise financeira das empresas que atuam no setor.

O sucesso das medidas pode ser replicado em outros países?

A grande questão é se as ideias inovadoras sobre competição estabelecidas pela Anatel há mais de uma década, e que resultaram do uso acelerado da fibra óptica, podem ser aplicadas em outros países com o mesmo sucesso.

Para João Batista de Rezende, ex-presidente da Anatel, existem condições mínimas precedentes. “Tem de fazer o diagnóstico primeiro. Se for política de governo, pode ter regime tributário diferenciado. E a agência ou o regulador tem que ter autonomia”, avalia.

Para Aníbal Diniz, ex-conselheiro da Anatel, o modelo de agência setorial é mais saudável do que dotar órgãos de governo de poder regulatório. “A agência independente é um dos elementos fundamentais do sucesso. Se a regulação for toda feita por ministério, cria certa instabilidade, pois muda periodicamente, com novos governos”, resume.

Abraão Balbino, superintendente executivo da Anatel, concorda e enfatiza: “O grande sucesso se deve a uma política regulatória de longo prazo, que é a mesma há 18 anos. Os gestores mudam, mas os técnicos estão juntos há muito tempo. Não dá para estruturar coisas no poder público sem olhar para o longo prazo. Então tem que ter um regulador estável, forte institucionalmente”, diz.

Para José Borges, superintendente de competição, tudo isso é replicável. “Existe um conjunto de elementos institucionais importantes: quadro regulatório estável, autoridade regulatória com competência, marco regulatório estável que reduza as incertezas. Isso é necessário antes da regulação assimétrica”, afirma.

Vinicius Caram, superintendente de outorgas e recursos à prestação, acrescenta que é preciso também incentivar a entrada da fibra no país. “O produto tem que ter fabricação sem taxas altas de importação. Tem que ter capacitação. O país tem que ter uma política pública, um órgão vinculado ao Executivo agindo e um regulador sem regras restritivas”, conclui.

Rafael Bravo Bucco



A expansão dos serviços da internet no país passa por aqui

Criado ainda quando a Internet estava no início de sua expansão no mundo, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, o CGI.br, adotou um modelo multissetorial e ganhou relevância, exercendo um importante papel para manter a Internet livre e aberta no país

Existem mais de 5,26 milhões de domínios registrados sob o “.br”. No Brasil, é comum a população online desconfiar de páginas que não tenham o sufixo “.br” na URL. Essa forma de endereçamento é tão arraigada que se o site for de uma empresa ou se for comercial, espera-se que tenha a terminação “.com.br”.

“Recebemos o .br em abril 1989. Naquela época, já pensamos numa subdivisão semântica, como com.br, gov.br, org.br, mil.br. Algo já pensando que novos setores iriam chegar à rede e precisariam de espaço. E reservamos o .br apenas para brasileiros”, lembra Demi Getschko, um dos pioneiros da Internet no país, integrante de notório saber do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e diretor presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). À época da recepção do .br Demi estava na Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A Internet estava crescendo e o setor acadêmico já a abraçara, com a certeza de que ela traria um futuro de oportunidades para o desenvolvimento humano.

Ainda passariam anos, no entanto, para a coisa engrenar. Em 1995, para a comunidade acadêmica e a sociedade civil havia uma clara separação entre a Internet e a infraestrutura de telecomunicações. O governo editou então a Norma 4, que classificou o provimento de Internet como

serviço de valor adicionado. E pouco depois, no mesmo ano, foi criado o CGI.br.

Cabe ao CGI.br propor diretrizes para o registro de nomes de domínios sob o ccTLD “.br”, a distribuição de números IP, e estratégias relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil. O CGI estimula a coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços Internet, apoia os Pontos de Troca de Tráfego (Internet Exchange Points, em inglês), e viabiliza a participação da comunidade brasileira no desenvolvimento global da rede e nos fóruns internacionais no tema.

Para operar e implementar as decisões e os projetos do CGI.br, atendendo inclusive ao crescimento da Internet no Brasil, há o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entidade civil, de direito privado e sem fins de lucro que atua como ‘braço executivo’ do CGI.br.

Essas medidas estruturaram a Internet no país, facilitaram ao cidadão local encontrar o que busca em sua língua nativa, e aos indivíduos e às empresas registrarem domínios, gerando interesse e demanda por conectividade de banda larga.

“A partir daí verifica-se um crescimento vigoroso do “valor adicionado” que a Internet representa. Houve o afluxo de gente vinda das BBS (Bulletin Board System), a oferta de acesso

grátis por empresas e abundância de conteúdo local. Isso atraiu muita gente para a Internet no país”, lembra Getschko. Nas BBS os usuários já se logavam por meio de um software que permitia a conexão via telefone a um sistema, através do computador, e interagiam entre si.

Em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ampliou-se a participação multissetorial, abrindo-se assentos para representantes da sociedade civil no Comitê, ampliando a relevância política do organismo, que passou a sugerir medidas para manter a Internet livre e aberta.

O modelo multissetorial do CGI.br reúne representantes do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade científica e tecnológica, além de notório saber. Garante a participação de todos os segmentos da sociedade na tomada de decisões sobre a Internet. “O CGI.br não pune, não regula, só avalia, mede e recomenda”, ressalta Getschko.

Após sua reformulação, através do decreto de 2003, o CGI teria papel fundamental na aprovação do Marco Civil da Internet anos mais tarde, em 2014, uma lei que usou como base um decálogo do Comitê gerado em 2009 como defesa dos princípios básicos de uma Internet aberta e livre.

Conteúdo, conteúdo, conteúdo

No final dos anos 1990, era comum que o dado transmitido entre duas localidades de uma mesma metrópole brasileira conectadas a redes diferentes passasse por pontos no exterior antes de chegar ao seu destino. Além de encarecer os custos, o tempo gasto era significativo, sem falar da exposição desnecessária do conteúdo a riscos de segurança.

Milton Kashiwakura entrou para a Fapesp em 1997. Ali, percebeu que seria necessário facilitar o tráfego de dados entre os agentes que estão por trás dos serviços de Internet. Criou o primeiro Ponto de Troca de Tráfego (PTT), em São Paulo, com equipamentos doados por uma empresa. Logo surgiram PTTs comerciais no país. No ano seguinte, o CGI.br já debatia a forma como o flu-

xo de dados gerados no Brasil ia para o exterior e retornava, o que era visto como um contrassenso.

Em 2004, os PTTs existentes no país tinham sido todos transferidos à iniciativa privada. O CGI.br entendeu, então, que tais estruturas precisavam ser neutras e administradas por uma instituição sem fins lucrativos para serem eficientes. Surgia a iniciativa PTT.br, mais tarde rebatizada para IX.br, mantida pelo NIC.br.

Os participantes, empresas que detêm blocos de endereçamento IP e numeração de sistema autônomo (ASN) passaram a trocar dados com quem quisessem, sem custos. Ano após ano foram criados PTTs em diferentes locais do Brasil. Hoje, o país tem o mais movimentado circuito de troca de tráfego do mundo, com o total de 35 Tb/s no pico. O segundo mais movimentado é o alemão DE-CIX, com pico de 22,36 Tb/s.

Novos PTTs são criados sem qualquer cobrança entre os participantes.

Para garantir que a operação dos PTTs com grande movimento tenha continuidade na ausência de recursos o IX.br só passou a cobrar para recuperação dos custos operacionais a partir de 2017. “Os custos operacionais só são cobrados nas estruturas com tráfego acima de 1 Tb/s, como São Paulo [hoje com média diária de mais de 22 Tb/s], Rio de Janeiro e Fortaleza [ambos com mais de 4 Tbps]. Temos 36 PTTs e crescendo. Os demais não serão cobrados até atingir 1 Tb/s”, comenta Kashiwakura. A expectativa é que o ponto de Porto Alegre, no Sul do país, seja o próximo a superar a marca.

Mas apenas os “Internet Exchanges” não seriam suficientes para acelerar o crescimento da Internet no país. O aumento vertiginoso do tráfego de dados, e do número de participantes dos PTTs se deu ao menos cinco anos depois, a partir de 2009, lembra Kashiwakura, diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento do NIC.br.

“A gente sabia que seria preciso facilitar a criação de sistemas autônomos no país. Naquele ano, negociamos com o LACNIC, responsável pelo registro de endereços de Internet na América

Latina, uma forma de distribuirmos também os ASNs, número que identifica as redes que compõem a Internet, aqui no Brasil, além dos domínios e números IPs, pois era um complicador para as empresas pequenas de Internet remeterem dinheiro para fora. Trouxemos isso para o país, e houve um crescimento dos PTTs por conta da facilitação de acesso a esse recurso”, lembra.

Desde então, o IX.br faz um trabalho educativo, também, ensinando os milhares de provedores de Internet do Brasil a utilizar os PTTs e a adotarem as melhores práticas operacionais na Internet. Também criamos o projeto OpenCDN nos PTTs onde as CDNs não tinham intenções de levar seus conteúdos, “convidamos empresas de conteúdo, oferecemos a infraestrutura de Data Center com energia, espaço em rack, controle acesso, ar condicionado e banda Internet para que possam instalar seus “caches”, servidores de conteúdos, e disponibilizar os seus conteúdos no PTT. Os custos de manutenção deste projeto são rateados entre os participantes”, explica Kashiwakura.

Replicabilidade

O modelo do CGI.br, e conseqüente criação do IX.br, que contribuiu para acelerar a expansão de provedores no país, pode ser replicado em outros países, concordam Getschko e Kashiwakura. No entanto, não de forma fácil.

O histórico relatado por eles deixa claro que existe um processo de amadurecimento, que não pode ser acelerado artificialmente, e que depende da autonomia e independência da gestão do organismo.

Para eles, é fundamental o modelo multissetorial de diálogo permanente com a sociedade, com a classe política, governo e setor produtivo. Assim como uma comunidade acadêmica focada no desenvolvimento da Internet, buscando o aperfeiçoamento técnico permanente e a existência de conteúdo nativo.

“É possível replicar por outros países, mas não em um curto prazo”, resume Getschko.

Referência internacional

Ao longo de sua história, o CGI.br tem desempenhado um papel fundamental na governança da Internet no Brasil. Valorizando o modelo multissetorial na criação de suas resoluções e considerando a necessidade de embasar e orientar as ações e decisões do Comitê segundo princípios fundamentais, o CGI.br aprovou em 2009 o Decálogo de Princípios para a governança e uso da Internet, que englobam direitos como liberdade, privacidade, universalidade, diversidade, neutralidade e inimizabilidade da rede, entre outros.

O Brasil foi pioneiro, por meio do CGI.br, ao elaborar um conjunto de princípios que contemplam contextos técnicos, sociais, econômicos,

políticos e culturais da governança e uso da Internet. Essa Declaração foi e continua sendo uma referência não apenas nacional, mas internacionalmente, inspirando países a terem as suas próprias Declarações que prezem por uma governança democrática.

O Decálogo serviu como base para a criação do Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, em que o CGI.br teve grande participação na apresentação, tramitação, debate e aprovação. O Marco Civil da Internet foi sancionado pela Presidente da República em 2014, durante a abertura da Reunião Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet, também chamada de NETmundial, evento organizado pelo CGI.br em parceria com entidades internacionais envolvidas com a governança da Internet.

Os PTTs e os provedores de banda larga

Em 2024, o IX.br possuía 6.604 participantes ativos, 3.869 ASs únicos, incluindo provedores de banda larga, redes de governo, redes de conteúdos, redes acadêmicas, etc. Os provedores são os principais participantes dos PTTs. Eles se conectam ali para trocar tráfego com outros provedores, bem como com redes de telecomunicações e provedores de conteúdo.

Entre os participantes que não são provedores estão grandes geradores de tráfego, como Netflix, Google, Meta, Amazon, entre outros. Eles se conectam aos pontos para facilitar aos provedores buscarem o conteúdo, sem precisarem recorrer a links de trânsito internacional de dados ou submeterem-se a contratos de interconexão com operadoras de infraestrutura de longa distância.

Em fevereiro de 2024, o Brasil atingiu 35 Tb/s e quebrou o recorde que pertencia ao próprio IX.br.

A conexão aos PTTs do IX.br oferece aos provedores de banda larga uma série de benefícios, incluindo:

Redução de custos: os provedores de banda larga podem reduzir seus custos de trânsito ao trocar tráfego diretamente com outros provedores nos PTTs do IX.br.

Melhora de desempenho: A troca de tráfego direta no IX.br reduz a latência da rede e aumenta a eficiência do trânsito.

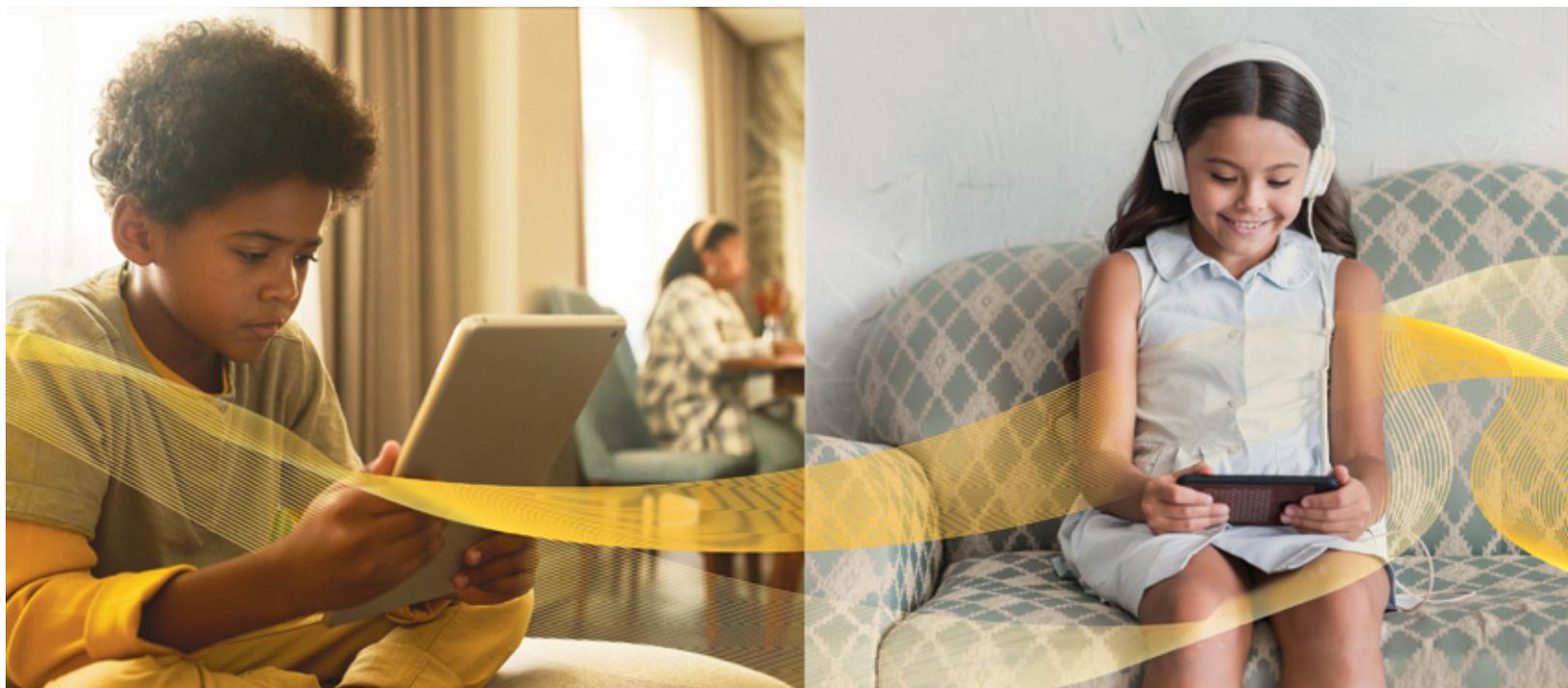
Aumento da segurança: A troca de tráfego direto nos PTTs do IX.br aumenta a segurança da Internet para os usuários finais, pois reduz a dependência de terceiros.

A criação da Lei Geral de Proteção de Dados também contou com grande apoio do CGI.br. O assunto vem sendo discutido desde 2011 no “Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais”, promovido anualmente pelo CGI.br, e que se tornou o principal palco para debates sobre o tema no país, sediando a articulação e os estudos para a existência da lei no Brasil.

Mais recentemente, o CGI.br promoveu uma Consulta sobre Regulação de Plataformas Digitais que mobilizou indivíduos e organizações ligadas tanto à comunidade científica e tecnológica, como ao governo, terceiro setor e segmento empresarial de todas as regiões do país. Os resultados dessa ampla escuta foram analisados e sistematizados, gerando relatório divulgado no sítio do Comitê.

Braços auxiliares

O NIC.br implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) desde 2005, e todos os recursos arrecadados provêm de suas atividades que são de natureza eminentemente privada. Conduz ações e projetos que trazem benefícios à infraestrutura da Internet no Brasil. Do NIC.br fazem parte: Registro.br (<https://registro.br>), CERT.br (<https://cert.br/>), Ceptro.br (<https://ceptro.br/>), Cetic.br (<https://cetic.br/>), IX.br (<https://ix.br/>) e Ceweb.br (<https://ceweb.br/>), além de projetos como Internetsegura.br (<https://internetsegura.br>) e Portal de Boas Práticas para Internet no Brasil (<https://bcp.nic.br/>). Abriga ainda o escritório do W3C Chapter São Paulo (<https://w3c.br/>).



A massificação da Internet foi impulsionada pelos ISPs

O surgimento dos pequenos provedores regionais (ISPs), inicialmente para atender municípios do interior e periferias das grandes cidades, aliado as condições regulatórias favoráveis à competição, teve importante contribuição para o crescimento da internet no Brasil

No despontar do século 21 ainda era difícil contratar o serviço de banda larga em grande parte do território brasileiro, cenário que mudou drasticamente na década passada, tendo se acelerado sobremaneira nos anos mais agudos da pandemia de Covid-19.

A ascensão de provedores de serviços de internet (ISPs) de pequeno porte em diversas localidades do Brasil, sobretudo no interior e nas periferias das grandes cidades, impulsionada por condições regulatórias favoráveis à competição, fez com que o mercado nacional se expandisse consideravel-

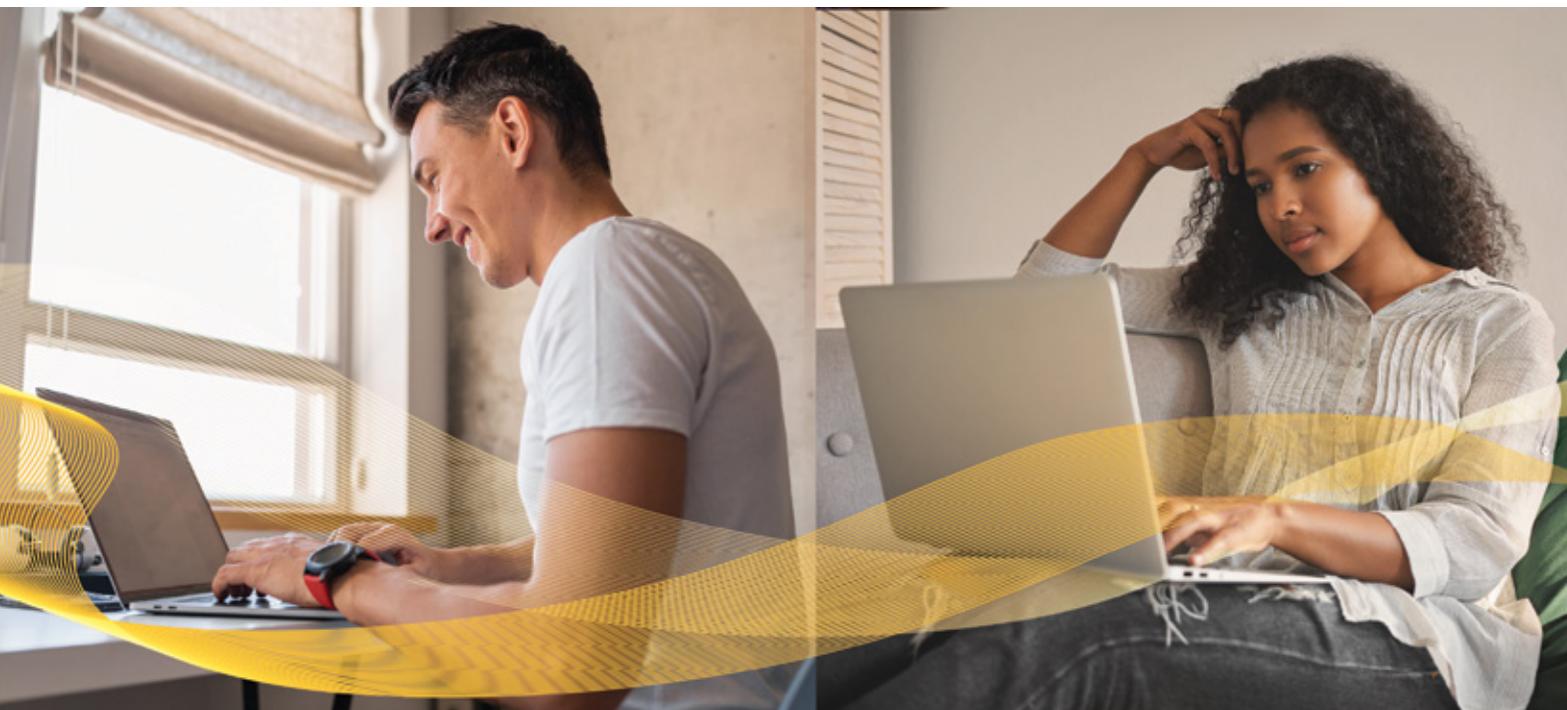
mente, tornando a conectividade um bem de acesso massificado.

Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostram que o país encerrou 2023 com 47,2 milhões de assinaturas de banda larga fixa, dos quais 24,9 milhões são serviços prestados pelos ISPs. Ou seja, em um país de dimensão continental, os pequenos e médios provedores são responsáveis por mais da metade do mercado de internet fixa, abocanhando 52,8% das assinaturas totais.

Dados da TIC Provedores, uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), indicam que, até o fim de 2022, havia 11.630 empresas prestadoras de serviços de banda larga fixa no País, sendo um mercado amplamente composto por micros, pequenos e médios negócios.

Do interior às capitais

Embora as grandes operadoras (Claro, Vivo e Oi) detenham 47,2% dos acessos de internet fixa no País, a expansão da banda larga está diretamente



ligada ao sucesso das operações dos ISPs. Para se ter uma dimensão disso, no ano de 2020, o crescimento de acessos nesse grupo chegou a 39%.

A pujança do mercado brasileiro permitiu que operações bastante diferentes entre si pudessem se tornar trajetórias bem-sucedidas. No mercado desde 1997, a Desktop, por exemplo, começou como um projeto de seu fundador e CEO, Denio Alves Lindo, de levar internet a amigos e parentes para o interior de São Paulo.

Com experiência em empresas de tecnologia, o empresário percebeu, ainda na década de 1990, o potencial de negócio que a internet geraria nos próximos anos. No início, o provedor oferecia acesso discado, passando por conexão via rádio e cabo metálico, até investir na fibra óptica a partir de 2012.

Em 2019, a empresa deu início ao processo de aquisição de provedores menores pelo território paulista. No ano seguinte, recebeu um aporte do fundo de investimento HIG Capital, o que permitiu acelerar o crescimento, levando à abertura de capital em 2021.

O foco no estado de São Paulo, o mais rico do país, fez com que a Desktop enfrentasse uma árdua competição com as grandes Claro e Vivo, líder e vice-líder, respectivamente, no segmento de banda larga fixa em todo o território nacional. Na avaliação de Lindo, a decisão de investir em cidades nas quais a empresa obteria resultados financeiros rapidamente, além de se estabelecer como maior provedor nesses municípios antes de expandir as redes para outras localidades, ditou o sucesso da empresa.

Crescimento anual de acessos (%)

	2019	2020	2021	2022	2023
GRANDE PORTE	-4,6%	-2,0%	0,4%	0,1%	1,0%
PEQUENO PORTE	37,1%	39,0%	37,2%	19,6%	7,2%

Em linhas gerais, o ISP saiu de 100 clientes, em 1997, para alcançar 1 milhão, em 2023, por meio de uma estratégia que envolveu a expansão orgânica da base de clientes, em cima das redes existentes, e inorgânica, ao adquirir operações menores em municípios do interior paulista.



“Conseguimos focar muito fortemente em atender o cliente com qualidade. Nos primeiros anos da empresa – e tento manter isso até hoje –, ficou bem claro que tratar bem o cliente é um diferencial gigantesco, pois, assim, tivemos ganhos de captura de assinantes das big telcos, que não tinham essa proximidade e preocupação com a prestação do serviço”, diz Lindo. “Muitas regiões do Brasil foram muito mal atendidas pelas grandes operadoras e isso abriu um potencial de mercado para quem quisesse investir no interior”, complementa.

No Nordeste do País

Também há mais de duas décadas no mercado, a Brisanet se consolidou como maior provedor de acesso da região Nordeste do País. Atualmente, detém cerca de 1,3 milhão de assinantes de banda larga fixa, enquanto direciona os investimentos para a expansão das redes móveis 4G e 5G, atuando como operadora entrante nesse mercado.

De todo modo, a empresa começou a tomar forma em 1998, quando o fundador e CEO, José Roberto Nogueira, fez as primeiras conexões de banda larga via rádio em Pereiro, na região semiárida do Ceará (NE), após experimentos em São José dos Campos (SP). No caso do projeto cearense, o empresário viabilizou uma “solução adaptada de baixo custo”, por meio da qual era possível transmitir dados a uma distância de 90 quilômetros utilizando tecnologias que foram desenvolvidas para funcionar em espaços de 30 metros.

De acordo com Nogueira, o objetivo era projetar uma alternativa que fosse viável economicamente para o consumidor, uma vez que não seria possível praticar preços elevados em uma região de baixa densidade populacional e de baixa renda. A conexão discada, por exemplo, foi logo descarta-

da, porque, até então, poucas famílias dispunham de linhas de telefonia fixa.

Com isso, o empresário adaptou placas de sinal sem fio importadas dos Estados Unidos para funcionar a maiores distâncias, alimentadas por antenas que recebiam sinal em 2,4 GHz.

Nos anos que se seguiram, soluções prontas para este tipo de conexão foram lançadas e a competição se intensificou. Por volta de 2010, interferências eram frequentes na banda. “Não dava para fazer o gerenciamento, ninguém conversava para administrar a frequência, era impossível”, lembra Nogueira.



Após uma viagem à China, o empresário decidiu investir na fibra óptica. Em 2011, Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, se tornou a primeira cidade inteiramente coberta com fibra pela empresa. O projeto piloto serviu para subsidiar a decisão de migrar para a nova tecnologia de rede fixa.

No mercado brasileiro, a Brisanet se destaca por construir e operar as próprias redes, em um modelo fim a fim. Até quando abriu o capital, em 2021, a empresa optou por manter 80% das ações sob o seu controle. Pouco antes, em 2019, o provedor, que até então se concentrava em pequenas cidades, começou a investir em regiões metropolitanas e capitais nordestinas.

“A Brisanet sempre fez uma busca sobre como implementar a tecnologia mais moderna com pouco dinheiro em áreas difíceis, onde o poder econômico é pequeno e a densidade do usuário é baixa”, pontua Nogueira.

Consolidação

Entre os maiores provedores de internet fixa do País também estão empresas que, diferentemente de Brisanet e Desktop, entraram nesse mercado há poucos anos. É o caso, por exemplo, da Vero.

Resultado da fusão de oito pequenos ISPs em Minas Gerais, a prestadora surgiu de uma investida do fundo Vinci Partners no setor de telecomu-

Nos últimos anos, o setor de provedores regionais de internet passou por um movimento de fusões e aquisições

nicações em 2019. Com isso, a empresa já nasceu “grande”, com cerca de 120 mil acessos. Hoje, sozinha, soma mais de 829.935 mil assinantes e, após a fusão com o provedor America Net, realizada em 2023, conta com 1,34 milhão de clientes, o que a posiciona como o segundo maior ISP em atividade no Brasil no que diz respeito ao número de acessos de internet fixa, somente atrás da Alloha Fibra que lidera com mais de 1,5 milhão de assinantes – sem contar as grandes operadoras, como Claro, Vivo e Oi.

Até hoje, a empresa segue um modelo parecido àquele da sua constituição. Isto é, continua crescendo mediante fusões e aquisições. Ao todo, a atual Vero é resultante de um processo de 19 aquisições, levando em conta as oito iniciais mais a fusão com a America Net.

Na prática, essa estratégia possibilitou que o provedor expandisse a sua atuação pelo território mineiro e entrasse em outros estados do País, como os da região Sul e Goiás.



“O lema inicial da Vero foi levar ao interior um mundo de possibilidades. Isso porque vemos no interior uma economia pujante, mas onde existia uma carência de tecnologia muito grande”, resume José Carlos Rocha, diretor de Vendas e Marketing do provedor.

“Desde a fundação, construímos redes do zero em cidades onde não estávamos, aliada à estratégia de crescer orgânica e inorganicamente”, acrescenta.

Para o executivo, o trunfo da empresa foi saber avaliar oportunidades de mercado e investir em cenários prósperos, além de adotar um modelo operacional no qual as atividades foram sendo implementadas por etapas.

“Em primeiro lugar, construímos a nossa rede e demos velocidade. Na sequência, entregamos equipamentos melhores aos usuários. Depois, viabilizamos redes mesh, que fazem um anel de WiFi interno e dão robustez e qualidade de conexão em toda a casa. Agora, o cliente quer conteúdos digitais e já temos acordos para prover as melhores séries e campeonatos de futebol dentro do hub da Vero”, explica o executivo.

Assim com a Vero, a Alares, responsável por 625,7 mil acessos de banda larga fixa em diversos estados do País, é fruto da consolidação de vários pequenos provedores em uma marca.

A empresa, na verdade, está no mercado de telecomunicações desde a primeira década dos anos 2000, com operações iniciais no interior de São Paulo e Minas Gerais. Em 2021, o fundo de investimento Grain comprou o provedor Grupo Conexão, que passou a se chamar Alares no ano seguinte. Entre 2015 e 2022, o ISP adquiriu 18 operações menores e expandiu a atuação pelas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Com o aporte da investidora, a empresa passou a incrementar as operações, inclusive substituindo as redes de HFC, tecnologia que combina cabos coaxiais e de fibra, por infraestruturas centradas na tecnologia óptica. Os atuais objetivos do provedor, segundo Denis Ferreira, CEO da Alares, são se posicionar como consolidador do mercado de ISPs e investir em XGS-PON, uma evolução da conexão de fibra óptica capaz de transmitir taxas simétricas de download e upload de 10 Gbps.

A respeito do sucesso dos pequenos provedores, o executivo diz que, diferentemente das grandes, os ISPs souberam fornecer, além de serviços de alta qualidade, disponibilidade de atendimento, atuando de forma mais próxima às necessidades dos clientes.

“Compramos outros provedores para continuar investindo, melhorando e provendo serviços de qualidade para regiões que não tiveram o foco das grandes operadoras por um bom tempo”, destaca Ferreira.



Alternativas para a África

Como forma de propagar as redes de banda larga fixa pela África, os diretores dos provedores brasileiros ressaltam que, de modo semelhante ao observado no território nacional, é preciso gerar empresas locais que tenham condições de subsistir.

Segundo eles, isso depende, em grande parte, de uma regulação que viabilize a existência e propicie o crescimento de pequenos negócios. Nesse sentido, os provedores destacam a maneira como a Anatel ajudou a construir com o mercado de serviços de internet fixa no País, por meio do estabelecimento de normas assimétricas entre grandes e pequenas prestadoras.

“Quando você abre uma empresa, você não pode ter o mesmo nível de regulamento de uma empresa que existe há dez, 15, 20 ou 30 anos”, afirma José Carlos Rocha, diretor da Vero. “A assimetria regulatória nos dá a possibilidade de ser ágil. Além disso, traz oportunidades competitivas e exige uma estrutura mais leve, de certa forma mais aderente às experiências do consumidor e adequada a uma empresa recente. No fim, isso nos ajuda a empreender cada vez mais”, complementa.

Em tom semelhante, Denis Ferreira, CEO da Alares, reforça que a construção de um mercado pujante passa pela força do empreendedorismo local aliada a um regramento condizente com as necessidades de negócios de menor porte. A regulação de telecomunicações brasileira, entre outros pontos, diferencia as obrigações de atendimento ao cliente conforme o porte da prestadora. Além disso, o fomento à competição envolve a obtenção de licença para Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) – termo técnico das atividades de telecom –, cujo preço caiu, com o passar dos anos, de R\$ 9 mil para R\$ 400.

“No Brasil, a Anatel está revendo algumas de suas regulamentações, e defendemos que a assimetria que trouxe o conceito de PPPs [Prestadoras de Pequenos Portes] continue valendo para que o mercado siga crescendo – e que isso possa até mesmo avançar para outros segmentos de negócio”, sugere Ferreira.

“Se não fosse esse sistema de distribuição de licenças SCM para pequenas empresas, o nosso País não teria essa capilaridade em termos de alcance da banda larga fixa nem perto do que tem hoje”, diz Raquel Camera Schwambach, da BrasRede.

Na avaliação dela, revisando a história da cobertura de internet fixa no País, o órgão regulador tomou decisões adequadas para que a iniciativa privada pudesse investir em infraestrutura e levar redes de banda larga a localidades que não interessavam às grandes operadoras.

“Os pequenos provedores levaram sinal para certos lugares muito antes de as grandes pensarem em entrar. Hoje, [as grandes] perceberam o potencial dessas regiões e estão aqui na nossa porta, disputando clientes conosco”, diz a diretora.

Para além das condições regulatórias, José Roberto Nogueira, CEO da Brisanet, recomenda que países africanos tracem um caminho diferente, na comparação com o Brasil, no que diz respeito à expansão da conectividade. Segundo ele, como em muitas cidades só há energia elétrica na zona central, nas periferias e em cidades menores, localidades em que os pequenos provedores costumam surgir, não há postes suficientes para amparar a infraestrutura de fibra óptica.

Uma alternativa seria o aterramento de cabos. Contudo, trata-se de uma opção cara até mesmo para operadoras que atuam no Brasil. Sendo assim, o executivo sugere que a população seja atendida mediante WiFi 6 ou 5G.

“A África pode dar um salto, nem passar pela tecnologia de FTTH [sigla em inglês para fibra até a casa]”, indica. “Pode-se trabalhar com uma torre de rádio com painel solar. Nas periferias, é preciso ter um enlace de rádio de alta capacidade. Agora, em locais mais distantes, o custo disso é muito grande. Então, acredito que a tecnologia de satélites de baixa órbita se adequa muito bem”, sugere.

Nogueira, que já teve conversas com empresários africanos, ainda diz que a Brisanet está disponível para fornecer mentoria a provedores que atuam na África. Ao mesmo tempo, aponta que

grandes geradoras de tráfego, como Google, Meta (dona do Facebook e do Instagram) e Netflix, poderiam disponibilizar CDNs (redes de fornecimento de conteúdo) às prestadoras africanas como forma de contribuir em projetos de conectividade no continente.

“Estamos falando de locais em que não chega nada externo, não tem energia, não tem backbone. Então, a solução ideal para a África – lá no interior onde é impossível chegar com backbone, ninguém vai pagar essa conta – envolve satélites de baixa órbita, torre de energia solar, WiFi 6 via rádio ou rede móvel e CDNs”, sumariza Nogueira. “Neste momento, satélites LEO [baixa órbita] estão passando sobre a África sem carga. Por que não fazer esse papel social de ajudar a conectar o continente com um custo reduzido, com auxílio dos CDNs dos geradores de conteúdo, para que pequenos provedores possam fazer uso dessa tecnologia?”, sugere o empresário.

Empresas com mais acessos de banda larga fixa no Brasil

CLARO – 9.972.185

VIVO – 6.730.912

OI – 4.791.540

ALLOHA FIBRA – 1.558.683

VERO – 1.344.897 *

BRISANET – 1.292.091

DESKTOP – 1.016.801

ALGAR – 810.685

TIM – 808.792

UNIFIQUE – 719.288

ALARES – 625.741

*Soma clientes da Vero mais os da America Net

Fonte: Anatel (Dez.2023)

Nos rincões, a presença dos pequenos garante o acesso

Além das grandes operadoras e dos provedores regionais (ISPs) com operações de escala interestadual, o mercado brasileiro de ISPs é repleto de pequenos provedores que atuam em localidades específicas, desde bairros nas periferias das grandes cidades a um conjunto de municípios interioranos. Estima-se um contingente de 20 mil ISPs, de todos os portes, porém nem todos declaram os acessos na Anatel. Mas, não há dúvida de que a grande maioria de ISPs é formada pelas pequenas empresas.

Com sede em Arroio do Meio (RS), a BrasRede é um desses pequenos provedores. Atua em 12 cidades gaúchas do Vale do Taquari e conta com 20 mil acessos de serviços de telecomunicações, dos quais 80% (16 mil) são conexões de banda larga fixa.

Fundada em 2001, a empresa, ao longo de mais de duas décadas, passou por diversas tecnologias de conectividade, até migrar para a fibra óptica. A jornada até aqui, no entanto, exigiu persistência para superar desafios. No início, fornecendo internet discada, o provedor, por estar localizado no interior, tinha de lidar com o custo elevado das ligações interurbanas.

Além disso, como uma empresa pequena de um setor até então novo e pouco conhecido, só era possível obter empréstimos e financiamentos junto aos bancos a juros elevados, próximos aos de pessoa física.

Outra dificuldade dos primeiros anos de operação era o preço do link de internet, que se tornou mais acessível com o crescimento do mercado de backbone e de fornecedores.

Hoje em dia, a empresa tem de enfrentar o alto nível de competição – em Lajeado, cidade do inte-

Uma constelação de pequenos provedores atende bairros periféricos e municípios onde a rede dos grandes não chega

rior gaúcho de aproximadamente 90 mil habitantes na qual possui 25% de participação de mercado, há 32 provedores – e a escassez de mão de obra técnica (ou mesmo de profissionais dispostos a aprender o ofício) na região em que atua. Todavia, a diretoria mantém o otimismo para os próximos anos. Inclusive, o nome BrasRede, que substituiu o original Arroio do Meio Net, se deve a ambições nacionais do provedor.



“É uma empresa enxuta, mas muito bem administrada. Temos processos para saber quanto tempo leva para deslocar equipes, o custo das operações e os investimentos planejados”, assegura Raquel Camera Schwambach, diretora Administrativa e Financeira do ISP.

Enquanto a BrasRede busca crescer apenas por conta própria, expandindo a rede de fibra, sem intenção de comprar qualquer provedor como forma de acelerar o crescimento, o provedor sergipano Unoun, fundado em maio de 2023, nasceu justamente da união de forças de quatro pequenas prestadoras em Aracaju.

“Trabalhávamos em parceria para, por exemplo, comprar link de internet, o que ajudava a baratear os preços”, conta Pedro Neto, diretor financeiro da Unoun. “Os provedores que se tornaram operadoras começaram a crescer de uma forma que ame-drontou empresas menores. Então, entendemos que poderíamos nos juntar de fato, nos tornando uma única marca sob um mesmo CNPJ, para ganhar barganha. Quem tem tamanho consegue negociar”, sintetiza.

Além da capital sergipana, a empresa mantém operações em Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, municípios da

região metropolitana de Aracaju. Ao todo, o ISP tem cerca de 10 mil acessos de banda larga fixa e, à semelhança de sua fundação, planeja continuar adquirindo negócios menores para seguir crescendo, ao mesmo tempo em que conclui o processo de migração das redes metálicas para a infraestrutura de fibra óptica.

Serviços corporativos

Os planos do provedor também contemplam o fortalecimento do braço de serviços corporativos, visando fornecer conectividade a empresas e, inclusive, serviços de suporte a prestadores de banda larga menos estruturados.

De acordo com Neto, para que a empresa prospere em uma realidade na qual disputa clientes com grandes grupos, o provedor realiza pesquisas de mercado para identificar áreas em que a qualidade do serviço de banda larga está aquém da exigida pelo assinante, o que se configura como uma oportunidade de investimento em infraestrutura.

“Para muitas empresas, falta o tratamento local. E é isso que o provedor regional menor consegue fazer. Aqui, conhecemos o cliente pelo nome e sabemos onde ele mora. É um diferencial do qual não abrimos mão”, ressalta o executivo. “O cliente sergipano tem orgulho quando sabe que somos uma empresa daqui mesmo”, reforça Neto.



Eduardo Vasconcelos

A força da união

Dirigentes explicam o papel das associações no suporte aos ISPs e na interlocução com o órgão regulador para construir um mercado de banda larga atrativo a negócios de todos os portes



Não foi do dia para a noite que o Brasil conseguiu construir um mercado de banda larga fixa competitivo. Na verdade, trata-se de um longo processo que contou, de um lado, com a perspicácia do órgão regulador (*ver pág. 70*) para compreender como atender, por meio do setor privado, à demanda dos consumidores espalhados por todos os cantos do território nacional e, de outro, da união de inúmeros provedores em associações representativas, responsáveis por apresentar a importância, sobretudo, das pequenas prestadoras ao Poder Público.

De certa forma, a trajetória bem-sucedida do mercado de internet fixa no País se confunde com a criação e a atuação dessas entidades de classe. Algumas delas estão presentes no cenário nacional desde a privatização do setor de telecomunicações, processo que ocorreu no fim da década de 1990.

Fundada em janeiro de 2000, a Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), por exemplo, nasceu justamente para fomentar a competição no mercado como forma de desenvolver o setor. Desde sua origem, a entidade, que atualmente congrega mais de 70 empresas que atuam em diversos ramos das telecomunicações, conta com associadas de diferentes portes. Isso foi importante para colaborar para a construção do arcabouço legal dos serviços de telefonia, banda larga e TV por assinatura no País.



“No início, as empresas, inclusive multinacionais e negócios bem estruturados, precisavam da associação porque não havia leis e regras de telecomunicações bem estabelecidas no Brasil”, conta Luiz Henrique Barbosa, presidente executivo da TelComp. “Como pouco antes só havia Estado, era estatal com estatal, não tinha a necessidade de pedir licença para a prefeitura, era só construir rede. No entanto, quando as empresas privadas entraram no mercado, não havia lei que respaldasse, por exemplo, que uma prefeitura desse uma autorização para implan-

tar uma rede. Então, a entidade surgiu justamente para ajudar a construir esse arcabouço legal”, complementa.

Na avaliação de Barbosa, um dos principais instrumentos costurados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao lado das associações de provedores, foi o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). A medida, instituída em 2012 e atualizada em 2018, entre outros pontos, se destaca por regular o mercado de atacado, promovendo a competição com base em uma estrutura regulatória assimétrica, levando em conta o poder de mercado de cada participante do setor – ou seja, empresas menores têm menos obrigações regulatórias a cumprir para prestar o serviço do que as grandes operadoras.

Ele também credita à possibilidade de os provedores se inscreverem no regime tributário do Simples Nacional como forma das pequenas empresas de fornecimento de internet fixa prosperarem no País.

“Se não tivéssemos criado algumas políticas públicas e condições para que os pequenos [negócios] conseguissem prestar o serviço, continuaríamos com uma demanda não atendida em lugares com dificuldades de comunicação no Brasil”, afirma Barbosa.

Da TV para a banda larga

Completando 25 anos em 2024, a história da Associação NEO reflete, de certa forma, as transformações do setor de telecomunicações. A entidade foi fundada em 1999 por 12 empresas que prestavam o serviço de TV por assinatura, numa tentativa de ganhar competitividade para disputar clientes com as grandes Net (atual Claro) e Sky.

Todavia, com o passar dos anos, enquanto as regras para prestar o serviço de banda larga foram simplificadas, a TV por assinatura continuou com um modelo de regulação complexo e rígido, além de bastante prejudicado pela pirataria e por novas formas de transmissão de conteúdo, como o streaming de vídeo. Com isso, a entidade notou que grande parte das associadas demonstrava

mais interesse por atuar no fornecimento de banda larga do que de TV paga.

“As prestadoras se associavam porque tínhamos expertise nas relações contratuais com as programadoras. Entretanto, com o tempo, essas empresas perceberam que a grande oportunidade não era mais investir em TV por assinatura. Assim, por volta de 2018, 2019, começaram a fazer o turn-around [virada] completo para banda larga”, explica Rodrigo Schuch, presidente da NEO.

Inclusive, em 2019, a entidade, que até então se chamava NEOTV, adotou a nomenclatura Associação NEO. Hoje, conta com cerca de 200 associadas que representam, aproximadamente, 14 milhões de acessos de internet fixa – juntas, seriam o maior provedor do País, à frente da Claro, líder no segmento.

De acordo com Schuch, a implementação do conceito de Prestadora de Pequeno Porte (PPP), em 2016, contribuiu significativamente para o crescimento do segmento de banda larga no País.

“As PPPs ganharam um ‘feriado regulatório’. Quero dizer, várias exigências feitas às grandes não foram passadas para as pequenas. Todo o processo de ter uma outorga de SCM [Serviço de Comunicação Multimídia, jargão técnico da atividade de telecomunicações] foi facilitado. Isso trouxe certamente a motivação que faltava para que os empresários investissem”, analisa.

Incentivo à competição

Embora mais recente, a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) conta com cerca de 1.500 provedores associados em todos os estados da federação, desde prestadores com menos de 1 mil assinantes a novos gigantes, como a Brisnet.

Fundada em 2009, a entidade, na verdade, foi criada por empresas que participavam de uma associação local no Rio de Janeiro. Na organização, as prestadoras compartilhavam link de internet. No entanto, problemas entre associados e relacionados à regulação do setor fizeram com que os pequenos

provedores tomassem a iniciativa de fundar uma entidade de representatividade nacional.

“Fizemos um trabalho de conscientização da Anatel para mostrar que os pequenos provedores existiam e estavam levando banda larga ao interior do País. Ao mesmo tempo, tínhamos que ensinar os pequenos como fazer direito, dentro das normas”, lembra Mauricélio Oliveira, diretor-presidente da Abrint.



Segundo o dirigente, o setor de banda larga ganhou impulso em 2016, quando a agência reguladora começou a abrir o mercado para negócios de pequeno porte. “As mudanças que vínhamos cobrando foram inseridas no contexto regulatório. As pequenas perderam o medo da Anatel, mostraram que existiam e pouco depois houve um boom de crescimento que possibilitou que passassem as grandes” em quantidade de assinantes, pontua Oliveira.

Na prática, a Abrint notou que as queixas dos pequenos negócios envolviam a falta de recursos e a dificuldade de acesso a políticas públicas que permitissem expandir as infraestruturas de banda larga. Contudo, como as pequenas empresas atuavam sem reportar dados operacionais à Anatel, a agência não tinha a devida dimensão do potencial dos pequenos negócios como forma de promover a inclusão digital do País.

“A Abrint trabalhou de forma muito próxima com a agência. No começo, percebemos que havia uma certa resistência, os reguladores não acreditavam que os provedores conseguiriam fazer isso, mas era porque eles não tinham as informações necessárias”, assegura o presidente da Abrint.

Atualmente, além de defender as pautas de interesse dos provedores de serviços de internet (ISPs) junto ao regulador e promover eventos em diversas partes do País, a associação presta serviços como assessoria contábil e jurídica a pequenos negócios. Também oferece cursos nas áreas técnica, administrativa, comercial e fiscal, bem como treinamentos relacionados à segurança do trabalho.

O Brasil tem entidades de diferentes portes. Associações com atuação nacional e as locais

Além das entidades de atuação nacional, também há, no Brasil, associações mais próximas das particularidades locais de cada região do País. Uma dessas organizações é a Redetelesul. Com sede em Maringá, no Paraná, a entidade conta com cerca de 280 empresas associadas. A grande maioria é formada por micro e pequenos provedores – a base ainda inclui aproximadamente 25 fornecedores de equipamentos de telecomunicações.

Em seus 15 anos de história, a Redetelesul, apesar de também defender pautas de impacto nacional, se destaca pela forte representatividade que conquistou no território paranaense.



“A entidade começou, na verdade, como uma organização de um grupo de amigos que tinham o intuito de implementar redes conjuntamente, expandir as infraestruturas e obter links de internet”, conta Helton Dorl, presidente da Redetelesul. “Funciona-

va mais como uma empresa que tentava baratear os projetos de crescimento de todos os envolvidos, mas, com o tempo, ficou grande e, então, partimos para fundar uma associação, até porque precisávamos de representatividade junto ao governo do estado e à Copel [Companhia Paranaense de Energia]”, acrescenta.

Na avaliação de Dorl, o diferencial da associação foi “dar voz ao pequeno provedor”, tendo em vista a dificuldade que empresas de pequeno porte enfrentam para obter apoio no ambiente político e fazer frente a organizações de outros setores. Embora a entidade tenha mais empresas representadas no Paraná, sua atuação a credenciou a conquistar associadas em outros estados, como Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

“Em geral, provedores de outros estados chegam até nós por indicação de quem já está conosco. Por exemplo, em Santa Catarina, quando há uma

ação de interesse dos provedores em andamento por outra entidade, a Redetelesul também entra com a sua força para respaldar as reivindicações dos associados”, explica o dirigente.

A atuação da associação, no entanto, não se limita à representatividade perante o governo. De certo modo, a Redetelesul mantém, até hoje, características de sua origem. Isso porque a entidade, por meio de parcerias, também oferece às prestadoras associadas treinamentos de gestão de pessoas, administração e trabalho técnico.

“Por meio da associação, conseguimos formar empreendedores que estavam iniciando na fibra óptica e não tinham uma visão de gestão do negócio. Em grupo, tudo se torna mais fácil e barato”, pontua Dorl.

Desafios da internacionalização

Dono de um vasto território, o continente africano se revela uma terra de oportunidades para empresas que queiram expandir seus negócios e pôr em prática projetos de internacionalização. Contudo, ao mesmo tempo, há uma série de desafios que precisam ser enfrentados para que as operações prosperem de forma sustentável.

A exemplo do que ocorreu na banda larga fixa no Brasil, a Abrint acredita que, na África, grandes grupos tendem a investir em regiões com maior densidade populacional e renda per capita mais elevada. Uma forma de propagar a internet pelo continente, portanto, passa pela abertura do mercado a provedores de pequeno porte.

“Levar a experiência dos nossos provedores para lá, ainda que seja para conversar com empresários locais e mostrar como fizemos aqui, é uma forma de plantar essa semente nos países africanos”, aponta Oliveira. “A Anatel, como órgão regulador, também tem a sua parte, podendo explicar como o nosso mercado se desenvolveu e o que é preciso fazer para dar condições para que as pequenas empresas propaguem a conectividade”, recomenda Mauricélio Oliveira.

Schuch, da NEO, salienta que a oportunidade para investir na África é palpável, uma vez que,

em determinados países, a banda larga chega a apenas 3% dos consumidores. Todavia, levanta alguns questionamentos a respeito da baixa penetração da internet no continente: “Não tem banda larga porque as pessoas não têm dinheiro para pagar, não há confiança jurídica e regulatória [para investir], ou critérios pouco conhecidos sobre guerras e conflitos locais?”, indaga.



De todo modo, o dirigente pontua que, havendo segurança jurídica, os demais percalços, sobretudo os relacionados ao ambiente de negócios, podem ser superados. Schuch reforça que o mercado brasileiro de banda larga fixa foi construído por empresas com “apetite a risco, sem acesso a capital barato ou incentivos fiscais”.

“Se tiver segurança jurídica, garanto que diversas PPPs [Prestadoras de Pequeno Porte] terão interesse em investir na África. Se tiver perspectiva de retorno de capital, garantia de que a empresa não será tomada, que existe um sistema regulatório e uma agência que determina regras claras de interconexão e interoperabilidade, as empresas brasileiras vão investir, não tenho dúvida”, afirma o presidente da NEO.

Com opinião parecida, Oliveira, da Abrint, avalia que, quando se trata de operação internacional, as empresas precisam se debruçar sobre as normas regulatórias, trabalhistas e tributárias da nação estrangeira. Oliveira assinala que a oportunidade de conectar a África, caso aproveitada, deve ser feita com base em tecnologias que suportem o crescimento vigoroso que a internet pode ter no continente.

“Quando a conectividade chega a um local, há um crescimento exponencial por banda. No início, um plano de 10 Mbps atende uma residência, mas, logo depois, o consumidor quer assistir a vídeos na internet, ter acesso simultâneo à rede em diferentes aparelhos, instalar uma câmera de monitoramento. Sendo assim, a lição número 1 é de que o projeto de conectividade deve ser feito em fibra óptica, pois qualquer outra tecnologia vai ficar limitada em pouco tempo”, sugere.

Barbosa, da TelComp, traça um paralelo entre o Brasil anterior à disseminação dos ISPs e a África atual, no sentido de que havia uma demanda por conectividade não atendida pelas grandes operadoras. Em sua avaliação, o que faltava no País, portanto, eram condições para que pequenas empresas pudessem fazer o que os grandes grupos não demonstravam interesse, como investir em zonas periféricas e nas cidades do interior.

“Talvez na África, de maneira muito semelhante, para universalizar o serviço, por problemas de renda e dificuldades locais, a melhor política pública é aquela que fomente pequenos prestadores locais”, reflete. “De certo modo, quem vai resolver o problema de conexão no interior de um país africano é o empreendedor local – claro, contando com acesso a redes de transmissão, cabos submarinos e data centers para se conectar com o mundo. Para isso, o regulador vai ter que ter a capacidade que a Anatel teve de regular o mercado de atacado”, recomenda Barbosa.

O presidente executivo da TelComp também acredita na possibilidade de provedores brasileiros entrarem no mercado africano. No entanto, ressalta que, antes de se aventurarem em uma operação internacional, os ISPs precisam ter garantias jurídicas, institucionais e econômicas desses países, bem como acerca da atuação do órgão regulador de telecomunicações.

“Imagino que haja sistemas jurídicos e institucionais bem diferentes entre os países. Há democracias, há ditaduras. Então, antes de olhar especificamente para telecom, tem que entender o sistema institucional dessas nações. É um arranjo maior”, observa Barbosa. “Trata-se da segurança institucional do país. Por exemplo, você faz o investimento e, em algum momento, quer retorno. Quer ter a possibilidade de mandar os dividendos de volta [à matriz], mas precisa ter a segurança institucional e cambial para isso. Se a moeda local desvalorizar 200% ao ano, não há retorno”, destaca.

Eduardo Vasconcelos



15 ANOS DE SUCESSO

Em 2024, a Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações) completa 15 anos de história. Nossas raízes se confundem com a trajetória de desenvolvimento dos provedores regionais brasileiros e nossas conquistas até agora nos inspiram a olhar para o futuro em busca de novas oportunidades.

Os números já são bem conhecidos: mais de 20 mil provedores de acesso, que juntos representam mais de 23 milhões de acessos. É muito importante dizer que, sem o esforço e investimento dos provedores regionais para levar fibra óptica para todo o país, a internet banda larga no interior do Brasil ainda seria somente um sonho. Foram décadas de mudanças regulatórias e tecnológicas que criaram um mercado resiliente e competitivo.

Sobre nós

A Abrint é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2009 para representar os interesses do ecossistema de provedores regionais de internet no Brasil. Somos uma organização democrática e pautada pelo serviço voluntário, governada por um Conselho eleito pelos provedores associados.

Nossa missão é representar os provedores regionais de internet e telecomunicações. Nós

lutamos para promover o desenvolvimento da indústria da internet no Brasil, em prol da conectividade universal e significativa no Brasil. Defendemos políticas públicas sólidas que incentivem o investimento, o desenvolvimento e a implantação de banda larga de alta velocidade para todos os brasileiros.

Reunimos mais de 1.800 empresas, que estão presentes em todo o país e levam acesso fundamental à internet banda larga para milhões de brasileiros. Nossos membros se esforçam para oferecer serviços acessíveis, competitivos e inovadores para todo o país.

Nosso mercado e a nossa história

O Brasil tem uma comunidade forte, vibrante e participativa de pequenos e médios provedores de soluções B2C e B2B de banda larga fixa. Não existe nada parecido com nosso mercado em qualquer outro lugar do mundo. Por onde a Abrint vai, o espanto, a admiração e a vontade de conhecer como isso aconteceu no Brasil são inevitáveis.

Na prática, o mercado dos provedores nasceu em maio de 1995, quando o Ministério das Comunicações emitiu a Norma 4/1995, que autori-



Conselho de administração da Abrint 2023-2024

zou a exploração comercial da internet no país. Já no ano seguinte, vimos o surgimento das primeiras operações de provedores de acesso à internet. Desde então, os números de provedores e de usuários aumentaram a cada ano.

Os provedores regionais começaram pequenos e fora dos grandes centros urbanos, enfrentando diversas barreiras regulatórias e econômicas para fazer os negócios acontecerem. Aos poucos, essas empresas foram encontrando nichos e espaços para crescer, dando passos tímidos rumo à expansão e democratização do acesso à internet no Brasil.

Em um setor dominado por grandes empresas, os pequenos provedores eram vistos com desconfiança pelos reguladores. A Abrint nasceu justamente do desejo dos provedores de internet de serem ouvidos. Do seu anseio por superar a discriminação e mostrar para reguladores e sociedade que os provedores regionais são os verdadeiros vetores de inclusão digital em nosso país.

Essa é missão primordial da Abrint: trazer a voz dos provedores regionais a todos os espaços de discussão pública. As dezenas de membros fundadores começaram o trabalho de representação setorial junto ao governo e órgãos reguladores. Foi um esforço contínuo e insistente para manter um diálogo transparente, legítimo e responsável com as autoridades públicas brasileiras.

Esse diálogo público-privado se tornou ponto essencial para o desenvolvimento regulatório brasileiro, permitindo mostrar a situação real

de cada região e trazer a necessária modularidade e assimetria à atividade regulatória.

Foi a partir desse diálogo que os reguladores compreenderam o papel dos provedores regionais para a inclusão digital. Com o tempo, a Anatel criou o conceito de PPP – Prestadores de Pequeno Porte e passou a mudar as regulamentações para reduzir as barreiras de entrada no mercado da banda larga fixa.

Na última década, em especial, vemos a crescente atenção da Anatel em ir além do pensamento tradicional e buscar novas abordagens para construir um arcabouço regulatório que elimina as barreiras de entrada e privilegia a competição. Hoje, os pequenos provedores são tratados como um elo essencial para a conectividade significativa no Brasil.

Maior evento de provedores de internet do mundo

Organizamos o Encontro Nacional Abrint, evento anual que reúne provedores, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços e reguladores. Esta é a maior plataforma de engajamento com o ecossistema de internet da América Latina.

Nosso Encontro Nacional é também uma materialização da força do nosso mercado. Saímos de uma reunião de algumas centenas de provedores em 2008 para um dos maiores eventos de conectividade do mundo. Em 2023, foram mais de 20 mil participantes ao longo dos três dias do Encontro Nacional!





Surf Telecom, uma onda que nasceu na África e conquistou o Brasil

A história da Surf Telecom está umbilicalmente ligada à de Yon Moreira, executivo que a fundou.

Quinta geração de uma família de professoras que já ditavam o tom do empoderamento feminino, Yon abraçou a visão de Rui Barbosa “a ignorância é a mãe da servilidade e da miséria”, e assumiu a inclusão digital como bandeira de sua vida profissional.

Após várias iniciativas massivas e pioneiras, como o lançamento da internet grátis em 1999 e o primeiro telecentro em comunidades em São Paulo, Yon partiu rumo à mãe África, por providência e destino.

Em 2011, com o apoio da família, se estabeleceu em Angola, para cumprir a missão de reduzir a desigualdade e empoderar os cidadãos angolanos por meio da inclusão digital. Na época, Yon assumiu o desafio de comandar a Movicel Angola, operadora que, sob sua gestão, levou serviços de telecomunicações de alta qualidade e customizados às demandas das populações de todas as províncias do país.

Essa experiência bem-sucedida na África, um dos continentes mais desafiadores para o desenvolvimento de negócios de infraestrutura, associada à competência acumulada em seu currículo brasileiro – que incluía funções de diretoria em grandes empresas como Lucent, Siemens, Brasil Telecom e Telefônica Empresas, onde ocupou o cargo de CEO – foram o estímulo para concretizar um desejo acalentado por anos: criar sua própria empresa. Assim nasceu a Surf Telecom, marcada por um saber angolano: “se queres ir rápido, corra sozinho. Caso queiras ir longe, monte uma equipa.”

Hoje, com um time socialmente diversificado, a Surf é a única operadora móvel com presença

em todo território nacional, clientes em mais de 5.000 municípios e infraestrutura de interconexão em todas as cidades brasileiras, uma conquista ainda exclusiva para uma empresa nacional desde a privatização do Sistema Telebrás. Um dos segredos do sucesso é a criação de parcerias sólidas, com destaque para a Correios Celular, motivo de orgulho e alegria indissociável para Yon: “Correios é a cara do bom serviço público ao Brasil, uma comunidade orquestrada com mais de cem mil colaboradores e reconhecido por várias pesquisas como uma das entidades de maior confiança da sociedade brasileira”.

Com centenas de parceiros nos mais variados segmentos, desde o financeiro até clubes de futebol, passando por redes de varejo, provedores de internet e organizações internacionais, tanto no ramo de tecnologia quanto em renomada organização de apoio e socorro a catástrofes, a Surf é líder em acessos móveis destacando-se entre as três maiores incumbentes do Brasil.

Responsabilidade Social

Além de facilitar o acesso à telefonia móvel, a Surf também atua fortemente na área social, oferecendo suporte a projetos de apoio a pessoas em situação de calamidade ou vulnerabilidade social, incluindo iniciativas como a oferta de internet grátis para comunidades de Paraisópolis, Sapopemba, Osasco, Jardim Panorama e Rocinha; atuação como “first responder” na tragédia de Brumadinho (MG) em 2019; doação de mil chips, em parceria com a Dedalus, para o Hospital das Clínicas (SP) e o Hospital Federal Fluminense (RJ) durante a pandemia de COVID; doação de quase 3 mil chips para o restabelecimento de contato entre refugiados e migrantes com seus familiares, em parceria com a Cruz Vermelha São Paulo (CVSP).



BNDES e Finep com recursos robustos para conectividade

O banco e a agência de fomento são braços imprescindíveis para as políticas públicas de expansão da conectividade significativa no país

Os principais órgãos brasileiros de fomento vêm apoiando o setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) com linhas de financiamento robustas, por meio de diversos programas e fontes de recursos. Na maior parte das vezes, as linhas de financiamento estão atreladas às políticas públicas do governo para aumento da conectividade e desenvolvimento de fornecedores nacionais.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua com apoio direto, indireto ou por meio de oferta de garantias, para empresas com faturamento a partir de R\$ 50 milhões. As fontes de recursos para esse segmento incluem as linhas de crédito tradicionais do BNDES (Finame e Finem); fundos setoriais (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel e Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust); e debêntures (corporativas ou de projeto).

Para empresas com faturamento até R\$ 50 milhões o apoio é indireto por meio de crédito via agentes financeiros com recursos do Cartão BNDES, do Finame e de fundos setoriais (Funttel e Fust). Hoje são mais de 45 agentes financeiros para dar capilaridade, com padronização do apoio. Há também o Programa de Garantia: FGI-PEAC e FIDCs com fundos setoriais ou recursos próprios, em que fundos de crédito viabilizam operações sem bancos.

“Somente o Funttel aprovou em 2023 cerca de R\$ 664 milhões em 23 operações (diretas contratadas), beneficiando mais de 550 provedores e contemplando mais de um milhão de pessoas com novas conexões”, destaca João Paulo Pieroni, superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES.

Ele ressalta que o Funttel tem como objetivo desenvolver tecnologia nacional. Isso se dá por meio de financiamentos, tanto para a comercialização, quanto para a implantação de fábricas ou apoio ao desenvolvimento de P&D de tecnologia nacional.

Já as diretrizes do BNDES para o Fust têm por objetivo contribuir para a conexão das escolas

públicas, bem como apoiar iniciativas para utilização das TICs na educação; priorizar o fomento ao atendimento dos vazios de conectividade, em especial nos ambientes rurais e demais localidades sem atendimento adequado, como favelas; além de apoiar as empresas do setor de diversos segmentos e portes.



“Desde 2018, já captamos R\$ 1,017 bilhão, dos quais R\$ 825 milhões foram aprovados para 27 operações diretas e indiretas. Tais recursos podem atender pequenas e médias empresas. Dessas 27 operações, 16 foram com provedores de internet. Vale destacar que esses dados são referentes a operações diretas e indiretas aprovadas”, explica Pieroni.

A Lei do Fust foi criada em 2002, depois foi reformulada e, finalmente em 2023, o BNDES passou a operar o programa, que tem forte participação dos provedores de internet. Atualmente, há 20 empresas no pipeline de análise e perspectiva de aprovação de projetos que somam R\$ 1,5 bilhão.

“O objetivo é a expansão da banda larga em todo o país. Formatamos o programa com uma taxa bastante atrativa, e com uma redução do spread quando o provedor conecta escolas ou áreas rurais que foram priorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil

Nova política industrial inclui a conectividade entre setores prioritários

(MDA) e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e favelas. Para esses projetos, temos condições ainda melhores”, diz Pieroni.

Ele informa que os projetos envolvendo escolas têm taxa de 2% ao ano, mais spread de 1% do banco e spread da empresa que varia de 0,1% a 3,3%. Com isso, o custo total vai de 3,1% ao ano a 7% ao ano. O superintendente destaca que o BNDES opera nas demais linhas com a TLP (taxa de longo prazo, mais próxima às taxas de mercado); mas, no caso de setor de telecom, o banco tem um funding bastante apropriado em termos de custo, tanto para o Fust, quanto para as linhas de inovação.

“Não adotamos TLP nas linhas do Fust e Funttel. Em 2023, no Fust foram aprovados R\$ 227 milhões em cinco operações diretas e dez indiretas. Todas com provedores de internet. Modelamos, com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Ministério das Comunicações, a medição do impacto dos projetos, que é muito claro no momento da aprovação. Só as cinco operações diretas do BNDES aprovadas em 2023 contemplam a instalação de 2,6 mil quilômetros de fibra óptica, alcançando 158 municípios e 163 escolas, beneficiando mais de 20 mil alunos.



LINHAS DE APOIO

- Crédito tradicional: Finame e Finem
- Fundos Setoriais: Funttel e Fust
- Debêntures: corporativa ou de projeto
- Crédito via agentes financeiros: cartão BNDES, Finame e fundos setoriais
- Programas de Garantia: FGI e PEAC
- FIDCS: com fundos setoriais ou recursos próprios

Em 2022, foram captados R\$ 1,197 bilhão de recursos do Fust, divididos em R\$ 1,168 bilhão em operações reembolsáveis e R\$ 28,5 milhões não reembolsáveis. Em 2023, o total de recursos caiu para R\$ 1,055 bilhão, sendo R\$ 1,007 bilhão em operações reembolsáveis e R\$ 48,1 milhões em operações não reembolsáveis.

“Para 2024, a captação prevista é de R\$ 914 milhões. Desse total, R\$ 816 milhões serão destinados a operações reembolsáveis, e R\$ 48 milhões, a não reembolsáveis. Temos perspectivas muito positivas para 2024, com muitos pedidos de pequenos provedores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Nordeste, e de alguns provedores maiores. São 20 empresas no pipeline para 2024”, sinaliza o superintendente do BNDES.

Inovação

O terceiro programa é o Mais Inovação, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Nesse programa, os recursos da Finep são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e os do BNDES são do Fundo de Amparo ao

Programa tem missões prioritárias da nova política industrial, como infraestrutura e conectividade

Trabalhador (FAT). O programa traz o aprendizado do Inova Empresa, programa anterior já encerrado, mas com algumas diferenças. O custo é de TR mais 2% ao ano tanto nas operações conduzidas pela Finep, quanto nas do BNDES.

O programa tem missões prioritárias da nova política industrial, baseadas na Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. Entre os setores prioritários estão infraestrutura e conectividade, incluídas na missão 3 (infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para integração produtiva e bem-estar nas cidades).

“O programa foi instituído em setembro (2023) e já conta com três operações aprovadas de telecom, que somam R\$ 748 milhões, para fabricantes de equipamentos. A linha está disponível de forma direta no BNDES e de forma indireta voltada para difusão tecnológica. Os provedores podem adquirir equipamentos de tecnologia 4.0. As empresas de maior porte podem acessar diretamente o banco para projetos de P&D”, completa Pieroni.

O superintendente acrescenta que os instrumentos se complementam: “ao mesmo tempo em que estamos expandindo a banda larga, fazemos isso preferencialmente com equipamentos e tecnologia produzidos no Brasil. Ou seja, chegar na ponta com conectividade e levar junto a indústria brasileira. E alinhado com políticas públicas, como no caso do Fust, que tem em seu conselho o Ministério da Educação, o Mapa e o MDA. Quem identifi-

VALORES

- **Funttel** : R\$ 664 milhões (23 operações, beneficiando mais de 550 provedores)
- **Fust**: R\$ 227 milhões (cinco operações diretas e dez indiretas)
- **FGI-PEAC**: de 2020 a 2023 apoiou 1.270 operações com provedores de pequeno porte, somando R\$ 860 milhões

A Finep apoia o setor com linhas de crédito, subvenção econômica e investimentos em participação acionária

ca as escolas é o MEC, e tentamos casar com as demandas das empresas”, explica Pieroni.

Apoio aos pequenos

Por fim, outra forma de apoio para pequenos provedores é o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – Fundo Garantidor de Investimentos (FGI-PEAC). De 2020, quando o instrumento foi criado, a meados de 2023, o fundo apoiou 1.270 operações com provedores de pequeno porte, somando R\$ 860 milhões. São mais de 25 agentes operando para PPPs, e quase 70% das operações são com provedores com menos de 5 mil acessos, com ticket médio de R\$ 360 mil e prazo de até 48 meses.

Em 2020, impulsionado pela demanda decorrente da pandemia e da taxa básica de juros (Selic) a 2%, o programa aprovou 894 operações, somando R\$ 674 milhões, número que caiu para

38 em 2021, num total de R\$ 16 milhões. Em 2022, o programa foi reativado, e o montante voltou a crescer para 123 operações, totalizando R\$ 91 milhões. Em 2023, até junho, foram 215 operações, atingindo R\$ 93 milhões. A expectativa era de que o programa chegasse a 400 operações e R\$ 180 milhões em crédito.

Agência de fomento

A Finep também tem apoiado o setor de TIC com linhas de crédito, subvenção econômica (recursos não reembolsáveis para empresas) e investimentos em participação acionária. Em termos de financiamento reembolsável, a agência de fomento tem linhas diretas para empresas com receita operacional a partir de R\$ 90 milhões, com condições atreladas à TR mais 2,3% ao ano, com até 16 anos de prazo. As operações indiretas descentralizadas são feitas por meio de uma rede de mais de 30 agentes financeiros para empresas com até 90 milhões. Na linha Inova Crédito, as taxas são a partir de TR mais 4,2% ao ano.

Os financiamentos aprovados com recursos do Funttel saltaram de quatro operações, somando R\$ 128 milhões em 2018, para 78 operações, totalizando R\$ 342 milhões em 2023. A evolução dos



RECURSOS

▪ Recursos Funttel:

2018 —————> R\$ 128 milhões (4 operações)
2023 —————> R\$ 342 milhões (78 operações)

▪ Apoio a IA:

2018 —————> R\$ 41 milhões (13 operações)
2023 —————> R\$ 652 milhões (123 operações)

recursos efetivamente já liberados foi de R\$ 139 milhões em 2019 para R\$ 265 milhões em 2023.



“Desses quase 80 projetos aprovados no ano passado, 70 foram de provedores de internet. Houve um crescimento bastante significativo, especialmente para projetos de aquisição de cabos de fibra óptica para a expansão da banda larga. Foram duas linhas: a Inova Cred e a Empresa Inovadora Telecom”, destaca Newton Hamatsu, superintendente da Área de Inovação da Finep.

O perfil da demanda é de provedores com faturamento de até R\$ 16 milhões. Do valor total, 21,7% são de projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que também respondem por 17,9% do número de projetos. Foram 70 projetos voltados para aquisição de equipamentos e oito para investimentos em P&D.

Foco na IA

Joana Meireles, gerente do Departamento de Energia, TIC e Serviços da Finep, destaca que a linha teve como foco a aquisição de equipamentos e cabos de fibra óptica produzidos no país e cresceu a partir de 2021, quando foi descentralizada para ser operada por agentes financeiros em todo o país. Assim, foi possível incentivar também os fabricantes do setor de telecom, de forma alinhada aos objetivos do Funttel.



“A linha era oferecida na modalidade direta, só que observamos que a grande demanda estava concentrada nos provedores. Eles fazem um trabalho super relevante no país de expansão da banda larga, e, muitas vezes, têm dificuldades de levantar recursos. Quando transformamos a linha para a forma descentralizada, conseguimos atender de forma apropriada”, diz Joana Meireles.

A Finep também tem apoiado o segmento de inteligência artificial, que saltou de R\$ 41 milhões em 13 projetos aprovados em 2018 para 123 projetos, somando R\$ 652 milhões em 2023. Entre 2022 e

2023, foram 184 projetos, sendo 150 relativos a pequenas e médias empresas (PMEs) com faturamento de até R\$ 16 milhões; 26 de empresas com receitas entre R\$ 16 milhões e R\$ 300 milhões; e apenas oito apresentados por grandes empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões.

Hamatsu conta que, em 2023, houve dois movimentos importantes para a Finep. O primeiro foi a mudança do indexador de financiamento de TJLP para TR. Para o setor de telecomunicações não houve mudança porque sempre foi TR.

“A mudança do indicador para outros setores proporcionou um grande crescimento nos volumes de financiamento por causa do barateamento das taxas. Outra mudança foi o fim do contingenciamento do FNDCT, a principal fonte de financiamento da Finep. Já em 2023, tivemos um aumento substancial nos recursos para subvenção econômica, e nosso objetivo é apoiar projetos de alta densidade tecnológica. No ano passado, lançamos várias chamadas para inteligência artificial. Em 2024, vamos continuar com foco em IA e em semicondutores”, sinaliza Hamatsu.

Em janeiro de 2023, durante o anúncio da nova política industrial, foram lançadas 11 chamadas públicas do Programa Finep Mais Inovação, sendo dez de subvenção econômica e uma de recursos não-reembolsáveis para as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) do complexo da saúde. O valor total é de R\$ 2,18 bilhões.

O Finep Mais Inovação é parte do maior programa de inovação da história, com R\$ 66 bilhões para os próximos quatro anos, em diferentes modalidades (reembolsáveis e não reembolsáveis). A Finep entrará com R\$ 41 bilhões desse montante e o BNDES com o restante.

“Em 2023, a Finep contou com um orçamento de R\$ 10 bilhões de projetos contratados. Para 2024, temos um orçamento de R\$ 12 bilhões, sendo previstos R\$ 2 bilhões para subvenção econômica para IA, semicondutores, indústria 4.0, robótica, comunicações avançadas”, sinaliza Hamatsu.

Carmen Nery



O papel da Huawei na conectividade

A Huawei, líder em infraestrutura para Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) e dispositivos inteligentes, é uma peça-chave na expansão da banda larga no Brasil, colaborando significativamente com provedores e operadores para ampliar o acesso e melhorar a qualidade da internet em todo território brasileiro.

Com uma trajetória de 26 anos no país, a Huawei não apenas demonstra compromisso contínuo com o desenvolvimento tecnológico nacional, mas também tem apoiado ativamente a política de conectividade brasileira.

Ao comemorar o Jubileu de Prata, no ano passado, o então CEO da Huawei Brasil, Sun Baocheng, reforçou: “A visão de nossa empresa é levar conectividade a cada pessoa, a cada casa e a cada organização, em direção a um mundo totalmente inteligente. A tecnologia é a base para a economia 4.0 e atinge todos os setores, da agricultura à indústria”.

A Huawei tem se destacado na promoção de soluções inovadoras para enfrentar desafios específicos do Brasil, que incluem uma vasta extensão territorial. Além de implementar projetos de fibra óptica com a mais avançada tecnologia para maximizar a cobertura e a eficiência, a empresa também tem atuado intensamente para a expansão da conectividade móvel.

Em 2023, lançou o plano F5G, ressaltando a necessidade de cooperação entre governos, operadores e indústria para a construção da rede de banda larga fixa da próxima geração. Esse plano enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva, que considera diferentes tecnologias de conexão para garantir que todos os cantos do país tenham acesso a uma internet de qualidade.

Embora o segmento dos provedores regionais de internet seja predominantemente baseado na fibra óptica, esses empreendedores também têm se lançado na oferta de serviços móveis, seja pela aquisição direta de frequências em leilões da Anatel, seja atuando como MVNO (Mobile Virtual Network Operators) ou, em futuro próximo, ocupando o espectro disponível em caráter secundário.

Banda Larga Móvel

A trajetória da Huawei demonstra seu comprometimento com a transformação digital e com a geração de valor para empresas e consumidores. A empresa lança constantemente novas soluções e trabalha com mais de 6.000 parceiros em todo o mundo.

Desde sua chegada ao Brasil, em 1998, a Huawei tem contribuído com a construção da infraestrutura de TIC no país, permitindo o avanço da economia digital brasileira. Entre 2003 e 2021, foi fundamental para o avanço da conectividade banda larga, do 2G ao 4G. Com a chegada do 5G, em 2022, a era da Internet das Coisas, da computação em nuvem e da inteligência artificial está criando uma economia totalmente digital, inteligente, conectada e sustentável, com a Huawei assumindo uma posição central nesse avanço.

Atualmente, a Huawei é líder no fornecimento de infraestrutura de TIC no Brasil e suas soluções atingem 95% da população brasileira. A empresa já se prepara para a chegada do 5.5G e do 6G, respectivamente em 2027 e 2030.

Inclusão Digital

A Huawei tem o compromisso de trabalhar na construção da infraestrutura digital brasileira,

promovendo a transformação digital e o desenvolvimento sustentável. Para tanto, é fundamental diminuir o abismo digital e garantir o acesso a dispositivos móveis, a capacitação para o digital e a formação de mão-de-obra qualificada.

Segundo Atilio Rulli, vice-presidente de Relações Públicas da Huawei para América Latina e Caribe, essas metas exigem conectividade ampla e políticas públicas integradas. “A economia conectada e inteligente deve gerar desenvolvimento e prosperidade para todos”, ressalta o executivo.

Amazônia Conectada

Os compromissos da empresa são traduzidos em iniciativas como o Tech4ALL, que leva conectividade banda larga aos lugares mais remotos. No Brasil, a Huawei e a operadora Veloso Net conectaram ao 4G a população ribeirinha que vive ao longo dos 1,7 mil quilômetros do Rio Solimões, possibilitando a 30% da população do estado do Amazonas acesso à banda larga pelo celular.

A empresa também está implementando no Brasil a segunda fase do projeto Tech4Nature,

que utiliza inovações tecnológicas digitais para preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico e social. Entre 2024 e 2026, a Huawei atuará ao lado da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) na implementação de um projeto na foz do Rio Amazonas, no estado do Pará.

Desenvolvimento de Talentos em TIC

A formação de talentos em TIC é um dos destaques da atuação da Huawei no Brasil, sendo o 2º país onde a empresa mais treina estudantes no mundo. Para tanto, a empresa criou, há 10 anos, o programa ICT Academy (Academia de TIC). Por meio desse projeto educacional online e gratuito, universidades parceiras oferecem aos estudantes cursos com certificação da Huawei.

O programa funciona como uma ponte entre empresas e a academia na construção de um ecossistema de talentos. A falta de mão de obra no setor é um obstáculo à transformação digital da economia. Atualmente, no Brasil, são mais de 200 instituições parceiras e mais de 15.000 estudantes treinados somente no ano de 2023.



No **BRASIL**
para o **BRASIL**

Mirando um futuro **conectado, inteligente e sustentável.**





Uma parceria de sucesso com as operadoras

A participação da indústria nacional e das multinacionais instaladas no país na construção da base de telecom contribuiu para o Brasil encerrar 2023 com mais de 340 milhões de acessos

A trajetória do parque brasileiro de telecomunicações para chegar em 2023 com mais de 340 milhões de acessos em todos os serviços (móvel, fixo, banda larga e TV por assinatura) foi recheada de desafios. Um país com dimensões continentais, sucessivas crises econômicas e inflacionárias, dificuldades de capacitações tecnológicas e operacionais e alta exposição à variação cambial em função das importações foram alguns deles.

Foi nesse cenário que as operadoras buscaram parcerias com a indústria nacional e multinacionais instaladas no país, centros de pesquisa e agências de fomento para construir o que se tornou um caso de sucesso na oferta de serviços e conectividade para milhões de brasileiros.

A importância da indústria de telecomunicações nesse processo esteve quase sempre ligada à capacidade de investimentos das operadoras. Ainda quando era o Sistema Telebrás, a disponibilidade de recursos foi errática, contida na maior parte do tempo e expandindo em alguns momentos críticos. Pós privatização, o CAPEX das operadoras privadas ganhou novo status e urgência, somando R\$ 1,036 trilhão de 1998 até meados de 2023.

Mas apenas a disponibilidade de recursos, apesar de crucial, não significava que todos os problemas



seriam equilibrados rapidamente. “Para superar os obstáculos, houve uma mobilização importante do mercado, envolvendo operadoras, vendedores, fornecedores de tecnologia e entidades do setor.

Esse esforço conjunto viabilizou a expansão da rede e criou a base para a maturidade do setor”, observa Yassuki Takano, diretor de Consultoria da Logicalis para a América Latina.

Para o executivo, esse movimento ajudou a criar habilidades que hoje podem se tornar referência para outros países em desenvolvimento. Entre elas, o aprendizado para acessar e trabalhar com a complexidade da amplitude geográfica em temas como distribuição de equipes, logística e cobertura de redes.

Ao mesmo tempo, a indústria desenvolveu a aptidão de colaborar com modelos de negócio equilibrados diante de índices de rentabilidade e viabilidade complexos, fosse por baixo ARPU (receita média por usuário), altos volumes ou bases pequenas de clientes para diluir o CAPEX. Foram desenhados produtos e portfólios que permitiram extrair valor mesmo em condições adversas. E tudo isso sendo feito de forma ágil e flexível na tomada de decisão e gestão para fazer frente a ambientes marcados por instabilidade econômica e política.

O perfil do integrador foi outra peça-chave na evolução da rede brasileira de telecomunicações. A integração era um desafio importante, especialmente em um cenário de formação de grandes operadoras que resultaram da fusão de operações regionais menores. “Essa consolidação, que marca a trajetória do mercado, teve como ponto de partida empresas com arquiteturas diferentes em termos de funções e soluções e coube às integradoras darem todo o apoio”, ressalta o diretor da Logicalis.

Segundo o executivo, esse trabalho de integração teve como foco duas principais frentes: integração para um fluxo de processo mais fluido dentro da própria empresa original e ainda a de sistemas e bases de dados das diferentes empresas que formaram a nova operadora. Eram, por exemplo, múltiplos

Os integradores também tiveram papel relevante

sistemas de CRM (gerenciamento da relação com o cliente), diferentes plataformas de gerência – demandando diferentes conjuntos de capacitação –, custos duplicados e complexidade operacional.

“A atuação das integradoras auxiliou as operadoras a suprirem as necessidades de serviços e recursos em picos transitórios, com a alocação de especialistas em processos e sistemas por tempo determinado”, diz Takano. Além disso, essas empresas ofereceram uma visão consultiva e baseada em benchmarks, tendências, experiências amplas de outros países e setores, com um olhar agnóstico para desenhos de modelos futuros.

A Logicalis esteve presente no processo pós privatização, antes sob a marca Promon, desde a primeira onda de evolução e integração das incumbentes até a transformação de modelos de operação do mercado brasileiro. E se fortaleceu com o aprendizado. “Todo esse movimento, conduzido em um cenário de aceleração para atingir as obrigações regulatórias, nos trouxe inúmeros aprendizados que são colocados em prática agora para oferecer suporte à evolução de uma nova geração de operadoras de telecom, que vêm ganhando relevância no mercado: os ISPs”, completa Takano.

Júlio Martorano, presidente da Trópico, empresa que nasceu de uma joint venture inicial entre Promon e CPQD, lembra que o Brasil não é exatamente um país central no desenvolvimento tecnológico de telecomunicações, mas sempre soube explorar nichos com bastante efetividade. “Esse sucesso depende de uma cadeia de valor de atores, que começa no fomento à pesquisa e desenvolvimento e às instituições de ciência e tecnologia, passa pela indústria e pelo apoio financeiro no desenvolvimento e sustentação desta indústria e termina (ou talvez devesse começar) com o mercado comprador”, pontua.

Para ele, o grande desafio é a orquestração dessa cadeia de valor: mercado – indústria – institutos de ciência e tecnologia – fomento. “De algum modo, podemos dizer que esse desafio vem sen

do parcialmente atendido. É importante que haja um pouco mais de planejamento e continuidade nas ações de fomento”, observa Martorano.

Raramente a falta de padronização de novas tecnologias provocou atrasos na evolução das redes. Segundo o executivo, a indústria nacional sempre buscou trabalhar com soluções padronizadas. No entanto, o desenvolvimento muitas vezes ocorre durante a discussão e o estabelecimento desses padrões.

“Há um risco nesse processo, mas que é inerente às regras de mercado”, afirma. De outro lado, existem nichos de soluções tecnológicas nos quais o mercado, em geral, tem pouco ou nenhum interesse em estabelecer padrões; porém, esses nichos atendem a algumas das demandas dos usuários dos serviços de telecomunicações.

Pesquisa e Desenvolvimento

Quem acompanhou o desenvolvimento do mercado brasileiro de telecomunicações sabe a importância que teve o CPQD nessa trajetória. Passou de centro de pesquisa do Sistema Telebrás a fundação privada e empresa atuando tanto para o desenvolvimento tecnológico quanto para o suporte à indústria nacional, com parcerias e transferência de tecnologia em todas as áreas, e apoio a políticas públicas.

Da mesma forma, centros de pesquisa de universidades tiveram papel relevante no desenvolvimento do parque brasileiro de telecomunicações. Um exemplo é o Inatel, a primeira instituição a oferecer o curso de Engenharia de Telecomunicações na América Latina. Hoje é uma Unidade Embrapii e um Centro de Competência 5G/6G da Embrapii.

“As participações dos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) foram muito significativas, uma vez que por intermédio deles foram viabilizados equipamentos de rede para a indústria de comunicações ópticas, bem como gerados novos desenvolvimentos na área da indústria de radiodifusão e digitalização de vídeo, além do desenvolvimento de dispositivos para conectividade”, afirma Carlos Nazareth Motta Marins, diretor da entidade.

Ele considera que a falta de uma diretriz industrial bem desenhada e alinhada com uma política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, na área de Telecomunicações, impediu, por um longo período, a ampliação de soluções mais sofisticadas dentro da cadeia global e, assim, inviabilizou o Brasil de se tornar um país mais relevante nesse cenário. No entanto, na última virada tecnológica, a visão governamental se transformou. Desde 2015 o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) passou a investir em projetos que resultaram em desenvolvimentos em LTE e 5G, o que decorreu em tecnologias nacionais transferidas para empresas nacionais, principalmente de redes privadas.

Na sua avaliação, o mercado brasileiro passou por três momentos distintos e importantes. O primeiro deles foi a privatização, o segundo a consolidação de grandes empresas e o próprio mercado e, por fim, foi a entrada dos ISPs e banda larga com tecnologia óptica. O executivo acredita que o setor está no início de um novo ciclo, a 5G, em que o modelo de disseminação do atendimento pelos pequenos e médios operadores e ISPs pode trazer uma nova oportunidade de equiparar as pequenas localidades e as regiões rurais às maiores cidades – onde há mais adensamento populacional – e suas tecnologias já empregadas. “Se este modelo se estabelecer para o 5G, talvez tenhamos uma pulverização e uma participação de mercado ainda mais forte das ISPs, além de uma divisão do mercado ainda mais intensa, que exija que as grandes operadoras tragam novas práticas de atendimento e possivelmente novas políticas de preço”, pondera.

Acesso

Alberto Paradisi, diretor do CPQD, acompanhou a evolução da rede de telecom em todos os seus aspectos. No acesso de rede, ele lembra que a partir de 2000, tanto investimentos públicos quanto privados possibilitaram que empresas como Prysmian e Furukawa (fabricantes de cabos e fibras ópticas), Padtec, Trópico e Datacom (fabricantes de equipamentos ópticos e de Internet), e Intelbras, Parks e Asga (adquirida posteriormente pela



Furukawa), atingissem uma significativa capacidade de pesquisa e desenvolvimento.

“A competitividade dessas empresas no mercado reflete o alto domínio tecnológico alcançado, apesar dos investimentos em P&D limitados, se comparados com a indústria global”, observa.

O executivo lembra que na rede de acesso implantada no Brasil, a partir do início dos anos 2000 até por volta de 2010, prevaleceram as infraestruturas de cobre (tecnologias xDSL) e as redes híbridas (Híbrido Fiber Coax), ou HFC. Paradisi ressalta que o xDSL mostrou limitações em termos de alcance e velocidade, enquanto o HFC foi limitado em termos de alcance e simplicidade.

Por outro lado, a tecnologia FTTH (Fiber to the Home) mostrou ser adequada tanto em termos de velocidade de transmissão (hoje acima de 10 Gigabits por segundo), alcance (em torno de 20 quilômetros) e simplicidade. O investimento nessa tecnologia proporcionou que o Brasil se destacasse pela rápida implementação de uma rede de fibra óptica de grande capilaridade.

Paradisi enfatiza que a indústria de sistemas de transmissão em fibra óptica de média e longa distância também enfrentou vários desafios ao longo dos anos. Muitos deles foram tratados por intermédio de avanços tecnológicos e inovações, sempre buscando aumentar a capacidade dos sistemas ópticos, miniaturizar os transmissores e receptores (transceptores) e também reduzir o consumo de energia.

Esses objetivos foram alcançados por meio do desenvolvimento de fibras ópticas de baixa atenuação e amplificadores ópticos – como os amplificadores de fibra dopada com érbio (EDFA) –, para compensar as perdas ao longo da transmissão. Isso aconteceu na década de 1990 e, desde então, a multiplexação por divisão de comprimento de onda (WDM) permitiu a transmissão simultânea de vários sinais em diferentes comprimentos de onda na mesma fibra óptica, aumentando consideravelmente a capacidade.

Também foram desenvolvidas técnicas de modulação de alto desempenho, com destaque para

as de geração e detecção coerentes, introduzidas comercialmente por volta de 2010, bem como tecnologias de fotônica integrada baseada em silício ao longo dos últimos dez anos.

Os primeiros investimentos em redes de acesso FTTH foram realizados pelas operadoras, principalmente Vivo e Oi, mas foi a partir de 2015 que a tecnologia explodiu no Brasil impulsionada pela estratégia de capilaridade dos ISPs. Segundo Paradisi, a indústria brasileira colaborou para a difusão de sistemas FTTH, desenvolvendo e fornecendo tanto soluções de infraestrutura (fibra óptica, cabos e acessórios) como equipamentos ópticos de central (OLT) e de usuário (ONT).

A decisão estratégica tomada pela Furukawa de nacionalizar a produção de cabos de fibra óptica para transmissão de dados, a partir de 1984, é considerada pelo CEO Latam da companhia, Foad Shaikhzadeh, como “um ponto de virada importante para o amadurecimento de telecom no Brasil”.



O executivo reforça que os ISPs levaram infraestrutura de redes para as regiões insuficientemente servidas pelas grandes empresas, montando redes próprias e distribuindo sinais aos seus assinantes. Isso fez com que a indústria adaptasse os equipamentos necessários aos pequenos provedores, que eram semelhantes aos que já ofereciam as grandes operadoras.

Nesse processo, houve o estabelecimento de uma padronização mundial para o “cabearamento estruturado” que foi importante para criação de um sistema modular escalável. “Foi assim que vimos crescer uma forte demanda de clientes corporativos para aplicações tecnológicas. Foi o que nos motivou a formalizar um braço de negócios específico de soluções para infraestrutura de redes de voz, dados e imagem”, conta.

Como resultado, foi dado novo fôlego para oferta de soluções mais modernas integrando soluções completas – dos cabos ao software, passando por todos os equipamentos ativos e conectividade necessária.

Tecnologia DWDM

Argemiro Souza, diretor de Operações de Equipamentos da Padtec, lembra do momento que os sistemas ópticos baseados na tecnologia DWDM começaram a se destacar, por volta do ano 2000. A tecnologia começou a despontar como a melhor solução para atender às principais demandas das redes de comunicação: altíssima capacidade de transmissão, disponibilidade e flexibilidade para expansão rápida.

Cerca de uma década depois, graças à redução de custos dessa tecnologia, as vantagens do DWDM ficaram acessíveis também para os provedores regionais. Com a tecnologia DWDM, essas empresas construíram, de forma gradual, infraestruturas de rede própria que permitem ofertar serviços mais eficientes, escaláveis e capazes de atender às crescentes demandas dos usuários por mais banda.

Na avaliação de Souza, hoje o DWDM se apresenta como a melhor solução para operadores de redes enfrentarem a pressão por preço do mercado. Ao permitir a transmissão de vários feixes de luz, em comprimentos de onda diferentes, pela mesma fibra óptica, a solução possibilita eficiência espectral e, conseqüentemente, redução no custo por bit transmitido.

O executivo dá alguns exemplos de como a Padtec, ao longo de mais de 20 anos, colabora para o desenvolvimento de soluções avançadas para redes ópticas. Entre eles, o fornecimento do sistema DWDM para interconexão dos estádios da Copa do Mundo da FIFA de 2014, realizada no Brasil – e com recordes nas transmissões; a entrega de produtos DWDM para as redes subfluviais dos programas Amazônia Conectada e Norte Conectado, que têm como objetivo ampliar o acesso a serviços de banda larga na região amazônica.

Souza destaca que outro projeto relevante foi o do Cabo Júnior, rede óptica submarina de alta velocidade fornecida pela empresa para o Google, que conecta a Praia da Macumba, no Rio de Janeiro (RJ), à Praia Grande, na Baixada Santista (SP).

Mobilidade

A implantação da rede móvel no Brasil foi um marco histórico para a comunicação e a digitalização do país, permitindo que milhões de pessoas tivessem acesso a voz, dados, internet e serviços digitais. Em dezembro de 2023 eram 256,3 milhões de celulares com densidade de 105 linhas por 100 habitantes, conforme os dados da Anatel.

A Huawei chegou ao Brasil há 26 anos e, desde então, acompanhou e participou ativamente na evolução das redes de telecomunicações, do 2G ao 5G. Carlos Lauria, diretor de Relações Governamentais e Assuntos Regulatórios, diz que, atualmente, todas as principais operadoras de telecomunicações do país são clientes da Huawei e suas soluções atingem 95% da população brasileira.

O executivo crê que o desenvolvimento contínuo das tecnologias de comunicação e computação, e a crescente importância da transformação digital nas esferas governamentais e na iniciativa privada, abrem novas oportunidades de crescimento econômico. “A digitalização, com tecnologias como a inteligência artificial e computação na nuvem, é a base dessa nova industrialização e do estágio do avanço econômico do país”, acrescenta.



Nesse avanço cresce a adesão a soluções de inclusão digital. “Pesquisas do Banco Central mostram que temos mais de 182,2 milhões de brasileiros com acesso ao sistema bancário graças ao advento do PIX, aos programas sociais de renda mínima e aos bancos digitais”, salienta. E prossegue com dados do Banco Mundial sobre e-gov que coloca o Brasil na segunda posição em serviços digitais oferecidos pelas três esferas do governo.

Com 100 anos de presença no Brasil, a Ericsson participou do processo de implantação da telefonia móvel no país desde as primeiras implementações de redes AMPS (analógicas), no início dos anos 90. Depois passou pelas redes digitais TDMA e, em 1998, foi a primeira a instalar uma rede GSM

no país. Em 2013 esteve à frente também da primeira rede 4G e está na disputa para liderar a transição para o 5G que está em andamento. “Acompanhar de perto esse processo foi muito gratificante e desafiador, pois exigiu um alto nível de comprometimento, competência e parceria com os nossos clientes”, comenta Gilson Cereda, especialista em Soluções de Acesso Móvel da empresa.

O Brasil se tornou o principal mercado da Ericsson na América do Sul. “Isso ocorreu não apenas devido ao tamanho e potencial de crescimento do país, mas também pela sua capacidade de inovação e liderança na região”, enfatiza.

A Ericsson tem uma fábrica local que abastece tanto o mercado brasileiro quanto o internacional, com exportação hoje na faixa de 40% da produção. Tem ainda um centro de inovação com mais de 50 anos de atuação.

Outra empresa que figura entre as parcerias tradicionais das operadoras nos períodos pré e pós privatização é a NEC. “Nós nos mantivemos como um importante fornecedor atuando como integradora de soluções. Na área de infraestrutura, a NEC participa desde o backbone, acesso, até a construção de cabos submarinos”, comenta Roberto Murakami, CTO para a América Latina.

A empresa também está ampliando seu portfólio com foco no público com soluções de automação, observabilidade e serviços gerenciados. Ou seja, a oferta de produtos/serviços com uma camada ainda maior de valor agregado o que coincide com a estratégia das operadoras que, há alguns anos, desmobilizaram suas equipes técnicas e passaram a trabalhar majoritariamente com outsourcing.

5G

A Huawei analisa que a cooperação entre a Anatel, operadoras e indústria produziu um case de muito sucesso e único no mundo: o leilão que aconteceu em novembro de 2021 e a primeira operação do 5G em junho de 2022, o que permitiu o rápido avanço da conectividade no país. Lauria considera que o caráter não arrecadatório do leilão possibilitou investimentos na inclusão digital e no

aumento da infraestrutura de redes no país. Como resultado, a Anatel estabeleceu metas para o 5G que estão sendo ultrapassadas pelas operadoras. “Elas estão cobrindo mais cidades, com mais antenas e o avanço é grande. O esforço demonstra a maturidade do mercado em relação à percepção sobre a importância da transformação digital para a economia brasileira”, diz.

Para ele, o principal desafio no Brasil atualmente é justamente o avanço da conectividade 5G nas áreas rurais e nos municípios menores. Ela ainda depende de políticas públicas, como a promulgação de leis que permitam a instalação da infraestrutura. Esse processo está em andamento e a expectativa da empresa é que as diferentes esferas governamentais trabalhem juntas para acelerá-lo ao longo do ano. E com o 6G chegando por volta de 2030, o tempo parece correr ainda mais rápido.

A cada nova geração da telefonia móvel o mercado ganha novas configurações, habilidades e uma disputa acirrada entre os fornecedores. “Sabemos que o 5G adicionará R\$ 153 bilhões à economia brasileira até 2030, impactando vários setores, e será o fator de aumento da produtividade na próxima década, permitindo que países como o Brasil se tornem mais competitivos, atraiam investimentos e promovam a inovação”, garante Cereda, da Ericsson. Ele acredita que a transição para o 5G será gradual, mas a plataforma se tornará predominante entre as gerações disponíveis. “Quanto mais cedo o 5G for adotado no Brasil, melhor para todas as indústrias e para a sociedade”, aposta.

Na sua avaliação, com alta velocidade, baixa latência e capacidade de habilitar outras tecnologias, como a Internet das Coisas e a Inteligência Artificial, a tecnologia de quinta geração foi projetada para ser uma plataforma para uso eficiente, de baixo custo e baixa emissão. Isso também pode ser observado em ambientes industriais, onde o 5G pode viabilizar redes privadas. Recentemente, a Ericsson implantou uma fábrica inteligente na Nestlé no Brasil: a primeira rede privada 5G na América Latina, em parceria com Claro e Embratel.

Wanise Ferreira



Conectividade significativa. Além do conceito de universalização

Para o Brasil alcançar esse patamar, é preciso melhorar a qualidade e ampliar o letramento digital

Ao mesmo tempo em que precisa ampliar o acesso à internet, o Brasil caminha para implementar a conectividade significativa, conceito que surgiu em 2019, a partir de discussões realizadas pela Aliança para a Internet Acessível (A4AI), da Web Foundation. Ele se refere a condições disponibilizadas para os cidadãos serem incluídos na sociedade digital. A União Internacional de Telecomunicações (UIT) define o conceito como um nível de conectividade que permite aos usuários uma experiência online segura, satisfatória, enriquecedora e produtiva a um custo acessível.



“Para atingirmos esse nível de conectividade significativa, que vai além do conceito de universalização, é importante que esse acesso seja de qualidade, seguro e que todos possam pagar por ele. No Brasil, ainda há regiões com conectividade de baixa qualidade; assim como nas escolas conectadas, cujas conexões têm velocidades muito baixas”, diz Hermano Barros Tercius, secretário Nacional de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom).

Na avaliação do secretário, é preciso melhorar a qualidade e reduzir os preços. “Isso depende de decisões regulatórias acertadas como a política recente de expansão da banda larga. Planejamos fazer políticas que viabilizem o acesso para os cidadãos que não conseguem pagar hoje e pro-

mover o letramento digital, para que as pessoas que não têm conhecimento possam acessar a rede. São vários desafios, mas com o crescimento econômico melhorando a renda vamos avançar. Acreditamos que, até 2026, vamos trazer conectividade significativa para as 120 mil escolas brasileiras”, afirma o secretário.

O Brasil criou a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas que é uma soma de iniciativas de diferentes ministérios. O edital de 5G destinou R\$ 3 bilhões para conectividade e infraestrutura digital nas escolas. Só que são necessários mais de R\$ 8 bilhões. “Estamos buscando outras ações e fontes de recursos a fim de levantarmos os outros R\$ 5 bilhões para levar conectividade a todas as escolas”, informa Hermano Tercius.

Cobertura

Dados da Anatel indicam que o Brasil encerrou 2023 com 47,2 milhões de acessos banda larga fixa; e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-TIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que a internet era utilizada em 91,5% dos domicílios (68,9 milhões) do país em 2022, um aumento de 1,5 ponto percentual em relação a 2021.

“Alcançamos uma cobertura superior a 90% e agora temos ações complementares com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que podem potencializar os pequenos provedores para atingirmos a universalização”, diz Hermano.

Ele cita linhas de financiamento da Finep e do BNDES e destaca o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os recursos são repassados aos fabricantes de tecnologia nacional para que eles emprestem aos ISPs, para expandirem suas redes em troca do uso de tecnologia nacional. Entre as empresas já beneficiadas estão a Padtec e a DPR Telecomunicações, que podem chegar a um capital integralizado de até R\$ 100 milhões para serem utilizados na compra de equipamentos.

Outro exemplo é o Fust Direto, que concede crédito e tem como contrapartida ampliar o acesso à banda larga nas escolas. “O Comitê do Fust já liberou R\$ 500 milhões e há uma lista de espera de quase R\$ 1,5 bilhão em projetos, a maior parte de pequenos prestadores para expansão de suas redes.

O governo lançou o Conecta BR para melhorar a qualidade e cobertura da banda larga móvel, lançada pelo MCom em 2023, em parceria com a Anatel. A portaria que criou o programa determina que na implementação do Conecta BR, a Anatel, entre outras atribuições, deve estabelecer mecanismos para promover o uso eficiente, adequado e racional do espectro de radiofrequências, incentivando o adensamento de estações rádio base, observada a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, e o compartilhamento de infraestrutura ativa ou passiva, entre os prestadores de serviços de telecomunicações, que utilizem o espectro de radiofrequências.

A política prevê o uso secundário do espectro por pequenos provedores de forma que eles tenham prazo suficiente para garantir a sustentabilidade de seu negócio. Antes, caso a detentora do uso primário do espectro quisesse a faixa em caráter secundário de volta, o PPP teria apenas seis meses para devolver o espectro. Agora, na consulta pública, a Anatel propõe cinco anos para o provedor rentabilizar sua rede.

O secretário comenta que a banda larga brasileira tem um bom nível de qualidade, de acordo com os indicadores da Anatel, justamente porque as políticas públicas fomentaram a competição e hoje há mais de 20 mil players no mercado. O Brasil está entre os casos bem-sucedidos de implementação de políticas públicas para a expansão da

banda larga. Ao mesmo tempo em que capilarizou a conectividade por localidades remotas, o país estimulou o crescimento de pequenos e médios empreendedores digitais. Maximiliano Martinhão – que, durante suas gestões na Anatel e no Ministério das Comunicações, acompanhou o projeto de expansão da conectividade desde o início – destaca que a situação vivida hoje pelo Brasil em termos de cobertura de banda larga é resultado de políticas públicas estruturadas desde 2010, quando o país definiu seu Plano Nacional da Banda Larga (PNBL).

Criado pelo Decreto n.º 7.175/2010, o PNBL foi uma iniciativa do Governo Federal com o objetivo principal de massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes dessa tecnologia.

“Naquele momento, por meio de um trabalho que envolveu diferentes ministérios e órgãos do governo, setor produtivo, academia e sociedade civil, foi desenhado um conjunto de mais de 60 ações de médio e longo prazos. Uma das ações do PNBL, considerada ousada na época, foi apostar na capacidade dos pequenos provedores contribuírem para a inclusão digital no Brasil, por meio de uma série de medidas de fomento ao desenvolvimento desses empreendedores”, destaca Martinhão, que retornou à Anatel, onde é funcionário de carreira desde 2005.



Entre as medidas, estava a facilitação do acesso às radiofrequências, na época o espectro não licenciado de WiFi e o espectro licenciado de 2,5GHz. Este último, por meio de um leilão que a Anatel fez apenas para atender aos pequenos provedores, com preços diferenciados. As medidas incluíam ainda a desburocratização, reduzindo as obrigações regulatórias.

“Hoje, um provedor de acesso com menos de 5 mil usuários só comunica à Anatel que está prestando o serviço em determinado local. Tudo isso foi feito em cima da licença de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM)”, recorda Martinhão. Ele ressalta que, numa segunda etapa, a agência fez um combo concedendo a licença de SCM, a de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) e a de

TV por assinatura. Isso porque a Anatel também havia promovido alterações na regulamentação para que os pequenos e médios provedores pudessem prestar tais serviços.

“Com uma licença de R\$ 3 mil, o provedor poderia oferecer serviços de voz, dados e TV por assinatura. Com isso, hoje temos mais de 20 mil provedores de pequeno porte (PPP). Quando apresentamos esses números fora do Brasil, as pessoas têm dificuldade de entender como um país em desenvolvimento conseguiu isso. Esse movimento mostrou-se tão importante que hoje, juntos, os PPPs respondem por mais de 50% dos acessos à internet no Brasil. Isso é resultado de todo um esforço que começou há muito tempo, com o PNBL”, ressalta Martinhão.

Martinhão aponta como outro destaque importante que os pequenos provedores interiorizaram a internet em banda larga. Em 2016, as grandes empresas de telecomunicações tinham 23 milhões de acessos de banda larga fixa. Naquele período, os PPPs tinham cerca de 7 milhões de acessos. Hoje eles detêm 24,9 milhões de acessos. “De 2016 até hoje, quem incluiu 18 milhões de domicílios à banda larga fixa foram os pequenos provedores. Aquela política iniciada no PNBL mostrou-se extremamente vitoriosa”, destaca Martinhão.

Sustentabilidade

Para manter a sustentabilidade do modelo de negócios vitorioso até aqui, a saída encontrada por muitos provedores tem sido a associação entre si. “O desafio de sustentabilidade do modelo é grande, mas eles têm encontrado soluções inovadoras. Os PPPs têm ainda as vantagens da leveza e de maior agilidade nas decisões. Há muita união de pequenos provedores; e muitos provedores de médio porte estão fazendo franchising, oferecendo seu know-how – sistemas OSS, BSS, sistemas de aquisição de clientes e a marca – aos pequenos, que continuam operando nas suas localidades sem precisar serem comprados”, ressalta Martinhão.

Ele observa que outro desafio de todo o setor de telecomunicações é o acesso a postes. A Anatel fez um trabalho junto à Agência Nacional de Ener-

gia Elétrica (Aneel) para assegurar acesso isonômico à infraestrutura de postes.

O próximo passo seria os PPPs terem acesso à tecnologia móvel com apoio de órgãos de fomento, como Finep e BNDES. Para Martinhão, a Finep e o BNDES podem fomentar o surgimento de provedores de atacado, como as redes neutras e as torreiras.

“Vai ser uma demanda natural a necessidade desse core de rede de atacado. Mas esta é uma situação diferente do início da política pública, em que os PPPs colocaram fibra óptica em todo o país. Não há como ter um core de rede em cada cidade. Será preciso um provedor neutro de core de rede de telefonia móvel”, prevê.

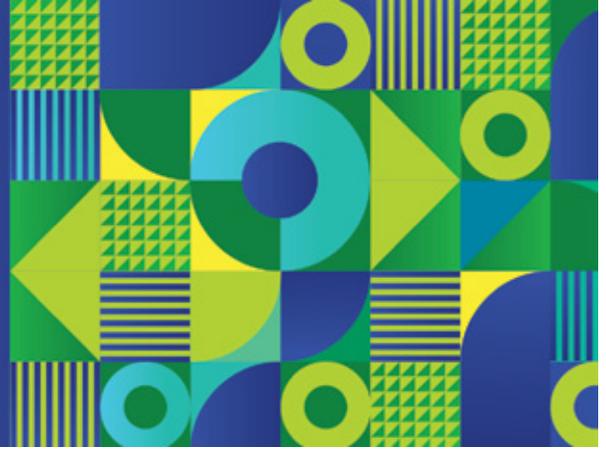
Ele observa ainda que as políticas públicas foram associadas às ações dos órgãos de fomento, como Finep e BNDES, para viabilizar o funding. Os provedores sempre optaram pelo crescimento orgânico, reinvestindo o lucro e crescendo com recursos próprios. Quando foram liberados os recursos do Fust, procurou-se atender a regiões remotas e escolas, além de facilitar o acesso aos recursos aos PPPs. Para o futuro, já se pensa em ações que possam melhorar ainda mais essa política.

“Quando a internet foi introduzida no Brasil, tomou-se o cuidado de evitar que se tornasse um monopólio. E, já na ocasião, foram os provedores que mostraram ao país o que era internet. Trazendo para os dias de hoje, eles ainda têm esse papel de contribuir, de maneira decisiva, para a digitalização do país. No interior, são os PPPs que podem ajudar na digitalização, na melhoria da educação municipal, na economia municipal, nos serviços de saúde e no apoio ao turismo. Esse é o grande papel dos PPPs no futuro”, acredita Martinhão.

Para ele, com tanta experiência acumulada pelos PPPs no Brasil, há ainda grandes oportunidades fora do país para provedores interessados em cruzar o Atlântico e levar sua expertise para países como os do continente africano, ainda no início do avanço de sua conectividade.

Carmen Nery

Mais de três décadas incentivando a produção local



A criação de leis de incentivo fiscal contribuiu para a fabricação local de produtos com valor agregado e para a atração de multinacionais

Em mais de três décadas com políticas de incentivo para o setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC), o país teve uma geração de riqueza decorrente da atividade produtiva incentivada de mais de R\$ 150 bilhões, sendo R\$ 60 bilhões incentivados e R\$ 2,4 bilhões em PD&I por ano (50% em convênios com Institutos de Ciência e Tecnologia). Nesse período, foram beneficiadas mais de 500 empresas e gerados mais de 100 mil postos de trabalho diretos, num mercado que movimentou ainda cerca de 20 mil pesquisadores.

O Brasil tem, atualmente, mais de 150 municípios com indústrias incentivadas; mais de 260 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI), em 92 municípios do país.

Com foco inicial em equipamentos (hardware), as leis de incentivo foram criadas a partir de 1991 com o fim da Reserva de Mercado.

Com a evolução tecnológica, da eletrônica embarcada e as lições deixadas pela pandemia que paralisou a indústria de semicondutores, é preciso pensar na nova etapa da política até 2050, afirma Henrique de Oliveira Miguel, secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI).

“É preciso uma visão mais estratégica. A transformação digital foi acelerada, a inteligência artificial chegou e perpassa vários equipamentos, siste-

mas e soluções. É motivo de preocupação global. Com a inteligência artificial e a transformação digital que vemos na economia, na saúde, nos veículos, nas residências, nos escritórios, imagine a quantidade de placas, software, middleware, chip, de aplicativos, de serviços e de empregos que vão demandar”, alerta o secretário.

O secretário, que acompanhou a evolução e o desenvolvimento das políticas públicas, lembra que com o fim da Reserva de Mercado para computadores e demais produtos de informática, as leis 8191/1991, 8.248/1991, 8387/1991 estabeleceram redução do IPI até 31.12.1994, incentivos para empresa (IPI, IR), e incentivos para o Polo Industrial de Manaus/Zona Franca de Manaus.

Até os anos 2000, o país saiu da fase de proibição de produtos importados para um modelo de abertura de mercado e surgiu a versão da Lei 8.248/1991 (alterada pela lei 13.969/2019, com vigência até dez/2029) e que existe até hoje, após contantes aperfeiçoamentos. Essa Lei abrange bens de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) e automação (equipamentos eletroeletrônicos, inclusive dos segmentos: médico-hospitalar, telecomunicações, automação industrial e comercial, entre outros) e alcança a indústria em todo território nacional, exceto Zona Franca de Manaus. Tem como objetivos principais incentivar a realização de PD&I pela indústria no país; estimular a expansão e consolidação da capacidade produtiva nacional e fomentar e fortalecer a interação indústria com a academia, por meio dos ICTs.

Os objetivos secundários incluem o estímulo ao desenvolvimento de produtos com tecnologia nacional (bens com tecnologia desenvolvida no país)

e ampliação do desenvolvimento regional para oferecer um limite de crédito maior para empresas das regiões Norte (exceto ZFM), Nordeste e Centro Oeste, além da obrigatoriedade de realizar convênios com ICTs localizadas nas regiões Norte (exceto ZFM), Nordeste e Centro Oeste.

Para a implementação da Lei de TIC, foram criados diversos mecanismos como crédito financeiro proporcional aos investimentos em PD&I, e faturamento de bens habilitados (produzidos com cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB), com contrapartidas de investimentos anuais de, no mínimo, 4% do faturamento em PD&I e produção com agregação de valor. Os benefícios incluem direito de preferência nas compras da Administração Pública para bens desenvolvidos no país; financiamento BNDES do com redução do ICMS – concedida por alguns Estados (o que complementa o apoio Federal); e suspensão do IPI incidente em insumos destinados à produção.

Processo Produtivo Básico

“Após a reserva de mercado, se estabeleceu a substituição do índice de nacionalização pelo cumprimento do PPB, que passou a valer para os bens de TIC produzidos em todo o país, inclusive na Zona Franca de Manaus, em que todos os produtos têm PPB. Os bens de informática, produzidos fora de Manaus, também têm PPB. Houve essa integração e trouxe para as empresas uma perspectiva melhor, apesar da disputa que perdurou ainda por um tempo. Mas, a partir daí, pudemos implementar o PPB acompanhando toda a evolução tecnológica dos últimos anos”, conta o secretário.

Em 1993, iniciou-se a isenção do IPI/Lei de Informática que estabeleceu como contrapartida o atendimento ao PPB e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em sistemas da qualidade. Em 2001, houve alteração do prazo de vigência da Lei de Informática e a isenção e redução do IPI. Em 2003, o foco foi a inclusão digital por meio de lei específica para estimular a produção e o consumo de PCs e notebooks. Em 2004, o prazo de vigência da Lei de informática foi estendido para 2019, sendo novamente ampliado em 2014 para até 2029.

Política para semicondutores

O secretário diz que, no final dos anos 1990, constatou-se que a Lei de TIC não era suficiente com seus mecanismos, instrumentos e incentivos para manter uma indústria de componentes. Globalmente, a indústria de componentes havia migrado para a Ásia e as multinacionais que operavam no país – fabricantes de placas, módulos, gabinetes, cabos, capacitores – levaram suas unidades para fora do Brasil.

“As empresas que produziam componentes – Sid Microeletrônica, Itautec Componentes, Elebra componentes – fecharam as portas por volta de 2004. Isso nos levou a uma revisão da Lei de Informática, para começar a estudar uma reformulação a fim de manter a produção aqui de alguns componentes. Iniciamos o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS), instituído pela Lei nº 11.484, de 2007”, relata Henrique Miguel.

Ele explica que os formuladores da política já vislumbravam que, com a TV Digital, haveria a substituição de TVs de tubos por displays de tela fina, Led e Oled. Para painéis, a política não obteve sucesso, mas abriu oportunidades para projetos de componentes, não só para equipamentos de TIC, mas também para automóveis e eletroeletrônicos.

“Hoje há oito empresas de projetos, três nacionais. Formar e capacitar projetistas que iniciaram suas operações foi uma estratégia que deu certo. Elas não fazem projetos só para a fabricantes de TICs, mas também para a indústria de carros, de automação, de produtos hospitalares. Há oportunidades em foundry (serviços de processamento da lâmina, passando o que foi projetado para o meio físico) e back-end (finalização com tecnologia). Hoje há cinco fabricantes nesse segmento, sendo dois nacionais, parceiros dos dois maiores fabricantes de componentes do mundo, a Intel e a Samsung”, diz o secretário.

Além disso, o país atraiu multinacionais que entraram no segmento de computadores e telefonia celular, tanto para estações rádio base quanto terminais. Hoje o país tem uma base produtiva única no ocidente. “Não há uma linha de produção tão

complexa a não ser na Ásia. Mesmo o México ficou defasado em relação ao Brasil. Temos de trabalhar uma nova etapa da Lei para aproveitar o momento favorável tanto na área de componentes quando de produtos em geral”, alerta o secretário.

Em 2018, houve a modernização da Lei de Informática para acabar com o passivo da contrapartida do Processo Produtivo Básico; para simplificação e desburocratização; para novas opções de P&DI (fundos para startups); e para inclusão de inovação e contratação de auditoria independente. No ano seguinte, foi feita a adequação ao painel da Organização Mundial do Comércio (OMC): “Transformamos o incentivo de redução do IPI em incentivo por meio de crédito tributário ou financeiro. Isso trouxe uma nova perspectiva e aumento dos investimentos de P&D”, informa Henrique Miguel.

Políticas futuras

Para Henrique Miguel, voltar a integrar software e serviços como uma questão mais ampla é estratégico para o país. É necessário também ampliar o mercado, pois as empresas nacionais estão muito focadas no Brasil, mas a concorrência é global. Além disso, é preciso que se elenquem setores prioritários pois não é possível abarcar tudo.

“O desafio é como estruturar tudo isso. Estamos discutindo os setores prioritários com o apoio da Casa Civil, Ministério das Comunicações, agências de fomento e o Congresso Nacional. Quando o Congresso começa a discutir IA e a plataforma, essas discussões para a agenda virão de uma forma diferente”, avalia o secretário.

Ele informa que o ministério fez uma chamada da Finep para desenvolvimento de solução de IA para o setor público. E alerta que há questões de segurança, lembrando que o Brasil tem grandes bases de dados na área de saúde, finanças e de interesse do cidadão. “Vamos repassar isso para Google, Microsoft e IBM ou vamos ter nossas próprias soluções. Estamos defendendo que rapidamente desenvolvamos nossas soluções. Também estamos trabalhando em novas tecnologias como a computação quântica e outros componentes com o Ceitec, que está sendo revitalizado”, anteci-

pa Henrique Miguel. O Ceitec é o Centro de Inovação e Tecnologia, uma empresa de semicondutores que atua em projeto e fabricação de circuitos integrados e no pós-processamento de wafers.

Lei do Bem

Outro instrumento importante da política pública foi a Lei do Bem (Lei 11.196/2005), que concede até 34% em benefícios fiscais a empresas que realizem aporte em projetos de PD&I objetivando uma inovação tecnológica, facultando às empresas o benefício da redução na alíquota de Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher sobre o Lucro Real. Há dedução adicional de 60% a 80% do valor investido em PD&I na base de cálculo do IR e CSLL e mais 20% de exclusão dos dispêndios que geram patentes e cultivares.

O número de empresas beneficiadas saltou de 130 em 2006 para 3.493 até 2022. Foram R\$ 35,7 bilhões de investimentos totais de 13.789 projetos com R\$ 7,9 bilhões de renúncia fiscal.

“A Lei do Bem é um instrumento importante porque ao mesmo tempo que estimula investimentos em inovação, não é setorial como a Lei de TIC. A Lei do Bem determina que qualquer empresa de qualquer setor invista em PD&I e tenha acesso a incentivos fiscais. A Lei saiu junto com o programa de inclusão digital. Foi o que nos permitiu deixar os produtos fabricados com base na Lei de TIC ou em Manaus mais competitivos em relação aos importados”, reforça o secretário.

Como integração à política do MCom para os Pequenos Provedores de Internet, o MCTI tem um incentivo para a produção de fibra, cabo, painéis ópticos e equipamentos de comunicação – roteadores, servidores, multiplexadores. “Os principais produtos utilizados pelos PPPs são produzidos com incentivo da Lei de Informática. Equipamentos utilizados de energia também são produzidos por fabricantes nacionais”, conclui o secretário.

Carmen Nery



Inovação, a chave para o nosso futuro

A inserção soberana do Brasil nas cadeias mais dinâmicas da economia global e de maior valor agregado depende da superação do nosso atraso produtivo e tecnológico e do apoio do poder público à inovação. Precisamos transformar conhecimento em riqueza, por meio dos investimentos em ciência e tecnologia e do desenvolvimento de produtos e processos inovadores.

Em outras palavras, inovação é a chave para o nosso futuro. Por isso, temos atuado para que a nova política industrial brasileira esteja apoiada na inovação e no conhecimento e alinhada aos desafios da agenda climática e ambiental, da transição energética e da transformação digital.

Dentro do esforço de reindustrialização, lançamos, no ano passado, o programa Mais Inovação Brasil – uma ação conjunta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a Finep e o BNDES, que combina uma série de instrumentos de apoio para a inovação nas empresas.

Até 2026, serão R\$ 66 bilhões para apoiar projetos de alto risco tecnológico por meio de subvenção econômica, e para fortalecer a necessária integração das empresas com as universidades, da ciência com a inovação. Do valor total, R\$ 41 bilhões são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT.

Vale destacar que o governo também reduziu os juros nos financiamentos para inovação nas empresas. Com isso, mais de R\$ 7 bilhões na forma de crédito foram contratados em 2023, um recorde.

Temos ainda implementado diversas iniciativas com impacto significativo em nossa busca por um ecossistema inovador robusto. Em 2023, o Ministério investiu cerca de R\$ 557 milhões do FNDCT em 16 projetos de parques tecnológicos em implantação e em 32 projetos em operação.

Também foram direcionados cerca de R\$ 100 milhões para projetos de centros de inovação em várias localidades do Brasil. Esses centros desempenham um papel fundamental na promoção da inovação regional e na criação de um ambiente propício para startups e empreendedores inovadores.

O MCTI está comprometido em apoiar o desenvolvimento de laboratórios abertos de prototipagem e espaços de inovação. Em 2023, foram destinados aproximadamente R\$ 76 milhões para 33 projetos que visam consolidar esses ambientes de inovação em todo o país.

Estamos investindo em programas como o Centelha, que capacita empreendedores e fomenta a criação de startups. Na segunda edição, o programa tem a meta de apoiar a criação de mil novas startups, consolidando-se como um dos maiores programas de incentivo ao empreendedorismo inovador do mundo. E já estamos trabalhando na terceira edição, que deverá contar com R\$ 125 milhões e terá linha específica de fomento para negócio de impacto social e ambiental. E já começamos a lançar nos estados o Tecnova III, com recursos para fomentar o desenvolvimento, a aceleração e internacionalização de projetos de inovação tecnológica.

Acreditamos que a ciência, a tecnologia e a inovação existem para melhorar a vida das pessoas. E devemos usá-las para enfrentar os desafios da desigualdade e da sustentabilidade e aproveitar as oportunidades que as tecnologias emergentes oferecem. Com parcerias sólidas e a colaboração de todos os envolvidos – setor público, privado, academia e sociedade civil –, vamos fortalecer o empreendedorismo inovador no Brasil e construir um amanhã melhor para todos.

Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação



Negócios e acordos de cooperação se multiplicam

Os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa discutem o plano de ação 2025 da Agenda Digital, com estratégias em áreas como as de cibersegurança, proteção de dados pessoais e comunicação satelital

O mundo digital está se consolidando como um dos pontos mais estratégicos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), do qual fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portu-

gal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Está em fase final de aprovação o plano de ação 2025 da Agenda Digital contendo estratégias e medidas a serem aplicadas pelos países-membros. Entre os temas incluídos estão conectividade, cibersegurança, proteção de dados pessoais, serviços e governos eletrônicos, inclusão digital e inteligência artificial.

A Agenda Digital vem sendo discutida há alguns anos e, recentemente, ganhou fórum especial e um guia estratégico para assegurar a implementação de iniciativas nessa área. Mas esse movimento não se dará de forma uniforme. O estudo pre-

paratório para a elaboração da Agenda, realizado com apoio da União Internacional das Telecomunicações (UIT), lembra que a adesão ao digital entre os países-membros passa por distintos graus de digitalização e cobertura.

As discussões sobre a digitalização e seu impacto nos países lusófonos foi produtiva em 2023. Em julho, um encontro entre representantes dos Ministérios das Comunicações dos países envolvidos foi realizado em Luanda, Angola, e selou compromissos futuros de monitoramento das implementações nas áreas de cibersegurança, proteção de dados pessoais e comunicação satelital.

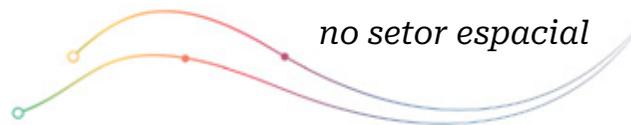
Inclusão digital

O Brasil defendeu a cooperação, principalmente em temas que lhe são caros, como conectividade e inclusão digital. E apresentou o caso do Norte Conectado como exemplo de um esforço para mudar a vida de cerca de 10 milhões de pessoas que vivem na região.

“Serão oito infovias com a instalação de mais de 10 mil quilômetros de cabos de fibra óptica subaquáticos nos leitos dos rios. Além disso, o projeto envolve a construção de redes metropolitanas em 59 cidades, contemplando a conexão, em cada uma delas, de escolas, hospitais públicos, fóruns, organizações militares e WiFi em praças públicas”, explicou a secretária-executiva do Ministério das Comunicações (MCom), Sonia Faustino.

A participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Conferência dos Chefes de Estado realizada em agosto, em São Tomé e Príncipe, foi um ponto importante para marcar a reaproximação do Brasil com a CPLP e a ampliação das atividades de cooperação, inclusive em ciência e tecnologia. Lula ressaltou que a transição digital, assim

Conectividade: crescem os investimentos no setor espacial



como a ecológica, precisa ser aproveitada para gerar oportunidades e saudou a iniciativa angolana de propor também a cooperação econômica.

A fibra óptica poderá se tornar um modelo efetivo de conectividade nos próximos anos na África. Mas há outra infraestrutura que é muito cara aos países do continente: a cobertura satelital. Durante o encontro de ministros das Comunicações, Angola manifestou o interesse na cooperação brasileira na área satelital. O secretário angolano para Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Pascoal Borges Fernandes, afirmou à secretária-executiva do MCom que a decisão do governo é explorar as comunicações por satélite em Banda C, na observação e monitoramento do espaço terrestre e marítimo, e ainda ter uma posição que lhe permita servir como ponto focal para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, da qual fazem parte 16 países africanos.

A comunicação satelital é um ponto considerado chave não apenas para Angola. O documento que serviu de base para a formulação da Agenda Digital relata que um número crescente de países está investindo fortemente no desenvolvimento do seu setor espacial mediante a aprovação de políticas, leis e cooperações internacionais. A Agência Espacial Europeia e a União Europeia têm sido ativas nessa área junto aos africanos e a própria União Africana aprovou uma Política e Estratégia Espacial para o continente.

O documento traz ainda uma outra preocupação. “A ausência de ligação de qualquer país à rede de

ANGOLA



BRASIL



CABO VERDE



GUINÉ-BISSAU



GUINÉ EQUATORIAL



cabos submarinos internacionais resulta em isolamento e colossal entrave ao desenvolvimento econômico, social e cultural”, aponta o documento. Esse receio foi parcialmente aplacado nos últimos anos com aumento considerável dos investimentos nesse tipo de infraestrutura beneficiando diversos países.

A preocupação permanece, o que levou a CPLP a tomar a decisão de investir em uma malha de cabos submarinos que garanta a comunicação efetiva entre os países-membros. A proposta é buscar parceiros internacionais para esse projeto. Cabo Verde, inclusive, está se candidatando para ser um hub de conectividade no Atlântico.

Serviços

Para além da conectividade, os serviços digitais também são um cardápio atraente para os países-membros da CPLP, principalmente os africanos. A experiência do Brasil e de Portugal com o governo eletrônico pode acrescentar um cardápio interessante a esse que é um dos pilares da Agenda Digital. Para o órgão, trata-se de uma necessária evolução tecnológica a fim de garantir melhor atendimento aos cidadãos.

A telessaúde se tornou também um ponto atrativo e poderá resultar em novos acordos de cooperação público-privada. “Para alguns membros da CPLP, os potenciais ganhos de uma estratégia a este nível são particularmente significativos, atendendo aos atrasos e deficiências verificadas tanto nos cuidados primários de saúde quanto nos meios de diagnóstico”, sugere o documento da CPLP.

Acompanhar os avanços em telessaúde, principalmente após o período pandêmico do Covid-19, é uma medida já presente no Plano Estratégico de Cooperação em Saúde 2023-2027 do órgão. A

aprovação desse plano também foi feita no ano passado e inaugurou um novo ciclo de atuação em saúde na comunidade lusófona.

Governança da Internet

Entre tantos debates que cercam a comunidade lusófona, um deles está chamando a atenção, o fortalecimento da governança da Internet pelos países de língua portuguesa. Esse tema ganhou, inclusive, uma iniciativa inédita, o 1º Fórum Lusófono da Governança da Internet (FGI), promovido pelo CGI.br e NIC.br, com o apoio da .PT, LusNIC, Instituto Nacional de Tecnologias de Informação de Moçambique (INTIC), Agência Reguladora Multissetorial de Cabo Verde (ARME) e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

Quase 300 milhões de pessoas no mundo falam português, um dos idiomas mais usados. É grande também a produção de conteúdo, o que gera um alerta quando se leva em conta a rápida evolução da Inteligência Artificial generativa. Essa tecnologia tem como base modelos que precisam ser alimentados por um grande volume de textos. Até agora, nesse campo, o inglês está entre os protagonistas nessa produção, mas a contribuição da língua portuguesa merece mais atenção.

Esse desequilíbrio afeta de diversas formas a cultura, capacitação, diversidade de países que falam português. Mas pode implicar problemas mais urgentes. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) está elaborando uma convenção internacional para o combate do uso de TICs para fins criminais, no qual a comunidade lusófona precisará estar presente em sua língua materna. Mas não está. Da mesma forma pode ainda esbarrar no desenvolvimento pelas plataformas digitais de mecanismos capazes de identificar discursos de ódio e ameaças.

MOÇAMBIQUE



PORTUGAL



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



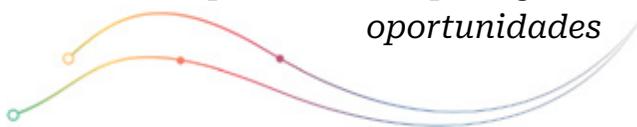
TIMOR-LESTE



CPLP



*Afrochamber aponta
capacitação como
ponto crucial para gerar
oportunidades*



Esses são alguns pontos que estimulam as recentes discussões na comunidade lusófona e acompanham as resoluções estabelecidas pelos participantes do FGI – representantes de entidades, governos, iniciativa privada, universidades – na chamada Carta de São Paulo.

O documento propõe um debate colaborativo, com troca de experiência e iniciativas no campo da governança da Internet para aprimorar a necessidade de desenvolvimentos locais nos países lusófonos. Por meio de representações específicas, também apoia a promoção da língua portuguesa como uma das línguas oficiais de trabalho na ONU.

A CPLP acompanhou os debates e deverá incorporar o tema à sua Agenda Digital para que se estabeleça mais um órgão de promoção do português nos fóruns adequados. A iniciativa é pioneira por defender uma pauta estratégica não mais unicamente por país, mas por um bloco com idioma comum.

Tecnologia e negócios

A importância atribuída à tecnologia e ao mundo digital, em debates e acordos de cooperação, teve seu reflexo na estrutura da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (Afrochamber) que desde o ano passado criou o AfroTech – Comitê de Inovação e Tecnologia. “Ela (a tecnologia) é um fator fundamental de independência, democratização do conhecimento e ganho de competitividade mercadológica”, observa Maruen Said, coordenador da nova unidade.

Entretanto, ele reconhece que as barreiras a serem superadas em termos tecnológicos são grandes. Segundo o executivo, em algumas regiões elas envolvem desde a falta de recursos básicos e essenciais para a manutenção de redes de com-

putadores – como a energia elétrica, por exemplo, – até a escassez de profissionais especializados.

Na sua avaliação, o gargalo da capacitação é um ponto crucial, mas que pelo seu perfil – urgência na solução de problemas – pode gerar oportunidades para empresas parceiras. Segundo o executivo, há demanda de serviços especializados em praticamente todas as áreas de TIC na África.

“Hoje, diversas empresas brasileiras estão explorando o mercado africano e oferecendo serviços em todos os segmentos de TI, desde a infraestrutura básica para redes até projetos de alto valor em cibersegurança e desenvolvimento”, comenta.

A Afrochamber trabalha com estímulo às exportações brasileiras e promoção da cooperação pública e privada em 54 países africanos, não apenas a comunidade lusófona. Por conta disso, vem acompanhando atentamente as aplicações da tecnologia em diversas regiões do continente africano.

Said lembra que a área de tecnologia vem atraindo investidores para projetos diversos e inovadores. Como exemplo, cita a investida da World Mobile para oferecer internet banda larga em áreas rurais de Moçambique com o uso de balões – que se elevam a até 300 metros. Eles podem garantir conexão em um raio de até 130 quilômetros.

Ou, ainda, o Mkulima GPT, chatbot movido pelo ChatGPT que tem como objetivo capacitar pequenos agricultores de Ruanda. Ele fornece diagnósticos precisos de doenças em plantações e orientações agrícolas especializadas. Trata-se de uma combinação de inteligência artificial e Internet das Coisas. “O continente africano é uma região extremamente rica e próspera, com ambiente convidativo para negócios e para quem quer fazer a diferença”, estimula o executivo.

Wanise Ferreira



Brasil pode exportar modelo de conectividade das PPPs para a África

A instituição formal do conceito de Prestadora de Pequeno Porte (PPP) para todo prestador com até 5% de participação em qualquer dos serviços no mercado de telecomunicações na revisão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) em 2018 criou as condições para estruturar um padrão de concorrência que se tornou um fenômeno incomparável no mundo quando se trata de oferta de banda larga fixa. Hoje, aproximadamente 52,8% de toda a prestação desses serviços no país é realizada por um conjunto heterogêneo de players formado por aproximadamente 20.000 PPPs espalhadas por todo o território nacional.

De acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), a estrutura do mercado nacional chegou a patamares tão elevados de desconcentração que, ao listarmos os 20 países com maiores números em assinantes de banda larga fixa no planeta, o Brasil ocupa a primeira colocação em número de provedores por milhão de assinantes, com aproximadamente 437 prestadoras, sendo seguido por um segundo lugar distante ocupado pela Rússia, com 195 (Tabela 1).

Milhares de PPPs, que iniciaram suas operações de modo quase experimental, tiraram proveito de um quadro regulamentar assimétrico arrojado estabelecido pela Anatel, colheram vantagens da queda dos custos das infraestruturas críticas de atacado e consolidaram um modelo de negócios caracterizado por baixo custo operacional, pela adoção extensiva de tecnologias em fibra óptica e por atender lacunas de conectividade em áreas desprezadas pelas grandes prestadoras incumbentes.

Como evidência desse novo paradigma, enquanto a fibra óptica representa apenas 56,3% da rede de acesso de banda larga fixa dos grandes grupos de telecomunicações, nos últimos 10 anos essa tecnologia passou a representar 89,8% das conexões feitas por PPPs que levam a fibra óptica até o local onde está o assinante (Gráfico 1).

Tabela 1

PAÍS	Nº de provedores por milhão de assinantes
Brasil	437,2
Rússia	195,0
França	77,7
Índia	70,4
Canadá	54,3
EUA	31,4
Turquia	16,5
Coreia do Sul	11,1
Alemanha	7,9
Itália	6,5
Reino Unido	5,9
Espanha	5,8
Vietnã	3,3
Japão	1,2
México	0,5
China	0,0

1 Dados da Anatel de dezembro/2023, disponíveis em < <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa> >

2 Dados calculados a partir de

< <https://broadbandmap.fcc.gov/data-download/nationwide-data?version=dec2022> e <https://www.fcc.gov/internet-access-services-reports> >

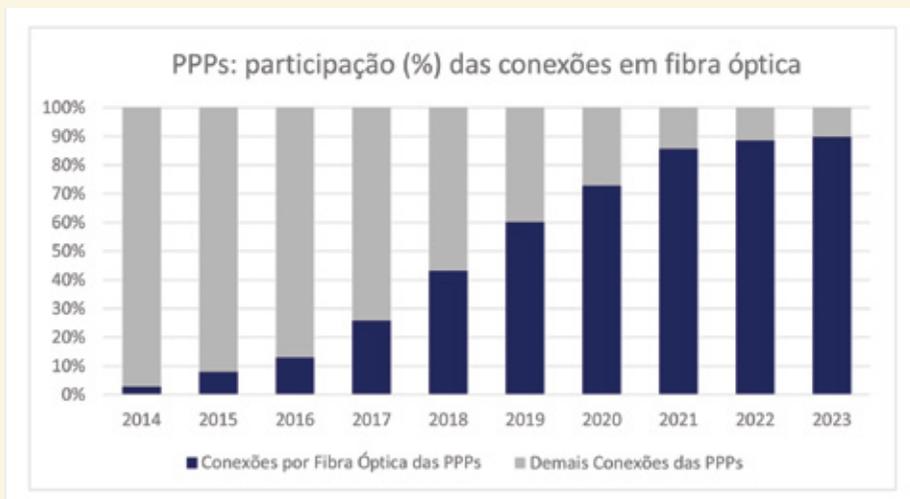
Outro resultado incontroverso desse modelo de negócios implantado pelas PPPs está no fato da banda larga ter chegado em áreas que não eram alvo preferencial dos investimentos dos grupos incumbentes, as chamadas gigantes do setor de telecomunicações. Tal diagnóstico pode ser comprovado pelo perfil de municípios atendidos pelas PPPs que, em média, tem participação de mercado de 88% em municípios com até 100 mil habitantes, enquanto os grandes grupos atuam majoritariamente nos municípios com mais de 500 mil habitantes (Gráfico 2).

Outras consequências benéficas da abertura do mercado promovida pelas PPPs foram apropriadas pelos consumidores brasileiros. Nos últimos 10 anos, a velocidade média de conexão subiu de 14,9 Mbps para 307,8 Mbps, o preço médio do megabit por segundo caiu de R\$ 13,20 para R\$ 0,35, o nú-

mero de conexões em fibra óptica subiu de 950 mil para 34,3 milhões e hoje já são mais de 4 mil municípios de menos de 30 mil habitantes que contam com ofertas de banda larga fixa em fibra óptica.

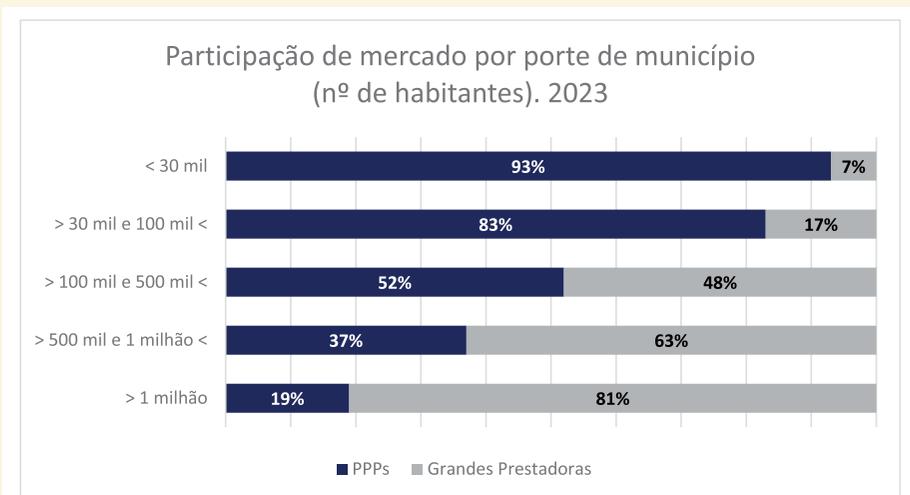
Todos esses números demonstram que as PPPs brasileiras têm a expertise necessária para transformar cenários de elevados gaps de conectividade presentes nos países africanos em oportunidades de negócios mutuamente benéficas com seu modelo de baixo custo, tecnologia atualizada e atendimento diferenciado. A África e, mais especificamente, os países daquele continente com os quais o Brasil partilha a identidade linguística são candidatos naturais a receber investimentos das PPPs e experimentar um modelo que provou ser capaz de difundir infraestrutura de telecomunicações sob condições restritivas de capacidade de pagamento do consumidor.

Gráfico 1



Fonte: Anatel, disponível em <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acoes/banda-larga-fixa>

Gráfico 2



Fonte: Anatel e IBGE, disponível em <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acoes/banda-larga-fixa> e em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html> >

Gráfico 3



Fonte: UIT, disponível em < <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx> >

Tabela 2

PAÍS	Participação (%) na renda per capita	Preço (U\$)
Guiné Bissau	67,03	40,95
Angola	12,18	32,19
São Tomé e Príncipe	15,57	29,25
Moçambique	33,67	14,10
Cabo Verde	2,85	7,24
Brasil	3,05	20,32

Fonte: UIT, disponível em < <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/ICTprices/default.aspx> >

Estatísticas do mercado de banda larga fixa nos países daquele continente que falam português – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, em especial de penetração e de velocidade das conexões, são indícios inequívocos de demanda reprimida e indicam hiatos de conectividade que podem ser preenchidos pela atuação das PPPs brasileiras (Gráfico 3).

Outro impasse que precisa ser equacionado é a configuração de uma política de exportação que assegure proteção a todos os agentes envolvidos em termos financeiros, creditícios e comerciais. Países africanos como Moçambique e São Tomé e Príncipe estão inadimplentes com o Brasil por dívidas que tem origem no financiamento à exportação pelo programa de financiamento às exportações e pelo seguro de crédito à exportação com cobertura de obras financiadas pelo BNDES, entre outros programas de natureza semelhante.

Para isso, é necessário que o Congresso Nacional inicie o debate do Projeto de Lei nº 5719/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e procura retomar

essa relevante política pública de reindustrialização, de geração de empregos e de entrada de divisas à medida em que atenua o risco político associado ao crédito para entes soberanos.

O papel do quadro institucional e regulatório dos países africanos é crucial no processo de alocação internacional de capitais em infraestrutura e de exportação de serviços de banda larga. Negociar um conjunto mínimo de regras e um ambiente legal que proporcione segurança jurídica é indispensável diante dos longos prazos de maturação dos investimentos na implantação de redes de telecom. Oportunidades e desafios estão postos e há muita confiança de que o nosso modelo de PPPs que está garantindo a universalização da banda larga fixa no Brasil com redes modernas e resilientes possa ser disseminado para outros países que ambicionam a inclusão digital como um direito fundamental do ser humano.

Anibal Diniz é jornalista e advogado (OAB-DF). Atua como consultor em relações institucionais e regulatórias para a Associação NEO e foi conselheiro da Anatel

Expediente

Redação

Diretora-Executiva | Miriam Aquino

Editora | Fatima Fonseca

Edição de Arte | Camila Sipahi

Colaboradores | Alfredo Prado, Carmen Nery, Eduardo Vasconcelos,
José Ferreira, Rafael Bravo Bucco e Wanise Ferreira (textos);
Freepik, iStock, Pexels, Unplash, Wikimedia (fotos)
e Camila Sipahi (ilustrações)

Publicidade

comercial@momentoeditorial.com.br

Administrativo-Financeiro

Gerente | Adriana Rodrigues

Produção | Camila Carvalho

Web e Suporte de Rede | Ricardo Oliveira e Otavio Lopes Fernandes

Impressão

GRÁFICA E EDITORA MOVIMENTO LTDA

Distribuição

Correios



Conexão Brasil-África é uma publicação da Bit Social
Rua Apicás, 858 – Perdizes | São Paulo – SP | CEP 05017-020 | BRASIL

tele.síntese

Correalização: Tele.Síntese

Rua São Sebastião, 820, sala 42 E – Santo Amaro | São Paulo – SP
CEP: 04708-001 | Tel. + 55 11 3124-7444 | BRASIL
redacao@momentoeditorial.com.br

Jornalista responsável: Miriam Aquino (DRT 3746-DF)

O conteúdo pode ser reproduzido mediante autorização prévia



Surf Telecom, a operadora das grandes marcas.

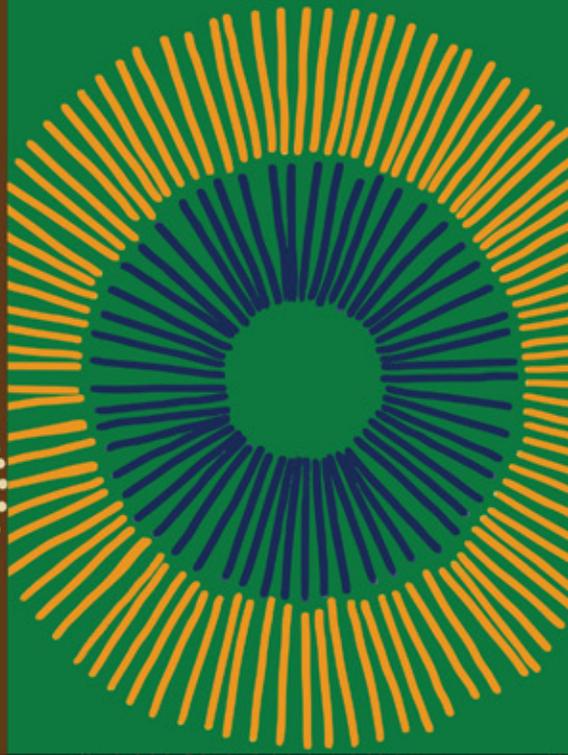
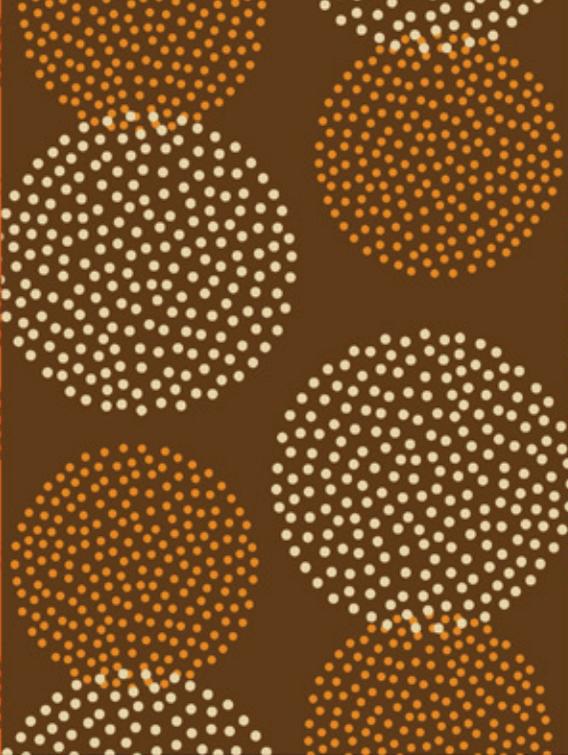
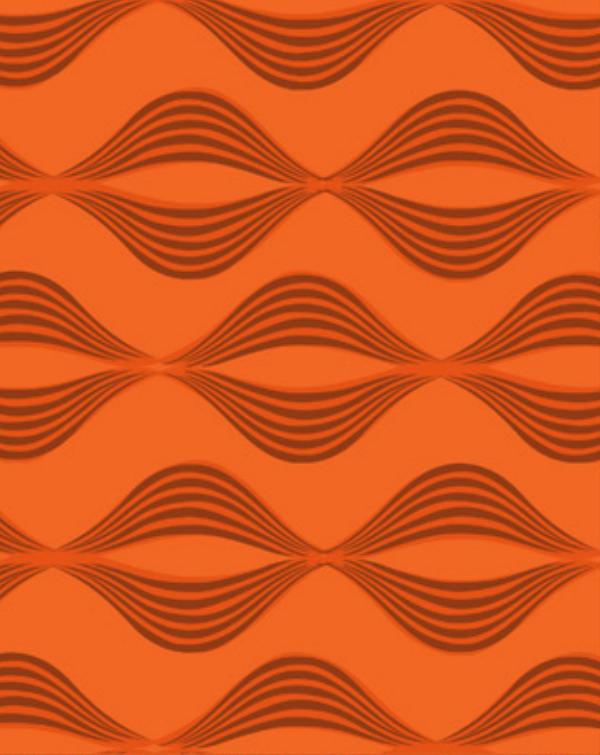
Criamos companhias de telefonia celular para as maiores
marcas do Brasil.



Somos para todos. Somos Surf Telecom.

surf.com.br





tele.síntese
www.telesintese.com.br

